

**UNIVERSIDADE TIRADENTES – UNIT
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO - PPGPE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO-PPED
MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

LUCAS VICTOR FEITOSA GOMES

**A ARTE DE CONTAR: uma análise metodológica das operações fundamentais
na Arithmetica da 13ª edição do *Manual Encyclopedico* de Monteverde (1893)**

**ARACAJU
2022**

LUCAS VICTOR FEITOSA GOMES

A ARTE DE CONTAR: uma análise metodológica das operações fundamentais na Arithmetica da 13ª edição do *Manual Encyclopedico* de Monteverde (1893)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Tiradentes – Mestrado, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Área de concentração: Educação

ORIENTADOR: Cristiano Ferronato

CO-ORIENTADORA: Vera Maria dos Santos

**ARACAJU
2022**

G633a Gomes, Lucas Victor Feitosa
A arte de contar: uma análise metodológica das operações fundamentais na arithmetica da 13ª edição do Manual Encyclopedico de Monteverde (1893) / Lucas Victor; orientação [de] Prof. Dr. Cristiano Ferronato, Prof.ª Dr.ª Vera Maria dos Santos – Aracaju/ SE: UNIT, 2022.

118 f. il; 30 cm

Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Tiradentes 2022

1.Manuais escolares. 2. História da educação matemática 3. Emílio Achilles Monteverde I. Gomes, Lucas Victor Feitosa II. Ferronato, Cristiano (orient.). III. Santos, Vera Maria dos (orient.). IV. Universidade Tiradentes. V. Título.

CDU: 51(091)

FOLHA DE APROVAÇÃO

Aprovado em 26/09/2022

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Cristiano Ferronato - Orientador
Universidade Tiradentes – (UNIT)



Prof. Dr. (a) Vera Maria dos Santos – Co-Orientadora



Prof. Dr. Wagner Rodrigues Valente
Universidade Federal de São Paulo – (UNIFESP)



Documento assinado digitalmente
PABLO ANTONIO IGLESIAS MAGALHAES
Data: 26/09/2022 20:10:47-0300
Verifique em <https://verificador.itl.br>

Prof. Dr. Pablo Antônio Iglesias Magalhães
Universidade Federal do Oeste da Bahia – (UFOB)



Prof. Dr. (a) Ester Fraga Vilas-Boas Carvalho do Nascimento
Universidade Tiradentes – (UNIT)

Boa vontade, equilíbrio e perseverança.
(Pedro da Paz)

AGRADECIMENTOS

O processo de pesquisa e escrita é um ato, na maioria das vezes, solitário e angustiante e não posso deixar de ser grato a todas as pessoas que me ajudaram nesta caminhada.

Ao pai de todas as coisas e fonte de sabedoria eterna, Deus. Obrigado por estar presente em todos os momentos solitários e pelo dom da vida. Grato aos guias e espíritos de boa vontade que vibraram e me ajudaram a manter o equilíbrio energético.

A minha mãe, Laudiceia, uma mulher guerreira que nunca desistiu dos seus e dos meus sonhos e que lutou com toda a força e perseverança para chegarmos onde estamos. Uma educadora dedicada e mãe iluminada. Obrigado por nunca me abandonar e por acreditar em mim. Muito obrigado!

A minha rainha e minha vó materna, Narandeia, fonte de amor eterno. Obrigado pelo apoio incondicional e por formar o homem que sou hoje.

A Bruna, minha namorada, musa acadêmica e fonte de inspiração. Obrigado por todas as dicas, incentivos e por ser meu porto seguro nos momentos de aflição.

A Professora Vera Maria dos Santos, minha eterna orientadora. Obrigado por abrir as portas do mundo acadêmico e por todas as broncas e orientações que marcaram esse trabalho.

Ao Grupo de Estudos e Pesquisas Colonização, Cultura e Educação liderado pela professora Vera Santos, por todas as leituras, debates, cafezinhos e risadas.

Ao Professor Cristiano Ferronato por ter me recebido de braços abertos e por todas as orientações na reta final do trabalho. Obrigado!

Ao Grupo de Pesquisa de História e Educação do Nordeste (GPHEN/UNIT/CNPq), sob a liderança do professor Ferronato, por toda a recepção e bate-papos que tornaram a pesquisa mais leve.

Não posso deixar de agradecer ao autor da obra que proporcionou este estudo, Emílio Achilles Monteverde (*in memoriam*), quantas vezes te chamei, pedi uma inspiração e tentei imaginar o que se passava na sua cabeça. “Me ajuda, Emílio!”. Foi uma bela jornada, amigo. Obrigado!

A grande amiga e companheira de aflições, Kadja, por estar sempre disponível a escutar e por transmitir uma calma e tranquilidade ímpar. Quero ser assim, viu? Obrigado!

A UNESETE, minha morada espiritual. Representada na face do meu tio Magno, tia Valdey, mãe, vó e todos os espíritos de boa vontade. O pão da alma.

A minha tia Edinha, por me ajudar durante toda a minha jornada escolar. A senhora é uma pedra essencial na minha caminhada. Obrigado!

Ao meu pai, madrasta, irmãs, irmão e cunhado por todas as vibrações positivas.

Ao meu amigo Danilo, por todas as conversas, brincadeiras e paciência.

Ao Nero Force, wenked, drigow, taiog, fallen, danimax, thominhas, ccar, bcoin, bfc, por todos os momentos alegres e que me ajudarem a esquecer dos problemas da pesquisa.

Á banca, formada pelos professores doutores Ester Fraga Vilas Boas Carvalho do Nascimento (UNIT), Pablo Antônio Iglesias Magalhães (UFOB) e Wagner Rodrigues Valente (UNIFESP). Grato a vocês por toda a disponibilidade e por contribuir de forma significativa na construção deste trabalho.

A todos os pesquisadores que, de alguma forma, contribuíram para este texto, em especial, mesmo sem nenhum contato, ao trabalho da Professora Boto. Sonhei com seus escritos! Obrigado, professora! Grato ao gentil e solícito Professor Côrrea, por fornecer material e por ter paciência com os meus e-mails, obrigado professor.

Ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPED) da Universidade Tiradentes, em especial aos colegas da turma 2020.2, aos docentes e ao apoio técnico por proporcionar a oportunidade de realizar esta pesquisa.

Por fim, a meus familiares, amigos, àquelas e àqueles, cujos nomes não estão aqui, mas que igualmente vibraram por minhas conquistas. Obrigado, obrigado!

GOMES, Lucas Victor Feitosa. **A ARTE DE CONTAR**: uma análise metodológica das operações fundamentais na Arithmetica da 13ª edição do *Manual Encyclopedico* de Monteverde (1893). 2022. 117 f. Dissertação (Mestrado Educação) – Universidade Tiradentes. Orientadores: Cristiano Ferronato/Vera Maria dos Santos. Aracaju, 2022.

RESUMO

Esta dissertação tem como objeto de estudo a composição metodológica pela qual as Operações Fundamentais na Arithmetica do Manual Encyclopedico foram produzidas por Emílio Achilles Monteverde na sua 13ª edição lançada em 1893. A pesquisa está inserida no campo História da Educação, da História Cultural, História das Disciplinas Escolares e tem como objetivo geral analisar a configuração metodológica das operações fundamentais presente na Arithmetica na 13ª edição do Manual Encyclopedico de Monteverde e como objetivos específicos: a) compreender aspectos históricos da trajetória do Manual e seu autor; b) Identificar os aspectos teóricos e metodológicos das Operações Fundamentais no Manual Encyclopedico por meio dos conteúdos e exercícios. A investigação desses elementos é impulsionada pelas leituras interna e externa do manual, aqui considerado como objeto histórico. A nossa pesquisa tem o cunho histórico-documental e realizamos um levantamento bibliográfico-documental que permitiu ampliar o olhar sobre o escritor e sua obra. Para tal, utilizamos como fontes documentais: decretos governamentais, revistas, folhetos, jornais, planos de ensino, relatórios e o próprio Manual. A partir da análise do conteúdo e exercícios relacionados às operações fundamentais, aliados aos aspectos históricos do período, concluímos que o modo de escrever e ensinar de Monteverde está centrado no método sintético uma vez que os seus recursos metodológicos privilegiam o ensino partindo das partes (aspectos teóricos, conceitos) para o todo (resolução de problemas reais).

Palavras-chave: manuais escolares; história da educação matemática; Emílio Achilles Monteverde.

GOMES, Lucas Victor Feitosa. **THE ART OF COUNTING**: a methodological analysis of fundamental operations in Arithmetic from the 13th edition of the Manual Encyclopedico de Monteverde (1893). 2022. 121 f. Dissertation (Master's Education). Tiradentes University. Advisors: Cristiano Ferronato/Vera Maria dos Santos. Aracaju, 2022.

ABSTRACT

This dissertation has as object of methodological composition by which the Fundamental Arithmetic Operations in Arithmetica Study by Emílio Achilles Monteverde Edition in its 13th edition launched in 1893. The research is inserted in History of Education, Cultural History, History of School Disciplines and has the objective to analyze the methodological configuration of the fundamental operations present in Arithmetica in the 13th edition of the Encyclopedic Manual of Monteverde and as specific objectives: a) a) Understand historical aspects of the trajectory of the Manual and its author; b) Identify the theoretical and methodological aspects of Fundamental Operations in the Encyclopedic Manual through the contents and exercises. The investigation of these elements is promoted by the internal and external readings of the manual, here considered as a historical object. Our research has a historical-documentary nature and we carried out a bibliographic-documentary survey that allowed us to broaden our view of the writer and his work. To this end, we used as documentary sources: government decrees, magazines, leaflets, newspapers, teaching plans, reports and the Manual itself. From the analysis of content and exercises related to fundamental operations, combined with the historical aspects of the period, we conclude that Monteverde's way of writing and teaching is centered on the synthetic method, since its methodological resources favor teaching from the parts (aspects, theories, concepts) for the whole (solving real problems).

Keywords: school manuals; history of mathematics education; Emilio Achilles Monteverde.

LISTA DE SIGLAS

BTD/CAPES	Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
FAFI	Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe
GEPCE	Grupo de Estudos e Pesquisas Colonização, Cultura e Educação
GHEMAT	Grupo de Pesquisa de História da Educação Matemática de São Paulo
PPED/UNIT	Programa de Pós-Graduação em Educação
UNIT	Universidade Tiradentes
UFS	Universidade Federal de Sergipe
USP	Universidade de São Paulo
RCCAP	Repositório Científicos de Acesso Aberto de Portugal
PUC/SP	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Capa da 13ª edição do Manual Encyclopédico	39
Figura 2 - Capa da 10ª edição do Manual Encyclopédico	40
Figura 3 - Distribuição dos livros mais utilizados nas escolas, por assunto. (1867)	46
Figura 4 - Distribuição dos livros mais utilizados nas escolas, por assunto. (1875)	46
Figura 5 - Distribuição dos livros mais utilizados nas escolas por autor para o total da amostra. Portugal, 1867.....	49
Figura 6 - Distribuição dos livros mais utilizados nas escolas por autor para o total da amostra. Portugal, 1875.....	50
Figura 7 - Distribuição das escolas segundo a utilização do Manual Encyclopedico de Monteverde, por distrito. Portugal, 1867	51
Figura 8 - Distribuição das escolas segundo a utilização do livro Manual Encyclopedico de Monteverde, por distrito. Portugal, 1875	51
Figura 9 - Capa do Manual Enciclopédico para Portugal e Brasil (1952).....	53
Figura 10 - Previsão de Gastos Amazonense	58
Figura 11 – Anúncio do Manual Encyclopedico no Recreio, o Jornal das Famílias	61
Figura 12 – Locais de venda do Manual.....	62
Figura 13 – Outro anúncio do Manual Encyclopedico no Recreio, o Jornal das Famílias. ...	63
Figura 14 – Registro do Manual no Catálogo da Biblioteca da Marinha – Rio de Janeiro - 1879	63
Figura 15 – Recorte do Catalogo dos Livros do Gabinete Portuguez de Leitura no Rio de Janeiro.....	64
Figura 16 - Marca de uso no Manual em Sergipe.....	66
Figura 17 - Capa do Anuario Administrativo e Litterario do Gabinete Portuguez de Leitura em Pernambuco	69
Figura 18 – Manual listado no Anuário Português em Pernambuco	69
Figura 19 - Circulação do Manual nos Estados Brasileiros.....	70
Figura 21 - Noções de contagem e classes.....	81
Figura 22 - Classes e Ordens numéricas	82
Figura 23 - Representação dos algarismos	82
Figura 24 – Exemplos de addicção	84
Figura 25 - Primeiro Exemplo da Subtracção	85
Figura 26 - Segundo Exemplo da Subtracção	86
Figura 27 - Terceiro Exemplo da Subtracção	86
Figura 28 – Quarto Exemplo da Subtracção.....	87
Figura 29 - A taboada de Pythágoras.....	87
Figura 30 - Multiplicador com um algarismo	89
Figura 31 – Multiplicador com mais de um algarismo	90
Figura 32 - Primeiro exemplo de divisão	91
Figura 33 – Segundo exemplo de divisão	91
Figura 34 – Quarto exemplo de divisão.....	92

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Estado do conhecimento	19
Quadro 2 – Repositórios portugueses	28
Quadro 3 - Histórico do Manual Encyclopedico	38
Quadro 4 – Conteúdos presentes no Manual, exceto Aritmética e Geometria.....	42
Quadro 5 - Conteúdos arithmeticos e geométricos do Manual	42
Quadro 6 - O Manual em circulação no Pará	68
Quadro 7 - Método e conteúdos arithmeticos vigentes em Portugal (1835-1882.....	75
Quadro 8 – Conceitos das Operações Fundamentais	83
Quadro 9 - Caracterização dos exercícios de Sommar	94
Quadro 10 - Caracterização dos exercícios de Diminuir	96
Quadro 11 - Caracterização dos exercícios de Multiplicar e Repartir	96

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 - Ilustração de Monteverde por Alberto na Revista O Occidente – 1888	33
--	----

SUMÁRIO

1 PRIMEIRAS OPERAÇÕES	12
1.1 Descobrimo o “x” da questão – objeto, problemática e objetivos da pesquisa.....	14
1.2 Aportes teórico-metodológicos	23
2 EMÍLIO ACHILLES MONTEVERDE E O MANUAL ENCYCLOPEDICO:	
Trajetória e circulação	30
2.1 O educador e homem de negócios: vida e obra de Emílio Monteverde	30
2.2 A enciclopédia Monteverdeana	37
2.3 Entre os mais vendidos: um relato sobre a popularidade do Manual Encyclopedico	48
2.4 A circulação do Manual Encyclopedico em terras brasileiras	54
2.4.1 Amazonas	56
2.4.2 Bahia.....	59
2.4.3 Rio de Janeiro.....	61
2.4.4 Sergipe	64
2.4.5 Outras Províncias.....	66
3 A ARTE DE CALCULAR: entre leis, notas e exercícios. O jeito de ensinar as operações fundamentais por Monteverde.	72
3.1 A evolução curricular da Aritmética no Ensino Primário Português: um olhar da perspectiva oficial	72
3.2 A caracterização das operações fundamentais: entre conceitos e problemas	79
3.3 A arte de contar nos exercícios	93
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	98
REFERÊNCIAS	10
4	
ANEXOS	110

1 PRIMEIRAS OPERAÇÕES

Nunca ande pelo caminho traçado, pois ele conduz somente até onde os outros foram (Graham Bell).

Utilizo uma analogia matemática no título com a intenção de apresentar a descoberta do Lucas enquanto pesquisador, uma criança que inicia na matemática aprendendo a contar e aspira resolver equações em futuro próximo. Minha trajetória acadêmica como um todo foi calçada por incertezas e trocas. Esse caminhar tortuoso construiu e explica alguns aspectos da minha escrita.

Com interesse na área das Ciências Exatas, meu primeiro contato com o ensino superior foi no curso de Ciências da Computação (2011), na Universidade Federal de Sergipe (UFS) onde permaneci por três anos. Passei a me questionar: será que é esse o meu caminho? Começaram as inquietudes e decidi realizar a mudança para o curso de Engenharia Ambiental e pouco tempo depois percebi que esse também não era a minha direção. Em qual momento a matemática e a educação se tornaram realidade e desejo? Difícil explicar. Fui convidado a ministrar aulas de reforço e acabei ficando fascinado com a docência, com a ação de ensinar, e assim foi o início de tudo. Lembro nesse momento, ao construir essa narrativa das palavras de Tardif (2002, p. 11), ao afirmar que a entrada na carreira docente “[...] é um período realmente importante na história profissional do professor, determinando inclusive seu futuro e sua relação com o trabalho”.

Ainda na UFS realizei a troca de curso e iniciei a Licenciatura em Matemática com o aproveitamento das disciplinas já realizadas anteriormente. Em meio a greves, atrasos e incentivado por minha mãe, recém-formada na mesma licenciatura na Universidade Tiradentes (UNIT) decidi realizar a transferência externa e terminar o curso. Aqui, preciso agradecer ao professor Alex (coordenador, até então) por toda atenção e carinho.

O lado mais humano e pedagógico da Licenciatura de Matemática na UNIT foi muito importante para a minha construção do eu professor e para ampliar uma visão, por vezes, limitada a aspectos apenas matemáticos. No primeiro semestre, tive o primeiro contato a Professora Vera Maria dos Santos, na disciplina de História da Educação. Posteriormente, a professora se tornaria a minha orientadora no curso de mestrado em educação na mesma instituição alguns anos depois.

Em razão do aproveitamento das disciplinas cursadas na UFS, a minha estadia na UNIT foi mais curta do que o normal, mas pude realizar um sonho e ter uma experiência que mudou completamente a minha visão de mundo que foi o intercâmbio acadêmico realizado junto à Universidade do Porto – Portugal, no segundo semestre do ano de 2016. Mais do que trilhar os caminhos da Matemática, aprendi a viver com as diversidades e tive contato direto com o mundo da pesquisa.

Ao retornar ao Brasil já estava na parte final da graduação e tive a primeira experiência profissional nos estágios de docência no Ensino Fundamental e Médio, os quais reafirmaram o meu desejo de seguir a carreira, de ser professor, de ensinar. Ao mesmo tempo fui agraciado com a oportunidade de exercer o meu primeiro emprego formal com a função de professor de Desenho Geométrico em uma escola particular da cidade de Aracaju/SE.

Após a conclusão do curso passei um semestre afastado da Universidade e com dedicação exclusiva aos trabalhos escolares até que tive um contato com a Professora Doutora Angélica Piovesan, que buscava voluntários para trabalhar em uma pesquisa com jovens com disposição a superdotação. Durante um semestre trabalhei com jovens que possuíam interesse na Matemática utilizando formas e ferramentas a estimular e desenvolver o seu pensamento. Esse trabalho com a Professora Angélica despertou em mim o desejo pela pesquisa e, a partir desse momento, fui à busca de informações sobre como ingressar em um mestrado e os editais disponíveis.

Esse breve relato da minha trajetória acadêmica evidencia a falta da minha inserção em pesquisa durante a graduação. É neste momento da minha trajetória que remeto a fala destacada no início do texto de Graham Bell, o inventor do telefone, no anseio de sair do padrão e buscar mais. Ao buscar novas estradas para caminhar, lembrei imediatamente das aulas com a Professora Vera, na disciplina de História da Educação, e fiz um contato preliminar com o interesse em participar do grupo de pesquisa¹ liderado por ela no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Tiradentes (PPED/UNIT), onde fui recebido de braços abertos. Assim, deu-se o início da minha caminhada no universo da pesquisa acadêmica.

No primeiro momento, a minha entrada no grupo era uma forma de aprender e de me ambientar com esse mundo. Não houve contato prévio com o que viria a ser

¹ GEPCE - Grupo de Estudos e Pesquisas Colonização, Cultura e Educação/CNPQ – sob a coordenação da Prof^a. Dr^a. Vera Maria dos Santos.

o meu objeto de estudo e me dediquei tempo integral a leituras sobre temas afins. Lembro-me que a primeira leitura indicada por Vera, foi a do livro “Território Plural: A pesquisa em História da Educação” de Galvão e Lopes (2010), hoje, meu livro de cabeceira. Mas o que é esse tal de mestrado mesmo?

1.1 Descobrimo o “x” da questão – objeto, problemática e objetivos da pesquisa

Enfim, depois da trajetória relatada no item anterior, resolvi concorrer a seleção por uma vaga no curso de mestrado em Educação no PPED/UNIT. Para concorrer na seleção, o projeto de pesquisa formulado tinha como objetivo um estudo histórico sobre os cursos de Licenciatura em Matemática no estado de Sergipe com início na Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe (FAFI) com foco na formação docente e no Ensino Superior.

Em uma das muitas orientações com a Professora Vera Maria dos Santos me foi sugerido um novo caminho: o Manual Encyclopédico de Emílio Aquiles/Achilles² Monteverde. “Mas estudar o que do manual, professora?”. Foi minha reação imediata. A pesquisa tinha começado.

Após a mudança de direção na pesquisa o próximo passo perpassava por procurar entender do que se tratava o manual e quem era Achilles Monteverde, até então um desconhecido para mim. O Manual ao qual tivemos acesso é fruto dos estudos de dissertação da minha orientadora Professora Vera Maria dos Santos intitulada: “A geografia e os seus livros didáticos sobre Sergipe: do século XIX ao século XX”³. Na pesquisa, Santos (2010) investiga a história do livro didático de Geografia em Sergipe e entre os materiais em circulação desse período a pesquisa apresenta a Enciclopédia de Achilles.

O exemplar analisado e ao qual eu também tive acesso, inicialmente, é a 13ª edição do Manual Encyclopédico e foi encontrado no acervo da Biblioteca Pública Epifânio Doria, localizado em Aracaju/SE⁴. Essa obra, que se apresenta como a sua

² As duas grafias são encontradas nos seus escritos. Adotaremos “Achilles” assim como está na capa do Manual aqui utilizado.

³ Publicada em 2004.

⁴ Cf. GUARANÁ. op. cit. p. 71. Epiphânio da Fonseca Doria e Menezes nasceu a 07 de abril de 1884 na Fazenda Barro Caído, município de Campos, filho do capitão José Narciso Chaves de Menezes e D. Josepha da Fonseca Doria e Menezes. Coursou a escola primária em Poço Verde e seus pais não dispoendo de recursos para custear seus estudos secundários e superior ficou privado de recebê-la. Adquiriu muitos conhecimentos a partir de leituras que realizou. Trabalhou em casas comerciais no

13ª edição, foi produzida pela Imprensa Nacional de Portugal, na capital Lisboa, com 799 páginas, em 189[...]⁵ por Emílio Achilles Monteverde, diplomata e escritor português, e foi indicada para o uso da instrução primária portuguesa e brasileira (SANTOS, 2004).

De acordo com Silva⁶ (1859), a 1ª edição do Manual Encyclopedico foi publicada no ano de 1837, tendo sucessivas reimpressões nos anos de 1838, 1840, 1843 e 1850. Em 1855, teve uma tiragem de 30.000 exemplares e saltou para 40.000 exemplares no ano de 1865. As edições de nº 9 (1870) e 10 (1875) alcançaram a marca de 42.000 exemplares.

Fiel à característica enciclopédica, Monteverde compõe sua obra com um conjunto bastante heterogêneo de conteúdos expostos na pesquisa de Santos (2004) como sendo: religião, princípios gerais de moral, gramática portuguesa, literatura portuguesa, aritmética, definições geométricas, geografia geral, história do Brasil e de Portugal, física, química, biologia e noções de geologia, mineralogia, botânica e zoologia.

A intenção inicial de estudar todo o Manual se tornou inviável devido ao seu volume e a sua composição com diferentes conteúdos. Em diálogo com a orientadora decidimos delimitar o nosso objeto de estudo e trazê-lo para próximo da minha formação inicial, a matemática. No processo de construção e lapidação do objeto de estudo durante as fases de pré-qualificação e qualificação entendemos a partir dos comentários dos avaliadores que a “matemática” é um universo amplo e extenso para as nossas pretensões. Sendo assim, partimos em busca de um novo olhar para o estudo e percebemos que trabalhos como: Boto (1997), Corrêa (2004), Zuin (2007), Valente (2015) e a legislação do período indicam aspectos textuais ligados ao modo de ensinar de Monteverde e a sua metodologia adotada.

Na perspectiva de compreender sobre Emílio e os seus métodos, os estudos realizados por Carlos Humberto Alves Corrêa⁷ (2005, p.6) destaca a utilização do método de perguntas e respostas para expor alguns conteúdos (não citados no

início de sua carreira profissional e ocupou diversos cargos públicos entre eles o de bibliotecário da Biblioteca Pública do Estado.

⁵ Não é possível precisar a data do referido manual em pose, porque o mesmo já apresenta as marcas do tempo. Foi corroído pelas traças que destruíram o papel no espaço onde está impresso o último dígito. 1893 é o provável ano com luz a outros manuais de mesma edição.

⁶ SILVA, Innocencio Francisco da. **Diccionario bibliographico portuguez / Estudos de Innocencio Francisco da Silva applicaveis a Portugal e ao Brasil**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1859.

⁷ Professor Doutor em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (2006). Atualmente é professor concursado da Universidade Federal do Amazonas.

estudo) que, segundo o autor, “a arquitetura do texto no formato de perguntas e respostas remete a um modelo de ensino centrado na leitura, memorização e repetição dos conteúdos lidos”.

Reforçando uma característica semelhante, Zuin (2007) apresenta um estudo sobre o Manual centrado na análise do sistema métrico decimal e apresenta a seguinte formulação:

Em relação ao sistema métrico, traz um texto sucinto, no qual não estão incluídos quaisquer exemplos, problemas propostos, tabelas ou figuras. [...] O texto, muito semelhante ao do *Methodo facilimo*, com um caráter mais informativo e disposto em parágrafos numerados sequencialmente, com pequenas variações e acréscimos (ZUIN, 2007, p.146 e 149).

Outra questão importante a ser destacada foi à atuação de Monteverde na política por longos anos. Segundo Zuin (2007, p. 144), ele exerceu diversos cargos públicos, pertenceu ao Conselho da Rainha D. Maria II, de D. Pedro V e de D. Luis I e também atuou como secretário geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros do Império Português. Em outro momento, a autora comenta sobre a sua popularidade ao destacar "o fato de os manuais de Monteverde serem aprovados pelo governo e integrarem diversos conteúdos faz com que estejam entre os mais utilizados nas escolas públicas e particulares" (ZUIN, 2007, p. 152).

Porém, diante das investigações próximas à temática, nenhum estudo apontou como está configurada metodologicamente a parte aritmética, a partir deste momento, entendemos que analisar os aspectos metodológicos da obra de Monteverde um fator relevante para a pesquisa acadêmica tendo em vista o seu poder editorial e a sua influência na formação da juventude portuguesa e brasileira durante quase todo o século XIX. Deste modo, considerando a extensão da “matemática” e o foco nos aspectos metodológicos, ao redirecionar nosso olhar decidimos, para essa pesquisa restringir-nos à parte aritmética nas operações fundamentais, por entendermos como o centro do estudo na escolarização primária e por considerar que encontraremos nossas respostas.

Neste contexto, tomamos como objeto de estudo para a nossa investigação a composição metodológica das operações fundamentais presente na *Arithmetica* do Manual Encyclopedico. Atentos ao pensamento de Lopes e Galvão (2005) ao enfatizarem sobre a produção histórica se inicia a partir das perguntas feitas pelos

pesquisadores, deste modo, elegemos a seguinte problemática para esse estudo: Qual o método utilizado por Monteverde para ensinar as operações fundamentais e de que forma a organização dos conteúdos e exercícios revelam os princípios metodológicos da sua obra?

Sob o ponto de vista legal, recorreremos inicialmente à legislação portuguesa vigente no período do lançamento do Manual, vale destacar que a obra de Monteverde recebe o carimbo de “aprovado” pelo Conselho de Instrução Publica Português levando a crer que o texto está em dentro dos parâmetros da legislação. Desse modo, direcionamos inicialmente nosso olhar para a legislação mais próxima do ano de lançamento da 13ª edição (1893) que foi a Carta de Lei de 2 de maio de 1878 - Reforma e reorganização do ensino primário destacando os trechos relacionados a Matemática.

Art 2º - O ensino primário elementar para o sexo masculino compreende: leitura, escrita, *quatro operações sobre números inteiros e fracionários* (grifo do autor), elementos de gramática portuguesa, princípios do sistema métrico-decimal, princípios de desenho, moral e doutrina cristã. O ensino elementar para o sexo feminino compreende as matérias mencionadas neste artigo e os trabalhos de agulha necessários às classes menos abastadas.

Art 3º - O ensino primário complementar para o sexo masculino compreende:

[...]

3º. Aritmética e geometria elementar e suas aplicações mais usuais;

[...]

5º. Sistema legal de pesos e medidas;

(Carta de Lei de 2 de maio de 1878 - Reforma e reorganização do ensino primário).

Na investigação a respeito do método ou métodos utilizados por Monteverde na sua escrita aritmética, recorreremos, inicialmente, aos estudos de Valente (2015) no trabalho intitulado “Como Ensinar Matemática no Curso Primário? Uma questão de conteúdos e métodos, 1890-1930”. Em seus estudos, Valente comenta a respeito de uma profusão de termos com referência a métodos e processo de ensino “Método intuitivo, método analítico, método intuitivo-sintético, método intuitivo-analítico...” (VALENTE, 2015, p.192).

Na discussão do estudo citado anteriormente, Valente (2015, p. 200) considera que até a chegada do método intuitivo (meados do fim do século XIX), a ordenação dos conteúdos ensinados na matemática escolar e na matemática

escolar para os anos iniciais eram pautados pelos elementos tendo esse ensino pautado nos elementos como à base do método sintético segundo o próprio autor. Considerando o período de escrita do Manual Encyclopedico e a sua longa extensão editorial, é possível aferir que a obra de Monteverde está presente em um momento histórico de transição entre os dois métodos citados.

Ao referimos ao método sintético, tomamos como base o pensamento de Valente (2015, p. 201) que o considera como um método que marcha das partes para o todo. Sendo assim, os problemas aritméticos (exercícios) representam a totalidade que será tratada matematicamente somente após um longo processo de ensino dos elementos, tais como: numeração, operações, sistema de medidas, etc. Tomando o mesmo estudo como referência, consideramos o método intuitivo uma ruptura ao método sintético, uma vez que trabalha partindo do todo (uma situação cotidiana desenhada) para as partes (uma análise das cenas representadas). Ampliaremos essa discussão com o avanço dos estudos.

Com vista aos estudos preliminares aqui citados e um base na legislação em vigência, consideramos como pressuposto a formação de Emílio Monteverde, aliada ao contexto histórico-político juntamente com a legislação do período, o tenha direcionado em uma composição aritmética e das operações fundamentais do Manual centrado no método sintético, partindo das partes para o todo. Diante disso, dizemos que o objetivo geral desta dissertação foi analisar a configuração metodológica das operações fundamentais presente na Arithmetica da 13ª edição do Manual Encyclopedico de Monteverde.

Para a organização da pesquisa, definimos dois objetivos específicos: a) compreender aspectos históricos da trajetória do Manual e seu autor, de forma a entender os cenários da vida, formação e carreira de Achilles Monteverde além de percorrer a trajetória histórica do Manual e circulação da obra durante o século XIX e b) identificar os aspectos teóricos e metodológicos das Operações Fundamentais no Manual Encyclopedico por meio dos conteúdos e exercícios.

No segundo momento, procuramos ampliar os horizontes a respeito do nosso objeto de estudo e realizamos um levantamento de trabalhos associados ao tema. Foi realizada uma pesquisa inicial sobre o estado do conhecimento no Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior- (BTD/CAPES), a partir dos descritores: “Emílio Aquilles”, “Aquilles Monteverde”, “Achilles Monteverde”, “Manual Encyclopédico” e em todos os casos

não foi encontrado nenhum registro. A mesma pesquisa foi realizada no Repositório Científicos de Acesso Aberto de Portugal (RCAAP) e obtivemos como resultado o trabalho de dissertação de Sandra Catarina de Lima Cruz Correia, apresentado na Universidade do Minho em 2004 com o título: “O manual enciclopédico de Achilles Monteverde”.

Um único resultado encontrado pode demonstrar uma falta de trabalhos específicos sobre Achilles e o seu Manual. Mudando a estratégia de pesquisa, parti na busca de investigações que se aproximassem da temática aqui abordada tais como: manuais escolares, período oitocentista, livros didáticos e educação portuguesa. Outra pesquisa também foi realizada de maneira mais livre em sites de buscas e esta retornou trabalhos com citações diretas ou indiretas aos escritos de Monteverde, chegando a alguns resultados. Em ambos os casos, utilizamos como descritores: Emílio, Emílio Monteverde, Achilles, Aquiles, Monteverde, Manual e Manual Encyclopedico.

Para além destas pesquisas, buscamos contato com familiares de Monteverde por meio de e-mails e redes sociais, bem como tentamos estabelecer contato com órgãos públicos portugueses onde Monteverde teve atuação profissional. Estabelecemos contato com Helena Abecais (5/6ª geração) da família de Monteverde, a qual o reconhece e ficou disponível para ajudar. Em virtude dos longos anos, informações e artigos associados diretamente a Emílio não estava ao seu alcance e as conversas não avançaram. Em relação aos contatos com órgãos oficiais, o único retorno português foi realizado pelo Corpo de Bombeiros Português e confirmou a atuação do filho de Monteverde no seu quadro de funcionários⁸.

No quadro 1, a seguir apresentamos os principais trabalhos encontrados organizados em ordem cronológica de publicação.

Quadro 1 – Estado do conhecimento

ANO	AUTOR	TÍTULO	TIPO/LOCAL
1997	Carlota Boto	Ler, escrever, contar e se comportar: a escola primária como rito do século XIX português (1820-1910)	Tese/USP
2004	Maria do Céu Garcia dos Reis Loureiro Alves.	Um tempo sob outros tempos: o processo de escolarização no Concelho de Mafra: anos de 1772 a 1896	Dissertação/Universidade do Minho

⁸ Havia uma suspeita inicial da atuação de Monteverde no Corpo de Bombeiros. No fim, a atuação foi atribuída ao seu filho que carregava o mesmo nome.

2004	Sandra Catarina de Lima Cruz Correia	O manual enciclopédico de Aquiles Monteverde ⁹	Tese/Universidade de Aveiro
2004	Vera Maria dos Santos	A geografia e os seus livros didáticos sobre Sergipe: do século XIX ao século XX	Dissertação/UFS
2006	Carlos Humberto Alves Corrêa	Circuito do livro escolar: elementos para a compreensão de seu funcionamento no contexto educacional amazonense (1852 - 1910)	Tese/UNICAMP
2007	Elenice de Souza Lodron Zuin	Por uma nova Arithmetica: O sistema métrico decimal como um saber escolar em Portugal e no Brasil Oitocentistas	Tese/PUC - SP
2009	Paula Alexandra Aguiar Pinto	O ensino primário e seus valores em Portugal, de 1807 até 1928, através dos manuais escolares.	Dissertação/Universidade de Lisboa
2013	Marcus Aldenison de Oliveira	Antônio bandeira Trajano e o método intuitivo para o ensino de <i>arithmetica</i> (1879-1954)	Dissertação/UNIT
2016	Anderson Santos	“RACIOCINAR COM RECTIDÃO”: as lições do compêndio Lições de Philosophia Elementar Racional e Moral de José Soriano de Souza (1871)	Dissertação/UNIT

Fonte: elaborado pelo autor (2021).

Destaco que os estudos realizados pela Professora Carlota Boto (1997) foram dedicados à compreensão da escola portuguesa do século XIX por intermédio de uma análise dos livros/manuais em circulação no país, dentre eles, o Manual Encyclopédico, objeto de pesquisa nesta dissertação. Durante o estudo são apresentados relatórios de inspeção, decretos governamentais e relatos de professores que evidenciam a grande circulação dos escritos de Monteverde em Portugal, como explícito na citação abaixo:

Verifica-se, portanto, que, dentre as obras escolares mais utilizadas em Portugal nesse período (1875), destacam-se o *Methodo Facilimo* (23,9%) e o *Manual Encyclopédico* (19%), de Emílio Achiles Monteverde, bem distribuídos por todos os distritos consultados (BOTO, 1994, p. 436).

Ainda nos estudos de Boto (1997), encontramos um relato na *Revista Acadêmica de Coimbra*, 1845 que direciona críticas aos manuscritos de Monteverde e destaca os problemas da instrução portuguesa.

⁹ O trabalho citado não possui versão digital e se encontra disponível apenas na biblioteca da Universidade de Aveiro. A autora não foi encontrada e não tivemos acesso até o momento.

O livro que para uso das escolas tem tido ultimamente mais extração é o Manual enciclopédico do Sr. Emílio Achilles Monteverde. Reconhecendo o importante serviço do autor e seu ânimo de diminuir o merecimento desta obra, seja-nos permitido dizer que nela achamos defeitos, pelos quais a julgamos menos apropriada para servir de exercício até os meninos lerem corretamente, que é o de que principalmente precisamos. O Sr. Monteverde quis fazer um livro grande, mas que o tipo miúdo e evitou as perfeições tipográficas para encurtar a obra, o que embaraço os principiantes (REVISTA ACADÊMICA, 1845, p. 357-359).

Ao analisar os estudos de Alves (2004), percebemos que a pesquisadora busca entender o processo de escolarização na cidade de Mafra, Portugal, entre os anos de 1772 a 1896, apresentando a circulação do Manual nesse período naquela região, próxima a Lisboa, demonstrando que entre os manuais escolares mais utilizados naquela localidade portuguesa, no ano de 1880, se destaca o Manual Encyclopédico, de Emílio Achilles Monteverde. Essa constatação nos reforça a noção da importância e a grande difusão e circulação do referido Manual em terras portuguesas.

Foi a partir da leitura da dissertação de mestrado de Vera Maria dos Santos, citada anteriormente que tivemos o primeiro contato com o Manual Encyclopedico. Na pesquisa a investigadora mapeia os livros didáticos, em especial a parte de Geografia, em Sergipe durante o século XIX e XX e, dentre estas obras em circulação, encontramos o Manual. A partir do seu relato, constatamos traços iniciais da sua circulação em solo sergipano.

A condição em que se encontra o livro estudado e, sobretudo, as anotações manuscritas e as marcas do seu desgaste demonstram que o livro foi muito usado, além de indicarem que foi utilizado por mais de uma pessoa. Muito embora não se tenha realizado um estudo sobre a sua utilização pelos colégios, as marcas de uso encontradas denunciam que esse impresso escolar circulou em Sergipe também, em 1902 (SANTOS, 2004, p.30).

Estudos de Corrêa (2006) mostram a circulação da Enciclopédia no Brasil, especificamente, nas províncias do Amazonas e Pará¹⁰. A pesquisa versa sobre a circulação dos livros didáticos no Amazonas durante o período 1852 – 1910 e nela é destacado que Emílio Monteverde fez contato direto com o presidente da província

¹⁰ No acervo de obras raras da Biblioteca Pública do Pará localizamos um exemplar da oitava edição, publicada em 1865. (CORRÊA, 2006, p. 234)

¹¹ amazonense à época por meio da Correspondência da Instrução Pública do Amazonas 1875 destacando o valor da sua obra e oferecendo-a a província brasileira. Segundo ele, o objetivo da obra era:

Proporcionar aos Paes de família, reunindo n'um só volume, nitidamente impresso, e pelo módico preço de 480 reis em brochura (comprado em Portugal) aquilo que até agora era necessário procurar em muitos livros com grande trabalho e despesas para habilitarem seus filhos a seguirem estudos mais assentados e profundos e a entrar no mundo não ignorando o valor de grande multidão de vocábulos, a que sem esta instrução primeira não ligarião nenhuma idea (MONTEVERDE, 1875).

Além destas questões o autor ressalta também o sucesso de vendas da obra, com o objetivo de convencer que a província adotasse a mesma. Como pode-se perceber na continuação da correspondência abaixo:

Se pois o mérito de um livro e a conveniência da sua adopção se avalião pelo numero d'exemplares das suas edições, e a brevidade com que se extrahem, ocioso é acrescentar cousa alguma para recomendar o "Manual encyclopedico", por isso que falla mais alto do que tudo quanto se poderia dizer em seu abono, o facto de haver sido a 1ª edição de 205 exemplares; a 2ª de 4.250, indo as outras em progressivo augmento, a ponto que a 6ª edição e a 7ª foram de 30.000 exemplares cada uma; a 8ª e a 9ª, de 42.000 e a 10ª, também de 42.000, como acima fica dito; o que se pôde averiguar na Imprensa nacional de Lisboa, e recorrendo ao acreditado "Diccionario bibliographico" do Snr Francisco Innocencio da Silva [grifo do autor], tomo 2º pág.226; e tomo 9º pág 169, aonde se faz menção, não só desta, mas tambem das outras minhas humildes composições litterarias, e do numero d'exemplares de cada uma das suas edições (Correspondências da Instrução Pública 1875-01).

A investigação coordenada pela Professora Doutora Elenice Zuin, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), a respeito do Sistema Métrico Decimal, concentra-se em realizar uma análise matemática dos escritos de Monteverde e apresenta dados os quais mostram a alta circulação dos exemplares, inclusive no Brasil. Segundo a pesquisadora:

Há uma indicação da editora com a relação dos endereços das lojas de livros onde poderia ser encontrado o Manual Encyclopédico, incluindo as cidades de Lisboa, Porto, Coimbra e, no Brasil, no Rio

¹¹ O nome do presidente não foi citado nominalmente, mas levando em consideração a data da carta (fevereiro/1875) encontramos Domingos Monteiro Peixoto como presidente da província nesse período.

de Janeiro. Além disso, menciona-se que na Bahia, Pernambuco, Pará, Maranhão, Ceará e em Porto Alegre o manual estava à venda nas "principaes lojas de livros", levando-nos a crer que o manual foi também vendido no Brasil, como outras obras de Monteverde (ZUIN, 2007, p.149).

O tema do ensino primário e seus valores em Portugal, entre 1807 até 1928, por meio dos manuais escolares é o título da investigação levada a cabo pela pesquisadora Paula Pinto, da Universidade de Lisboa e tem por objetivo apresentar a importância dos manuais escolares como agentes de socialização e, fundamentalmente, como agentes de doutrinação da cultura e da identidade nacional. Dentre os manuais analisados, encontra-se o Manual Encyclopédico de Monteverde, novamente apresentado como sendo um sucesso de popularidade.

A investigação realizada no Programa de Pós-graduação da Universidade Tiradentes (UNIT) por Marcus Aldenison de Oliveira, intitulada: "Antônio bandeira Trajano e o método intuitivo para o ensino de *arithmetic* (1879-1954)", defendida no ano de 2013 foi a primeira leitura indicada pela orientação, no início desta pesquisa e trata de uma análise da Aritmética presente nos escritos de Trajano.

O pesquisador que também tem a sua formação de graduação no curso de Matemática, da Universidade Tiradentes, fez uma análise acerca de escritos matemáticos no final do século XIX e início do XX. Apesar de não estudarmos os mesmos escritos, estamos inseridos no campo da História da Educação e da História da Educação Matemática e seu trabalho serviu como referência.

Faço essa breve antecipação bibliográfica como forma de auxiliar e fortificar o entendimento do nosso objeto e objetivos de pesquisa. Os breves comentários a respeito dos trabalhos encontrados têm como objetivo ampliar e destacar a popularidade do Manual e mostrar inicialmente a circulação do mesmo no Brasil, principalmente nas regiões Norte, e no que hoje chamamos de Nordeste brasileiro dando sustentabilidade aos caminhos da nossa investigação. Esses aspectos citados serão abordados com mais profundidade nas seções seguintes.

1.2 Aportes teórico-metodológicos

Esta dissertação desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Tiradentes-PPED/UNIT, na Linha de Pesquisa Educação e Formação Docente, situa-se no âmbito da História da Educação Matemática, História

Cultural e História dos Manuais Escolares tendo aportes teórico-metodológicos as pesquisas desenvolvidas por autores como: Justino Pereira de Magalhães (1999), Wagner Valente (2007), Neuza Pinto (2008), Roger Chartier (1988), André Chervel (1990), entre outros.

A respeito da História da Educação Matemática tomei como referência base os estudos do Grupo de Pesquisa de História da Educação Matemática de São Paulo (GHEMAT), criado em 2000, na cidade de São Paulo tendo como coordenadores os professores Neuza Bertoni Pinto e Wagner Rodrigues Valente. Valente (2007, p.29) considera “que a pesquisa em história da educação matemática está inscrita no campo da história. Mais especificamente, ela reporta-se à história da educação”.

Adentrando ao campo da História da Educação Matemática, o pesquisador se depara em um campo multidisciplinar que envolve História, Matemática e Educação. A respeito dessa multidisciplinaridade e da atuação do pesquisador, Pinto (2008) comenta:

Tal como em outros campos de conhecimento, como o da filosofia e da educação, a prática histórica da educação matemática requer a superação de uma busca de “verdade” naquilo que aconteceu num passado estático, sem ter que problematizá-lo a partir do presente, tomando o fato histórico como já construído, apenas à espera de uma descrição pontual do historiador. Por se tratar de um campo interdisciplinar, nele concorrem a história fornecendo ferramentas conceituais, a educação disponibilizando seu tempo histórico, a matemática fornecendo seus conteúdos (PINTO, 2008).

Entende-se aqui que a citação da pesquisadora citada acima se faz importante no diálogo com o nosso objeto de investigação uma vez que é necessário analisar a obra levando em consideração os contextos nela inseridos sem o objetivo de uma busca por uma dada verdade e entendendo o seu papel na história da educação e da Educação Matemática. Corroborando com o pensamento de Oliveira (2013) o qual nos seus estudos sobre os livros de aritmética de Antônio Trajano, cita a necessidade de leitura externa como forma de entender aspectos materiais que compuseram aqueles livros.

No caminho metodológico desta pesquisa, buscamos a contribuição dos estudos do Wagner Rodrigues Valente (2007), dentre eles o trabalho intitulado:

“História da Educação Matemática: interrogações metodológicas”¹². Nesse estudo, Valente e seu grupo de pesquisa, discutem os aspectos teórico-metodológicos de trabalhos voltados para a História da Educação Matemática tomando como base o curso de história do historiador Antoine Proust, em Paris. Em dado momento, Valente (2007) reconhece que a fórmula “tema-problema-objetivos-base teórica-metodologia-cronograma-resultados-bibliografia” se torna de difícil compreensão para um pesquisador sem afinidade na área quando a metodologia da pesquisa não está explicitamente mencionada.

Para Valente (2007), o historiador da educação matemática tem a missão de produzir fatos históricos, sendo a sua especificidade a construção de fatos relativos ao ensino de matemática. Nessa mesma direção, acredita que fazer perguntas para os livros didáticos de matemática é uma forma de estudar práticas da educação matemática, pois os livros didáticos representam os traços da história por onde ele passou.

Valente (2007) ainda destaca a importância do livro didático para a pesquisa em história da educação matemática:

A dependência de um curso de matemática aos livros didáticos, portanto, é algo que ocorreu desde as primeiras aulas que deram origem à matemática hoje ensinada na escola básica. Fica assim, para a matemática escolar, desde os seus primórdios, caracterizada a ligação direta entre compêndios didáticos e desenvolvimento de seu ensino no Brasil. Talvez seja possível dizer que a matemática constitui-se na disciplina que mais tenha a sua trajetória histórica atrelada aos livros didáticos (VALENTE, 2007, p.41).

A respeito do livro didático como fonte de pesquisa, ele diz:

A trajetória histórica de constituição e desenvolvimento de matemática escolar no Brasil pode ser lida nos livros didáticos. Mas, essa não será uma leitura qualquer. Antes disso, trata-se de uma leitura que dará aos livros didáticos o status de fontes de pesquisa. Material que há até pouco tempo atrás era considerado uma literatura completamente descartável, de segunda mão, os livros didáticos ante os novos tempos de História Cultural, tornaram-se

¹² Texto elaborado para as atividades desenvolvidas junto ao grupo de estudo de história da educação matemática coordenado pelo Prof. Dr. José Manuel Matos, da Universidade Nova de Lisboa, em junho de 2005. VALENTE, Wagner Rodrigues. História da Educação Matemática: interrogações metodológicas. **Revista Eletrônica de Educação Matemática**, v. 2, n. 1, p. 28-49, 2007.

preciosos documentos para escrita da história dos saberes disciplinares (VALENTE, 2007, p.41).

A respeito dos manuais, nossa fonte de pesquisa, Valente (2007) comenta que esses escritos podem revelar importantes elementos sobre a escolarização e a trajetória histórica de um determinado saber. Valente considera que o caminho da matemática como disciplina escolar pode ser lida por meio dos livros didáticos.

Este é um ponto de vista defendido por Choppin (2000, p.116) quando adverte que ao pesquisador cabe considerar como "todo livro didático está histórica e geograficamente determinado e é produto de um grupo social e de uma dada época".

Essas ideias reforçam a importância de estudarmos a cultura escrita tendo como fontes os livros didáticos/manuais escolares em circulação naquele contexto. Ressalto que a análise fria dos escritos e dos seus conteúdos por vezes não nos trazem as respostas necessárias. Esse olhar precisa ser amplo e levar em consideração os elementos ao redor, tais como: escritor, políticas públicas, elementos econômicos, entre outros. Durante esse estudo, temos o objetivo de ter esse olhar sobre os escritos matemáticos de Emílio em seu manual.

Nessa direção, o nosso estudo de cunho histórico-documental, segue com aportes teóricos referenciados na História Cultural. Segundo Chartier (1988, p.16-17), "[...] a História cultural, tal como a entendemos, tem por principal objeto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social e construída, pensada, dada a ler." No livro "Território Plural" de Galvão e Lopes (2010) reforça a importância das contribuições da História Cultural em pesquisas com objetivo de compreender visões de mundo baseadas em objetos culturais, disseminadas e produzidas por diferentes grupos sociais na tentativa de entender as relações entre os sujeitos e os objetos.

Pensando no manual como fonte e objeto do nosso estudo, dialogamos com Choppin (1990), Richaudeau (1979) e Magalhães (1999, 2018). Para Choppin (1990), os manuais escolares são produtos de consumo, um veículo de um sistema de valores, de uma ideologia, um suporte de conhecimento e um instrumento pedagógico. Tendo um conteúdo claro e progressivamente definido, sob a forma sequencial. Richaudeau (1979) define o manual escolar como sendo um material impresso, estruturado, destinado a um determinado processo de aprendizagem e formação.

Justino Magalhães (1999) nos seus estudos considera que:

O manual escolar contém uma informação e uma interpretação da cultura e do imaginário, suas dimensões escolarizáveis e processo de escolarização, bem como das metas e das práticas educativas culturais. (...) constitui uma pista fundamental de investigação para conhecer globalmente uma época, para caracterizar políticas e modelos educativos (MAGALHÃES, 1999, p.282).

Sob esse olhar, Magalhães (1999) considera o estudo sobre os manuais um objeto específico no quadro da história cultural e, por consequência, no quadro da história da leitura e do livro. Nessa direção, defende que fazer história de um manual escolar é questionar a natureza, simbolização e os significados mais profundos do saber e do conhecimento sendo o manual escolar uma configuração complexa entre texto, forma e discurso e resultado de uma combinação de conhecimento/saber/(in)formação.

Ainda sobre os manuais escolares, Magalhães (1999) destaca a influência de aspectos técnicos de circulação, produção, comercialização e políticas escolares. Ressalto essa fala para lembrar que o Manual de Emílio Monteverde tinha a autorização da Inspeção Pública Portuguesa e era como o próprio autor diz “Proporcionar aos Paes de família, reunindo n’um só volume, nitidamente impresso, e pelo módico preço de 480 reis” (MONTEVERDE, 1872).

Essas políticas escolares como influenciadoras da construção dos manuais são destacadas nesse relato a respeito dos escritos portugueses:

Em Portugal, as Cartilhas, como os Manuais e Compêndios Escolares (estes últimos já no decurso do século XVIII), foram produzidas no interior de corporações ou de estruturas notáveis, como a Corte, a Universidade de Coimbra, as Dioceses, as Ordens Religiosas e Monacais, os Mestres Régios. Desde o século XVIII que há factores de natureza corporativa e de controlo que exercem determinado tipo de pressão sobre a produção, aprovação e circulação dos manuais escolares (MAGALHÃES, 2018, p.10).

Nosso estudo perpassa diretamente ao estudo das disciplinas escolares, tendo em vista que nosso objeto de estudo são as operações fundamentais presentes na Aritmética do Manual Encyclopédico. Nas reflexões sobre a História das Disciplinas Escolares, as bases teóricas são os estudos dos pesquisadores André Chervel (1990). O primeiro pensamento quando falamos de disciplinas escolares é a associação direta com os conteúdos ensinados, mas Chervel (1990) acredita que a disciplina escolar é:

Constituída por uma combinação, em proporções variáveis, conforme o caso, de vários constituintes: um ensino de exposição, os exercícios, as práticas de incitação e motivação os quais, em cada estado da disciplina, funcionam, evidentemente em estreita colaboração, de mesmo modo que cada um deles está, à sua maneira, em ligação direta com as finalidades (CHERVEL, 1990, p. 207).

Em outras palavras, Chervel acredita que a análise sobre a matemática, a geografia etc. é muito maior do que pura e simplesmente uma análise de currículo. Se quisermos entender e encontrar respostas, precisamos ampliar horizontes e investigar todos os contextos culturais.

Desse modo, a nossa pesquisa aqui apresentada tem o caráter histórico-documental de cunho descritivo analítico. Optamos por um levantamento bibliográfico- documental que compreendeu a obtenção de informações sobre a fundamentação teórica da pesquisa e de aspectos inerentes a Emílio Monteverde e ao seu Manual Encyclopedico. Para tal, utilizamos como fontes documentais: decretos governamentais, revistas, folhetos, jornais, planos de ensino, relatórios e o próprio Manual. As fontes bibliográficas utilizadas nessas pesquisas nos proporciona um olhar diferente sobre a obra e o seu autor.

Na busca por entender o personagem Emílio Monteverde e suas particularidades realizamos uma pesquisa em fontes de órgãos oficiais e universidades portuguesas em busca de documentos que ampliassem o nosso olhar. O quadro 2 destaca os locais em Portugal que visitamos por meio da internet e onde foram realizadas as pesquisas digitais entre 2021 e 2022.

Quadro 2 – Repositórios portugueses

LOCAL	ENDEREÇO ELETRÔNICO
Arquivo Distrital de Setúbal	https://digitarq.adstb.arquivos.pt/
Arquivo Histórico de Almada	http://www.m-almada.pt/arquivohistorico/
Arquivo Nacional Torre do Tombo	http://antt.dglab.gov.pt/
Base Nacional de Dados Bibliográficos	http://porbase.bnportugal.pt/
Bibliografia Nacional Portuguesa	http://bibliografia.bnportugal.gov.pt/
Biblioteca do Instituto de Educação da Universidade de Lisboa	http://www.ie.ulisboa.pt/biblioteca
Biblioteca Nacional de Portugal e Digital	http://www.bnportugal.gov.pt/ e https://bndigital.bnportugal.gov.pt/
Hemeroteca Municipal de Lisboa	http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/
Ministério Público Português	https://arquivohistorico.ministeriopublico.pt/
Portal Português de Arquivos	https://portal.arquivos.pt/

Fonte: elaborado pelo autor (2021).

As buscas tiveram como base as palavras-chave: Emílio, Emílio Monteverde, Achilles, Aquiles, Monteverde, Manual e Manual Encyclopedico com o objetivo de coletar informações sobre os aspectos da vida de Emílio e a circulação e características do Manual.

Em nossa busca, identificamos que o arquivo da Biblioteca Nacional de Portugal, em Lisboa faz a guarda de 28 impressos relacionados a Emílio Monteverde, assim como o Arquivo Nacional da Torre do Tombo, com 20 documentos e a Hemeroteca de Lisboa. Há um entrave em grande parte dos documentos por não estarem digitalizados ou com o acesso disponível, além de alguns materiais com baixa resolução, escrita de difícil compreensão e documentos repetidos. Os documentos da Biblioteca Brasileira e Guita José Mindlin¹³ sob a administração da Universidade de São Paulo (USP) também possuem uma série de documentos portugueses. Esses acervos digitais são de grande importância para a pesquisa e possibilita a continuidade dos estudos mesmo com um Oceano Atlântico de distância.

Delimitados os caminhos da pesquisa, partimos agora para a apresentação da estrutura desta investigação. Esta pesquisa está organizada em três seções, Introdução, duas seções de desenvolvimento e as considerações finais.

A seção de introdução intitulada “Primeiras Operações”, consiste na apresentação do tema, da trajetória como pesquisador, suas motivações, escolha e delimitações do objeto, além dos objetivos, problema de pesquisa e suas referências teóricas-metodológicas, ou seja, como a trama foi sendo costurada.

Na sequência, a seção intitulada de “Emílio Achilles Monteverde e o Manual Encyclopedico: Trajetória e circulação” tem como objetivo mostrar aspectos da vida, formação, atuação profissional, outros escritos do diplomata português e a apresentação do Manual Encyclopedico.

A terceira seção nomeada “A arte de calcular: entre leis, notas e exercícios. O jeito de ensinar as operações fundamentais por Monteverde” será dedicada a mostrar o Manual Encyclopedico e suas características pedagógicas e analisar os aspectos matemáticos na composição do Manual Encyclopédico com um olhar às questões teóricas e metodológicas sem deixar de lado os aspectos culturais do objeto.

¹³ Disponível em: <https://www.bbm.usp.br/>. Acesso em: 9 maio 2021.

Finalizando, a última seção é reservada para as considerações finais a respeito do estudo. Bem-vindos a Aritmética do Manual Encyclopédico de Emílio Achilles Monteverde. Afinal, como as operações fundamentais podem ser lidas no “Manual Encyclopedico” de Emílio Achilles Monteverde?

2 EMÍLIO ACHILLES MONTEVERDE E O MANUAL ENCYCLOPEDICO: Trajetória e circulação

O objetivo que norteia essa seção é compreender os aspectos da trajetória do Manual partindo da ideia que o autor e o contexto histórico-político influenciaram a forma com que o Manual se apresenta. Para tal, iniciamos a discussão a esse respeito buscando entender as suas motivações e intenções na construção da Encyclopedica. Dessa forma, resgatamos aspectos da vida de Emílio Achilles Monteverde que perpassam por sua formação acadêmica, elementos do contexto da vida pessoal, atividades profissionais e outros escritos.

Na sequência, recorreremos a um olhar mais amplo do Manual mostrando diferentes ângulos da sua obra, contando um pouco da sua trajetória histórica e enunciando os conteúdos contidos na obra. Complementamos esses novos olhares, narrando/descrevendo o sucesso editorial que o Manual obteve durante o ápice da sua circulação. A seção é finalizada com a exposição dos traços de circulação da enciclopédia em terras brasileiras.

2.1 O educador e homem de negócios: vida e obra de Emílio Monteverde

Nesta subseção, temos como objetivo traçar aspectos da trajetória do funcionário público e escritor Emílio Achilles Monteverde que foi um escritor e diplomata português, autor de várias obras educacionais dedicadas ao ensino primário e secundário durante o século XIX. Homem com longa jornada na política portuguesa é um dos autores mais vendidos e utilizados nesse período, com obras que circularam na Europa e no Brasil, como veremos nesta seção. Suas obras atravessaram o globo com vestígios da sua circulação na América do Sul, África e Ásia especialmente nas colônias portuguesas do período e tiveram grande influência também na educação dos jovens brasileiros.

Para a construção de uma visão geral da produção intelectual e de sua vida, realizamos uma pesquisa dos trabalhos em que ele é citado e buscamos folhetos,

jornais e escritos da época com a intenção de reunir essas informações em um único lugar.

Na escrita dos aspectos biobibliográficos de Monteverde, é importante salientar que essa é uma construção imperfeita, limitada e influenciada por nossas fontes e interpretações. Nesse sentido, levamos em consideração o alerta indicado pelo historiador Paul Veyne (1992) a respeito das construções narrativas de fatos históricos, segundo ele,

A história não é uma ciência, e seu modo de explicar é de *fazer compreender*, (grifo do autor) de contar como as coisas se passaram; (...) que o historiador só tem acesso direto a uma porção ínfima desse concreto, a que lhe chega pelos documentos de que pode dispor; para todo resto ele precisa tapar os buracos (VEYNE, 1992, p. 73).

Assim, indicamos que esta pesquisa não objetiva realizar uma análise sobre vida do autor, sendo apenas um ponto de partida o qual necessita sempre de uma reconstrução. Nesse sentido, nos baseamos em Pacheco (2019), ao completar esse pensamento ao afirmar que é preciso levar em consideração o contexto de vida do biografado.

Natural da capital portuguesa, Lisboa, Emílio Achilles Monteverde nasceu no dia 9 de Junho de 1803 e foi fruto do relacionamento de Felizarda Joaquina dos Reis com o Italiano Francesco Nicolau Monteverde. Durante a vida adulta, Emílio casou-se com Carlota Maria Brandão e Sousa, no dia 22 de junho de 1825, e juntos tiveram quatro filhos: Emília, Carlos Emílio, Alfredo Emílio e Emílio Aquilles Junior. Viveu por pouco mais de 77 anos e faleceu na sua cidade de origem em 17 de janeiro de 1881.

Durante as pesquisas para a construção desta trajetória não tivemos acesso às informações sobre a sua infância e sua adolescência e quase que a totalidade dos fatos narrados representam a fase adulta de sua vida. A sua formação acadêmica inicial se deu em terras portuguesas dando continuidade aos seus estudos na cidade de Bordéus, na França, fato descrito pelo Visconde de Benalcanfor em uma coluna no Jornal “Occiente”¹⁴ dedicado ao escritor.

¹⁴ O Occidente – Revista Illustrada de Portugal e do Estrangeiro com início em 1877 foi administrada por Guilherme de Azevedo e Manuel de Macedo tendo como objetivo nas palavras dos administradores de “servir a ideia civilisadora de trazer para a evidencia da luz, a vida nacional que palpita no mundo obscuro do esquecimento publico”. A revista foi publicada entre 1878 e 1915 no ritmo de três números por mês totalizando 1315 edições ao longo dos seus 38 anos de edição.

Foi em Bordeus, n'essa florente cidade, tão notavel pelos seus fastos políticos, pelas tradições dos seus antigos parlamentos, pelas luctas da Fronda, pelas reminiscencias dos Girondinos, onde Emílio Achilles Monteverde, que nascera em Lisboa a 9 de junho de 1803, completou os seus estudos (BENALCANFOR, 1881, p.21).

O Visconde anuncia o término dos estudos de Monteverde na França, o que explica posteriormente a quantidade dos seus escritos dedicados à Língua Francesa, mas não destaca qual e como foi essa formação. Até o momento, não conseguimos nenhuma outra informação a respeito da sua formação. Acreditamos que uma formação completa possa ter ocorrido dentro das Forças Armadas Portuguesas, uma vez que sua trajetória dentro do serviço militar português começou desde jovem, prestes a completar 18 anos.

Emílio entrou para o serviço e foi nomeado em 1821 à legação portuguesa, na capital da Espanha, Madrid, onde serviu por quase dos anos. No ano seguinte, foi incluído na Secretaria de Negócios Estrangeiros como amanuense¹⁵ de 2ª classe passando quase que toda a vida como funcionário do estado. Foi promovido a amanuense de 1ª classe em 1824, elevado a oficial ordinário em 1834, escolhido chefe da repartição em 1837 e despachador oficial em 1850.

Conhecido um breve resumo da vida de Monteverde, pareceu-nos importante encontrar alguma imagem ou ilustração na qual pudemos saber de quem fisicamente estávamos tratando. Assim, fomos à busca desta representação imagética de Emilio Monteverde que, até aquele momento, não havia sido se apresentado. Chegamos a uma imagem, deste que já conhecíamos de outras formas. Imagem esta, que é, até então, o único registro visual encontrado dele.

A ilustração na qual podemos ter uma representação de quem era Monteverde, identificado na parte de baixo da arte como Conselheiro Emilio Achilles Monteverde. Ao lado direito da imagem temos a inscrição do nome do artista que teria desenhado tal imagem, identificado como: A partir desta ilustração assinada por Alberto¹⁶, pudemos de certa forma ter uma representação física de Emílio, neste caso, com a idade avançada. A imagem encontrada dá luz ao até então

¹⁵ Empregado de repartição pública, encarregado geralmente de fazer cópias, registros e alguma correspondência oficial; manga de alpaca.

¹⁶ Alfredo não está presente na lista oficial de colaboradores artísticos da revista e não conseguimos mais informações sobre o mesmo.

desconhecido, pra mim escritor português. A arte foi publicada na Revista “Occidente”, na coluna escrita pelo Visconde de Benalcanfor em uma edição lançada alguns anos após a sua morte. A imagem 1 apresentada abaixo é fruto de pesquisa realizada na Hemeroteca Digital de Lisboa tendo como objetivo a busca de informações sobre a vida de Emílio.

Imagem 1 - Ilustração de Monteverde por Alberto na Revista O Occidente – 1888



Fonte: Hemeroteca Digital de Lisboa¹⁷.

Como dito, Emílio percorreu um longo caminho na vida pública portuguesa e assumiu uma série de cargos e títulos durante essa jornada. Apresentaremos a seguir um pouco dessa trajetória.

Segundo Valdez (1855), no anuário Português histórico, biográfico e diplomático, ele descreve boa parte da trajetória de Achilles dentro do governo Português, dentre diversos cargos, temos que Emílio foi Conselheiro da Legião de Honra de França, Ext. de Carlos III e de Isabel, a Catholica de Hespanha; do Dannebrog de Dinamarca, e de S. Mauricio e S. Lazaro de Sardenha; Cav. Da de Leopoldo da Belgica; da Rosa do Brazil; de 2ª Cl. De Santa Anna da Rússia, e da 1ª Cl, do Nicham Iftihar da Turquia.

Começou a servir em Abril de 1821, na Legação de Portugal na Corte de Madrid. Nomeado Amanuense de 2ª classe da Secretária de Estado dos Negócios

¹⁷ Disponível em: <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/> Acesso em: 6 abr. 2021.

Estrangeiros, em 19 de julho de 1822; e de 1ª Classe no 1º de março em 1824. Oficial Ordinário no 1º de Janeiro de 1834. Chefe da 1ª Repartição da mesma Secretária de Estado, em 12 de junho de 1837. Membro da Comissão criada em 1846, para apresentar a conta do subsidio arbitrado pela Espanha a Divisão Auxiliar Portuguesa que ali militou desde 1835 a 1837. Agraciado com a Carta de Conselho, em 18 de fevereiro de 1850. Oficial Maior, em 19 de março do mesmo ano. Nomeado, em 23 de junho de 1851, membro da Comissão encarregada de apresentar o Projeto de Regulamento Consular, e exonerado da mesma por haver concluído seus trabalhos, em 7 de janeiro de 1852. Secretário Geral da referida Secretária de Estado, em 30 de Agosto do dito ano e a esse cargo juntou o de chefe da direção política por decreto em 21 de dezembro de 1869.

Capitão do Batalhão de Empregados Públicos de Lisboa desde 13 de outubro de 1846 a 24 de dezembro de 1850, em que foi promovido a Major Graduado, servindo neste posto até 23 de dezembro de 1851, em que foi dissolvido aquele corpo, ficando às honras do posto.

Além dos serviços destinados aos cargos ocupados, Monteverde também exerceu algumas missões determinadas pelo governo. Dentre estas, uma que recebeu destaque foi à liquidação de uma dívida do governo espanhol com Portugal (dívida contraída em uma convenção em 24 de setembro de 1834). Depois de longas negociações, o tesouro português recebeu cerca de dois milhões de cruzados. Em virtude desse feito, Monteverde foi bastante celebrado e recebeu o título de Conselheiro.

Apesar de ter se dedicado quase que toda uma vida ao trabalho público e militar português, Emílio nunca abandonou a sua face de educador e escreveu diversas obras educacionais de grande circulação nesse período, como: *Mimo a infância*, (1877), *Grammatica franceza* (1857) e o *Manual Encyclopédico*. Conhecido por Ferreira-Deusdado (1893) como “o mestre universal de primeiras letras da atual geração portuguesa”, seus escritos tiveram grande influência na formação dos jovens portugueses e em seguida, brasileiros. Na sequência falaremos sobre o Emílio escritor e educador. Inicialmente, destacaremos o comentário de dois colonistas, Alexandre Herculano e Ferreira-Deusdado, a respeito dos feitos de Emílio no âmbito escolar. Os trechos a seguir mostram a fala dos dois.

Herculano (1837) comenta:

Emílio Monteverde dedicando-se a escrever livros faceis, comprehensíveis ao alcance das intelligencias que começam a desenvolver-se [...] Seu nome ficará gravado indelevelmente nos annaes da instucção popular. A escola deve-lhe muitos dos alunos que a cursaram. Por este lado o conselheiro Emílio Achilles Monteverde irradia um intenso fulgor que há de iluminar para sempre a sua memória (HERCULANO, 1837, p.5).

Seguindo na mesma linha, Ferreira-Deusdado (1893, p.56-59) escreve na Revista de Educação e Ensino Portuguesa, elogios ao “propagador incansável do ensino primário”:

Monteverde é, sem duvida, dos propagadores incansáveis do ensino primário, aquelle que foi mais feliz na vulgarisação das noções scientificas, não só pela fama que merecidamente alcançou no paiz, mas pelos lucros que indirectamente das suas edições lhe provieram.

Sua carreira como escritor começou cedo, aos 24 anos. Em 1827, Monteverde publicou uma Grammatica da Língua Portugueza¹⁸ que depois ampliou e desenvolveu com o título de “Grammatica Franceza”, Theorica e Prática (1844), e da qual se fizeram quatro edições tirando – se da terceira 10500 exemplares e da última 12000.

Em 1830 imprimiu uma “Collecção d’anedoctas instructivas”, em 1833 um “Alphabeto encyclopedico”, no mesmo ano Elementos de grammatica portuguesa, e em 1935 começou a publicar o Recreio, Jornal das Famílias, primeiro periódico desse gênero publicado em Portugal depois da restauração do governo constitucional.

Em 1836 publicou o “Methodo Facilimo Para Aprender a Ler”, de que em multiplicadas edições se tiraram mais de 500mil exemplares, seguiu se no ano immediato o Resumo da história de Portugal e o Manual Encyclopedico, impresso grande número de vezes e do qual foi posto em circulação 236000 exemplares e por fim o Mimo á infância ou Manual da história sagrada de que se fizeram também duas grandes edições.

Como apresentamos até aqui Emilio Monteverde era um autor voraz. Para exemplificar e para uma melhor percepção, construímos uma lista dos seus escritos com a intenção de auxiliar futuras pesquisas a seu respeito.

¹⁸ Essa obra teve uma publicação pela casa de Eduardo & Henrique Laemmert. Rio de Janeiro em 1860.

- 1 **Passatempo divertido ou collecção de anedotas instructivas e engraçadas.** Lisboa: na Impressão Régia, 1830. 159 p. ; 16 cm.
- 2 **Collecção de anedotas moderníssimas e engraçadas, e de factos históricos; seguidos de máximas, sentenças e pensamentos Moraes, extrahidos dos melhores autores.** Ibi, na mesma Imp. 1831
- 3 **Alphabeto encyclopedico, ou noções sobre as artes, sciencias e historia natural, ao alcance da mocidade.** Traduzido do francez. Ibi. 1833. 8º com estampas.
- 4 **Elementos da grammatica portuguesa, desenvolvidos com a maior clareza possível para o uso das aulas.** Ibi, 1833. 8º de 72 pag.
- 5 **O Recreio, Jornal das Familiaes.** Ibi, na Imp. Nac. 1835 (posto que no frontispício se lêa 1836) a 1842.
- 6 **Gramatica franceza theorica e pratica.** 2ª ed. Lisboa: Imp. Nacional, 1838.
- 7 **Manual encyclopedico, para uso das escolas d'instrucção primaria.** 3ª ed. Lisboa: Imprensa Nacional, 1840.
- 8 **Resumo da história de Portugal: para uso das crianças que frequentão as aulas.** 3ª ed. Ver. Lisboa, Imprensa Nacional, 1840.
- 9 **Descrição das armas das famílias de Portugal e de sua descendência.** Lisboa, 1841.
- 10 **Collecção de phrases e diálogos familiares, ou exercícios para conversação portuguesa, franceza e ingleza.** 4ª ed. Lisboa: Imp. Nacional, 1850.
- 11 **Método fácilimo para aprender a lêr.** Lisboa: Imp. Nacional, 1851.
- 12 **Methodo fácilimo para aprender a ler tanto a letra redonda como a manuscripta no mais curo espaço de tempo possível.** Lisboa: Imp. Nacional, 1851.
- 13 **Grammatica franceza théorica e prática, ou Methodo inteiramente novo em Portugal para se aprender, com muita brevidade e perfeição, a fallar e escrever o idioma francez por meio do portuguez.** Lisboa: Imprensa Nacional, 1857.
- 14 **Mimo á infância, ou manual de historia sagrada: para uso das crianças que frequentão as aulas, tanto em Portugal como no Brasil.** Lisboa, Imprensa Nacional, 1859.
- 15 **O Manual Enciclopédico para Brasil e Portugal.** Porto: Lello, 1952.

Essa listagem foi feita tendo como base principal os exemplares pesquisados no acervo da Biblioteca Nacional de Portugal (BNP)¹⁹ no seu catálogo online. Vale destacar a possibilidade de obras não anunciadas/encontradas até o momento do lançamento dessa dissertação. As obras estão listadas em ordem cronológica de acordo com as edições encontradas durante a pesquisa e não representam necessariamente o seu ano de lançamento.

Após a listagem dos seus escritos, percebemos que Emílio se dedicou quase que na totalidade das suas obras ao ensino primário tendo como bases principais o estudo nas áreas de Português, História e Francês (vale lembrar-se da sua formação em Bordéus, na França).

Finalizado o relato sobre a vida, formação e obras de Monteverde, partimos para a próxima subseção dedicada a mostrar uma visão geral do que se trata o Manual Encyclopedico de modo a esclarecer e adicionar informações sobre a obra e discutir o seu formato enciclopédico.

2.2 A enciclopédia Monteverdeana

O Manual Encyclopedico é uma obra educacional indicada para o uso das escolas de instrução primária Portuguesas com a aprovação do Conselho Superior de Instrução Pública Português, tendo as suas edições impressas pela Imprensa Nacional portuguesa. O compêndio tem um caráter enciclopédico, como o nome sugere, reúne nas suas 760 páginas um compilado de todos os conteúdos destinados ao ensino primário da época.

A sua primeira edição foi lançada em 1837, tinha na época 34 anos de idade, tendo alcançado um total de treze edições, sendo a última em 1893. O quadro 3 abaixo mostra a longevidade da obra de Monteverde com novas edições durante quase todo o século XIX. Além disso, podemos perceber o gradativo aumento nos números de impressões saindo de 205 na sua primeira edição para 42000 exemplares na oitava e nona edições. Seu caráter longo e popular será discutido na subseção a seguir.

¹⁹ Disponível em <http://www.bnportugal.gov.pt/>. Acesso em: 6 abr. 2021.

Quadro 3 - Histórico do Manual Encyclopedico

EDIÇÃO	ANO	IMPRESSÕES
1 ^a	1837	205 exemplares
2 ^a	1838	4250 exemplares
3 ^a	1840	-
4 ^a	1843	-
5 ^a	1850	-
6 ^a	1855	30000 exemplares
7 ^a	1860	-
8 ^a	1865	42000 exemplares
9 ^a	1870	42000 exemplares
10 ^a	1874	-
11 ^a	1879	-
12 ^a	-	-
13 ^a	1893	-

Fonte: elaborado pelo autor com dados retirados de Silva (1859).

Para orientação do nosso trabalho utilizamos a 13^o edição como fonte primária de análise na construção da escrita, com a adição do olhar para a 10^a edição na fase final do estudo. As informações apresentadas com caráter didáticas e pedagógicas fazem referência a 13^a edição. Como dito, a cópia deste exemplar foi fruto da pesquisa realizada por Santos (2004) e foi, gentilmente, cedida uma cópia pela mesma. A seguir apresentamos a capa da 13^a edição.

Figura 1 - Capa da 13ª edição do Manual Encyclopédico

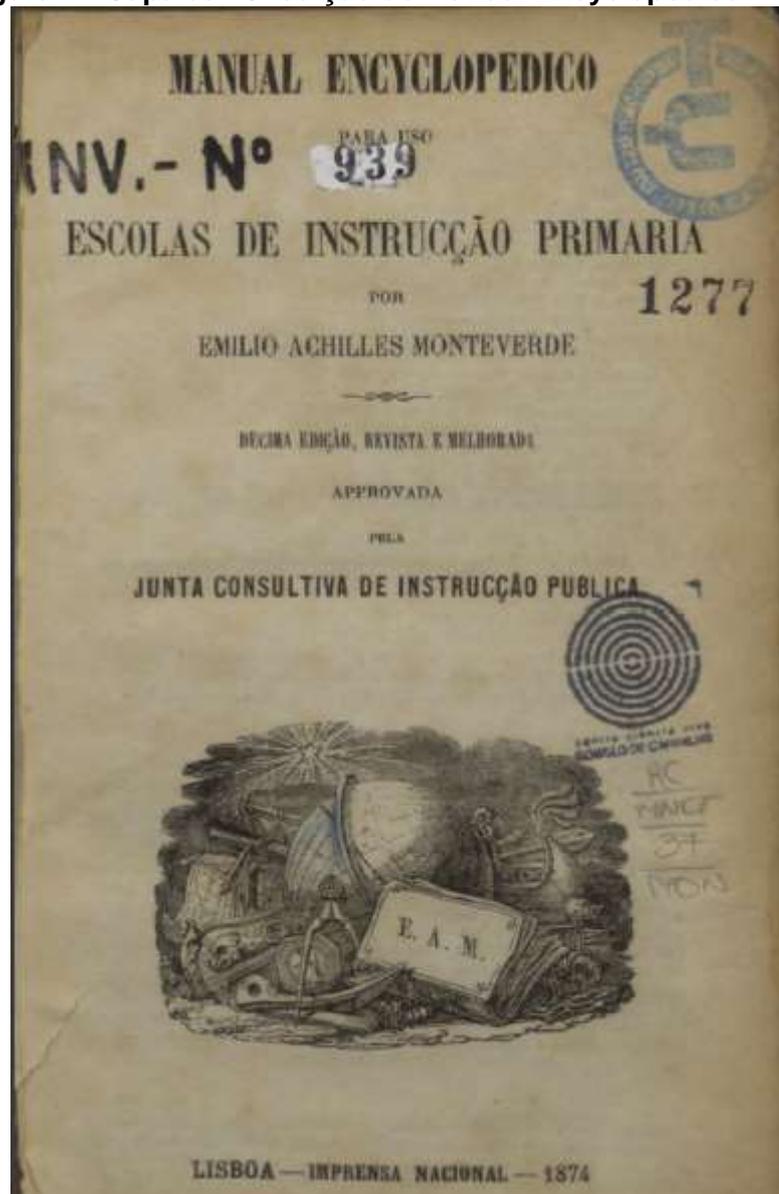


Fonte: Acervo particular de Epifânio Dória.

Começando por analisar a capa podemos perceber que ela apresenta as informações principais do livro, centralizadas: o nome do manual, ao alto, escrito com letras grandes, seguido da indicação de que o livro é “para o uso das escolas de instrução primaria” e logo abaixo deste, o nome do autor. Depois desse nome, uma pequena vinheta adorna ao tempo em que separa a palavra “approved” que aparece destacado com letras maiúsculas e a próxima linha, escrita com letras pequenas, o nome “pelo”. Abaixo do número da edição é anunciado “revista, consideravelmente melhorada, augmentada com mapas geográficos e muitas figuras intercaladas no texto”. Por fim, uma figura, acompanhada da localização, local de impressão e o ano.

De maneira geral, estas informações também estão presentes nas outras edições e apresentam uma configuração e organização bem próximas uma das outras. A figura 2 exemplifica este caso.

Figura 2 - Capa da 10ª edição do Manual Encyclopédico



Fonte: Coleção Digital – Rómulo Digital – Universidade Coimbra²⁰.

Dando continuidade à análise da materialidade da obra percebe-se que as três páginas e meia que se seguem trazem o prefácio, sem identificação de autoria, dessa edição o editor ressalta as qualidades do autor e de suas obras.

[...] são publicações que lhe granjearam bem merecida popularidade, conquistando-lhe lugar eminente no apostolado da instrução elementar, posta ao alcance das intelligencias juvenis as mais rebeldes, por modo claro e singelo, n'essas obras que rescendem a moral mais sã e o mais acrisolado patriotismo. [...] o Manual Encyclopédico, uma das melhores obras do conselheiro Monteverde,

²⁰ Disponível em <https://am.uc.pt/item/85275>. Acesso em: 15 jan. 2022.

preencheu na época da sua primeira aparição uma grande lacuna nos livros clássicos elementares portugueses, merecendo por isso o prompto, benévolo e largo acolhimento do publico, tanto em Portugal como no Brazil, a ponto de se terem publico doze edições, de muitos milhares de exemplares cada um: facto estou pouco vulgar entre nós (MONTEVERDE, 1893).

Ainda sob o ponto de vista da sua materialidade o Manual Encyclopedico é um objeto, tipo brochura, de pequeno formato 15,5 cm por 10,5 cm, letras seriadas, tendo a capa de papelão, um pouco maior que o tamanho do livro, perfurada na extremidade central, onde passava um cordão, até a contracapa, fechando-se com um laço, permanecendo intactas as folhas.

Analisar o processo editorial, a materialidade do suporte, foi possível a partir dos conceitos contidos na História Cultural (CHARTIER, 1990), fundamentais contribuições para a história do livro e da leitura, discutidos por Roger Chartier (1998), percebendo a seleção de saberes para a obra, a composição gráfica e suas particularidades. O texto e o livro percebidos como elementos móveis, atuantes no estabelecimento das ideias e dos discursos. Para além de meros transmissores de mensagens, são entendidos como ativos, “[...] fazendo do texto uma maquinaria que, necessariamente, deve impor uma justa compreensão” (CHARTIER, 1990, p. 123).

Nesse sentido e por se tratar de um material produzido para uso escolar, e estando inserido neste universo, onde se entende que “[...]a cultura escolar é toda a vida escolar: fatos e idéias, mentes e corpos, objetos e comportamentos, modos de pensar, dizer e fazer”. (VIÑAO FRAGO, 1995, p. 69), compreende-se que esse objeto está situado no contexto de usos e práticas escolares que configuram o espaço material e simbólico do qual está situada a escrita.

O Manual carrega consigo a característica enciclopédica do seu nome. Monteverde reafirmava a intenção de reunir em um único exemplar “quase todas as disciplinas que se dão nas Escolas de Instrução primaria do 1º e 2º gráo, de Portugal” por um baixo custo. Os quadros 4 e 5, apresentados abaixo ilustram uma compilação de todas as disciplinas presentes na 13ª edição do Manual, aqui analisado. A organização das disciplinas segue a ordem escolhida por Emílio no sumário da obra, exceto os saberes aritméticos e geométricos que foram postos em um segundo quadro com mais detalhes a seu respeito por se tratar o objeto central

do nosso estudo. Seguindo a ordem estabelecida, esses saberes ocupam a quarta posição logo após: Religião, moral e língua portuguesa.

Quadro 4 – Conteúdos presentes no Manual, exceto Aritmética e Geometria

CONTEÚDOS	13ª EDIÇÃO DO MANUAL ENCYCLOPÉDICO
Da religião	1. Noções geraes. 2. Das diferentes religiões. 3. Da escriptura sagrada. 4. Da historia sagrada. 5. Do estabelecimento da Igreja de Jesus Christo.
Principios geraes de moral	1. Noções geraes. 2. Dos nossos deveres com Deus. 3. Dos deveres do homem para comsigo mesmo. 4. Dos deveres para com os nossos semelhantes. 5. Deveres geraes.
Da grammatica portugueza	1. Noções geraes e preliminares. 2. Da etymologia. 3. Da syntaxe. 4. Da prosodia 5. Da crthographia.
Da literatura portugueza	1. Considerações geraes. 2. Principaes clássicos portuguezes.
Da geographia	1. Definições geraes da geographia. 2. Da geographia astronomica. 3. Da geographia physyca. 4. Da geographia politica.
Da chronologia e da historia	1. Da chronologia. 2. Da historia.
Da physica	1. Noções geraes da physica. 2. Noções geraes de chimica.
Da historia natural	1. Noções preliminares. 2. Noções geraes de geologia. 3. Noções geraes de mineralogia. 4. Noções geraes de botânica. 5. Noções geraes de zoologia.
Da mythologia	1. Noções geraes de mythologia.
Biographia Classica	- Breve noticia de vários homens illustres da antiguidade e dos principaes autores classicos.

Fonte: Monteverde (1893).

Quadro 5 - Conteúdos arithmeticos e geométricos do Manual

CONTEÚDOS	13ª EDIÇÃO DO MANUAL ENCYCLOPÉDICO
Da arithmetica	1. Da aritmética. Noções geraes. §1º Da numeração. I - Numeração falada. II - Numeração escripta. § 2º Das quatro operações fundamentaes da arithmetica. I – Da adição. II – Da subtracção. III – Da prova de multiplicar. IV – Da divisão. § 3º Da prova das operações fundamentaes. I – Da prova de somar. II – Da prova de diminuir. III – Da prova de multiplicar. IV – Da prova da divisão. § 4º Problemas sobre as quatro operações fundamentaes da arithmetica. I – Sommar. II – Diminuir. III – Multiplicar. IV – Repartir. § 5º Das fracções ordinárias ou quabrados. I – Noções geraes. II – Reducção das fracções ao mesmo denominador. III – Reducção das fracções á expressão mais simples possível. IV – Sommar fracções ou quebrados. V - Diminuir fracções ou quebrados. VI - Multiplicar fracções ou quebrados. VII - Dividir fracções ou quebrados. § 6º Problemas sobre fracções ordinárias. § 7º Dos números decimaes. I – Noções geraes. II – Sommar e diminuir numeros decimaes. III – Multiplicar numeros decimaes. IV – Divisão dos numeros decimaes. V – Redução de quebrados a fracções decimaes, e vice-versa. § 8º Do systema legal de pesos e medidas, ou systema métrico-decimal. I – Noções geraes. II – Medidas lineares ou de comprimento. III – Medidas de superfície. IV – Medidas de volume e sólidos. V – Medida de capacidade. VI – Medidas de peso. VII – Correspondencia das medidas metricas com as antigas medidas portuguezaz. VIII – Correspondencia das antigas medidas portuguezas com as medidas

	<p>metricas. IX – Methodo para fazer a redução das medidas metricas ás medidas antigas portuguezas, e vice-versa. X – Do toque do outro e da prata. § 9º Razões e proporções. § 10º Da regra de três. I – Noções geraes. II – Regra de tres directa e simples. III – Regra de tres inversa. IV – Regra de tres composta. V – Regra de tres composta, chamada de companhia. VI – Regra de juros. VII – Problemas sobre regra de juros. 2. Definições Geometricas.</p>
--	---

Fonte: Monteverde (1893).

Esse fato não foi exposto por Monteverde, mas para Santos (2004) é possível supor que a ordenação das disciplinas revele o nível de importância que cada uma tinha na época, sendo os preceitos religiosos e morais os primeiros citados, acompanhado em seguida por conteúdos de língua portuguesa e da aritmética.

A edição aqui exposta foi lançada 11 anos após o falecimento de seu autor e traz consigo modificações e atualizações não balizadas por Monteverde. Essas alterações são expostas no prefácio do livro sem autoria determinada.

Herdeiros de seu nome vererando, impozemo-nos o piedoso dever de perpetuar essa obra do conselheiro Monteverde, e confiamos a mãos amigas e conscienciosas o trabalho de rever, corrigir e aumentar o *Manual Encyclopedico*, a fim de continuar a ser um libro útil para a sociedade e digno de ser compulsado por todos, sem comtudo lhe alterar a índole e disposição (MONTEVERDE, 1893).

As mudanças anunciadas são nas áreas de geografia, história, física e história natural como foi exposto no trecho a seguir:

Na parte de geografia inseriram-se nove mapas em que se conseguiu apresentar com extrema nitidez, no resumido espaço de uma pagina, ocupado por cada um d'elles, toda as indicações necessárias para o estudo d'esta sciencia. Pareceu conveniente alargar a parte relativa á historia, a qual foi por isso interiramente remodelada, e constitue na presente edição um resumo completo da historia universal, subdividido em historia: antiga, romana, da idade meia, moderna, contemporânea e de Portugal. A parte que trata das noções geraes de physica foi consideralmente augmentada, inserindo-se pela primeira vez no texto figuras explicativas de alguns instrumentos mais importantes. [...] Finalmente esta edição encerra uma parte inteiramente nova. É a sétima, que trata da historia natural, e comprehende noções de geologia, mineralogia, notanica e zoologia (MONTEVERDE, 1893).

Analisando a parte Arithmetica, não é anunciada nenhuma mudança em relação às últimas edições, deste modo, concluímos que mesmo a 13ª edição tendo sido lançada após a sua morte, a parte analisada (aritmética) continua do mesmo modo o qual Monteverde escreveu em vida não acarretando nenhuma influência na

nossa pesquisa. O fato das mudanças realizadas não estarem válidas expõe uma possível perda do foco inicial pensado pelo autor. Essa questão é citada por Ferreira-Deusdado (1893) que demonstrou certo descontentamento com o que o Manual teria se tornado, se afastando da ideia inicial de Monteverde, mas ainda acreditando ser um excelente manual.

De fato, o livro está atualizado e em muitos dos seus capítulos foi assaz ampliado. No entanto, afigura-se-nos que o livro se afastou dos primitivos intuitos do autor, já não é só um compêndio enciclopédico para o aluno do ensino primário porque não se coaduna estreitamente aos últimos programas, nem na extensão das matérias nem na sua distribuição. É mais completo em muitos capítulos para o aluno do ensino primário e assaz elucidativo para o aluno do ensino secundário, como por exemplo nos capítulos história, geografia, física, botânica, química, etc. Porém, achamo-lo sempre um excelente manual para o professor primário, um excelente vade mecum, um precioso guia pra ele se preparar para a vida docente. Igualmente entendemos que é um bom livro para o pequeno industrial, para o pequeno comerciante que obteve o diploma do ensino primário e que ele só por si quer completar a sua instrução. Nele encontra lições de tudo, expostas com clareza e muito método (FERREIRA-DEUSDADO, 1893, p. 58 e 59).

Monteverde considera sua obra como uma enciclopédia que contém todas as disciplinas necessárias para a escolarização primária em Portugal. Sua ideia de reunir todos esses conteúdos em um único exemplar se assemelha com o conceito definido pelos romanos que segundo Eco (2013, p.34) é uma compilação do conhecimento em um volume (ou volumes).

[...] a enciclopédia não pretende registrar o que realmente existe, mas o que as pessoas tradicionalmente consideram que exista – portanto, tudo aquilo que uma pessoa instruída deveria saber, não só para conhecer o mundo, mas também pra compreender os discursos sobre o mundo (ECO, 2013, p.36).

É difícil expressar algumas definições de enciclopédia sem levar em consideração o seu contexto histórico. O fenômeno editorial do Manual, explorado com mais detalhes na próxima subseção, está inserido em um período em que a ideia e difusão do enciclopedismo ganhava força em Portugal com influência do movimento iluminista o qual as enciclopédias eram uma tendência recorrente. Essa formulação é construída por Castilho na citação a seguir:

Não são só os institutos de educação estrangeiros que reconhecem e adotam o grande princípio do enciclopedismo; o nosso mesmo

país já até certo ponto o vai admitindo. Que outra coisa é senão um começo de homenagem a ele, o que o Conselho Superior de Instrução Pública exerce nas suas instruções para os exames dos professores primários e secundários? O *Manual encyclopédico* do senhor Monteverde não foi pelo mesmo Conselho Superior aprovado para uso das escolas primárias? Não está em todas elas em Portugal e no Brasil? Não se reimprime de contínuo e em grande cópia? (CASTILHO, 1839, p. 168).

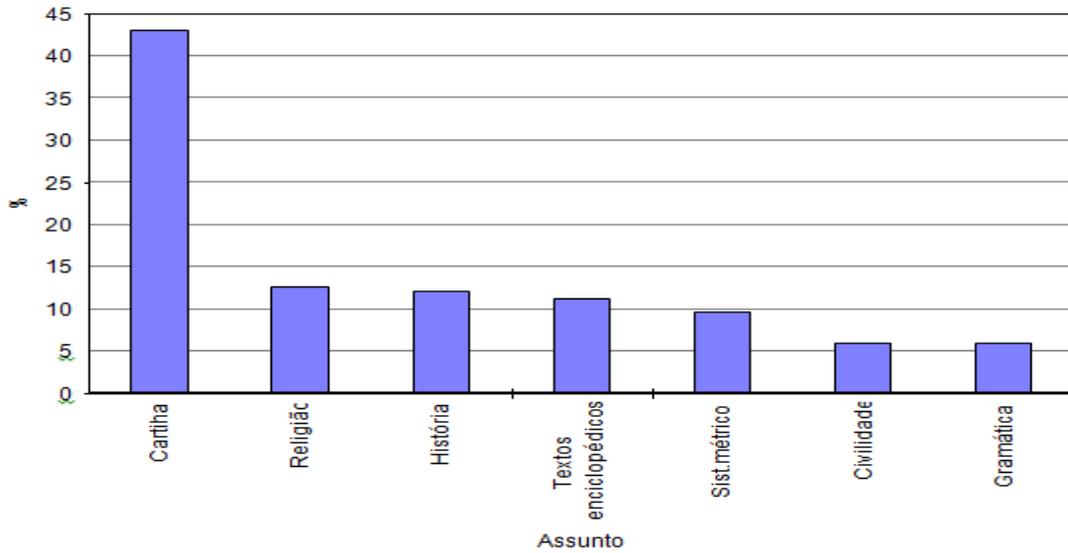
Boto (1997) reforça que a ideia da cultura enciclopédica se tornou bastante relevante aos contemporâneos durante o século XIX por considerar que a enciclopédia representava a conquista da realidade pelo homem. Os contemporâneos acreditavam ser o meio mais apropriado para a escola e que a vida escolar estava baseada na relação de confiança do aluno na capacidade do mestre. Para Durkheim,

Pode-se compreender assim em que sentido o ensino deveria ser enciclopédico. Tal idéia de cultura enciclopédica, nós a vimos manter-se e desenvolver-se com excessiva persistência desde as primeiras origens de nossa evolução escolar para que seja apenas uma alucinação. E, com efeito, ela responde a essa idéia extremamente justa segundo a qual a parte não pode ser compreendida fora da noção do todo ao qual ela se liga (...); mas o que é possível é fazer os espíritos conhecerem as diversas atitudes mentais que são necessárias para que eles se mostrem prontos a abordar um dia as diversas categorias de coisas (DURKHEIM, 1969).

Então seria desta forma que ao professor competia a impressão de ser o personagem o qual conhecerá de tudo um pouco. Esse ideal é um dos diversos fatores os quais podem explicar o sucesso do Manual ao longo das suas 13 impressões ao longo de 57 anos.

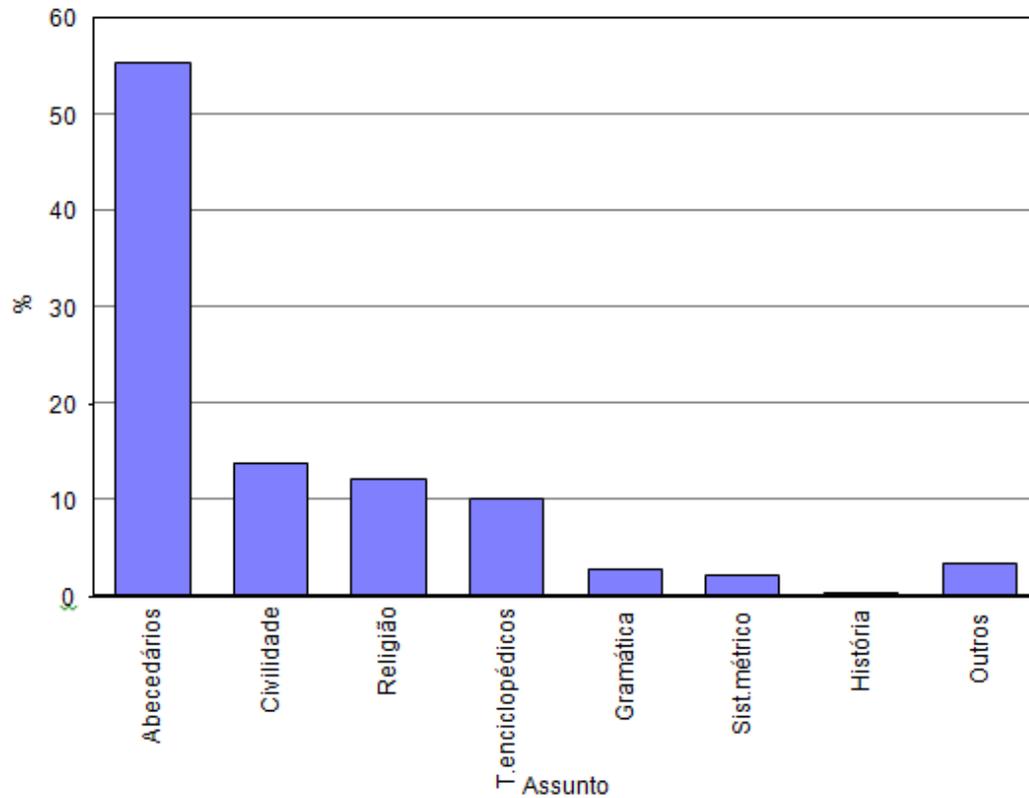
Essa ascensão e crescimento de textos enciclopédicos são constatados nos dados levantados por Boto (1997), ao analisar a distribuição dos livros escolares mais utilizados nas escolas portuguesas por assunto de acordo com os relatórios de inspeção de 1867 e 1875. Os dados estão representados nas figuras 3 e 4 na sequência.

Figura 3 - Distribuição dos livros mais utilizados nas escolas, por assunto (1867)



Fonte: Boto (1997).

Figura 4 - Distribuição dos livros mais utilizados nas escolas, por assunto (1875)



Fonte: Boto (1997).

Os textos enciclopédicos ocupavam uma posição significativa com pouco mais de 10% do total de obras analisadas nos estudos de Boto (1997). Os

abecedários e as cartilhas lideram com folga os seus respectivos anos acompanhados na sequência por obras religiosas, sobre civilidade e história.

Apesar de contar com o apoio da opinião pública e com o aval da Instrução Pública Portuguesa, a obra de Monteverde também foi alvo de ressalvas, críticas e concorrência. Julio Caldas Aulete e José Maria Latino Coelho publicaram a Enciclopédia das Escolas d'instrução Primária, em 1854, apresentada como uma alternativa ao Manual de Monteverde, como podemos perceber no texto de Introdução da obra escrita pelos seus autores que afirmam:

O livro que para uso das escolas tem tido ultimamente mais extração é o Manual enciclopédico do Sr. Emílio Achilles Monteverde. Reconhecendo o importante serviço do autor e seu ânimo de diminuir o merecimento desta obra, seja-nos permitido dizer que nela achamos defeitos, pelos quais a julgamos menos apropriada para servir de exercício até os meninos lerem corretamente, que é o de que principalmente precisamos. O Sr. Monteverde quis fazer um livro grande mas que o não parecesse: reuniu todos os objetos que achou dispersos por diferentes tratados; empregou tipo miúdo e evitou as perfeições tipográficas para encurtar a obra, o que embaraça os principiantes. Espalhou-se na Mitologia e esqueceu-se de pôr à testa do livro os rudimentos da doutrina cristã, o que, entre nós, se não pode dispensar. Quase todos os artigos, inclusive o da moral, logo no princípio são expostos com um aparato científico e rigor de método, que para os meninos é perdido. De que serve obrigá-los a ler definições, etimologias dificultosas, divisões e subdivisões que eles não podem entender? O quadro das ciências tem o mesmo defeito. O resumo da história de Portugal é extratado no gosto de nossos antigos historiadores. Todos os reis até D. João III são heróis. Não queremos que à vista dos meninos os monarcas apareçam desconceituados: mas basta que se lhes inculquem como Grandes os reis que realmente o foram; para que os meninos quando depois estudarem a história com crítica se não achem enganados. As crianças nas coisas naturais não encontram senão fenômenos: cumpre fazer-lhes notar, excitar-lhes a curiosidade, e explicar-lhes por uma forma acomodada à sua capacidade, sobretudo fazendo-lhes ver pelo lado que eles servem para as necessidades da vida. Nas coisas morais é necessário narrar-lhes os acontecimentos principais e moralizar-lhes sem desenvolver miudamente as causas históricas, que estão ainda fora do seu alcance; ensinar-lhes sentenças e máximas de virtude e religião, e oferecer-lhes exemplos, apólogos e contos escolhidos com críticas e escritos com singeleza. Um livro redigido segundo estas regras e com extensão suficiente, que os meninos cheguem ao fim desembaraçados na leitura, eis aqui o livro de que se necessita (CALDAS AULETE; COELHO, 1854).

As posições de fala de Aulete e Coelho (1854), sobre a obra de Monteverde representam uma das raras críticas encontradas a respeito da enciclopédia de

Monteverde. Dada a ampla divulgação e utilização do texto, consideramos que o caminho natural era que críticas fossem mais frequentes. A exposição dos conteúdos apresentadas na 13ª edição do Manual expõe o que Emílio considerava como essencial para a escolarização dos jovens portugueses, naquele momento. Não podemos desconsiderar a sua formação na França e sua influência direta na construção do saber do modo enciclopédico.

Seguindo a rota de narrar a trajetória do Manual, na próxima subseção discutiremos a partir dos dados de circulação o sucesso de venda e de popularidade da enciclopédia ao seu tempo.

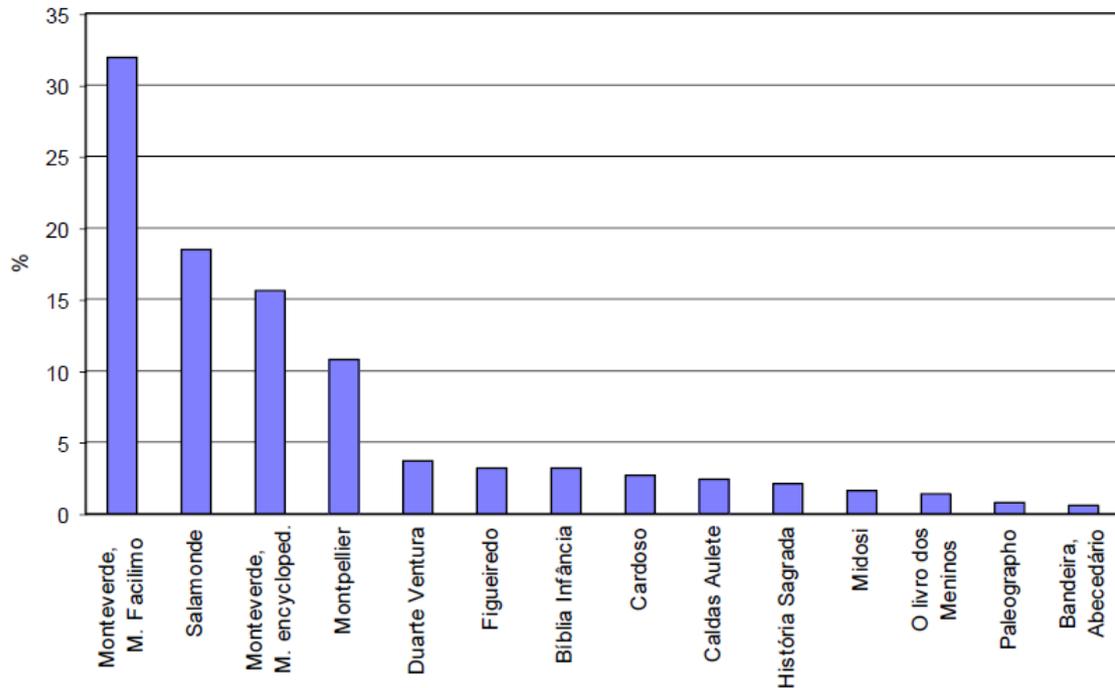
2.3 Entre os mais vendidos: um relato sobre a popularidade do Manual Enciclopédico

Um dado comum e que é destacado por todos que se debruçam em analisar e escrever a respeito de Monteverde e de sua obra é a sua popularidade e sua grande circulação. O Manual é avaliado por alguns destes pesquisadores como uma das obras, se não, a mais popular obra escolar em Portugal no século XIX, como afirma abaixo Ferreira – Deusdado:

Emílio Achilles Monteverde, se não é um pedagogo na rigorosa acepção do termo, é um insigne vulgarizador das letras pátrias. Todos os leitores portugueses de uma certa geração conhecem desde a sua puerícia o Manual Enciclopédico [...] que foi o livro mais espalhado em Portugal na segunda metade do século XIX. Monteverde é, sem dúvida, um dos propagadores incansáveis do ensino primário, não só pela fama que merecidamente alcançou no país, mas pelos lucros que indiretamente das suas edições lhe provieram (FERREIRA-DEUSDADO, 1893, p. 439).

Corroborando com o que foi dito por Ferreira-Deusdado, Boto (1997) realizou por meio dos relatórios da instrução pública portuguesa em 1867 e 1875 um levantamento estatístico a respeito da distribuição dos livros mais utilizados nestes períodos estão representados nas Figuras 5 e 6 na sequência.

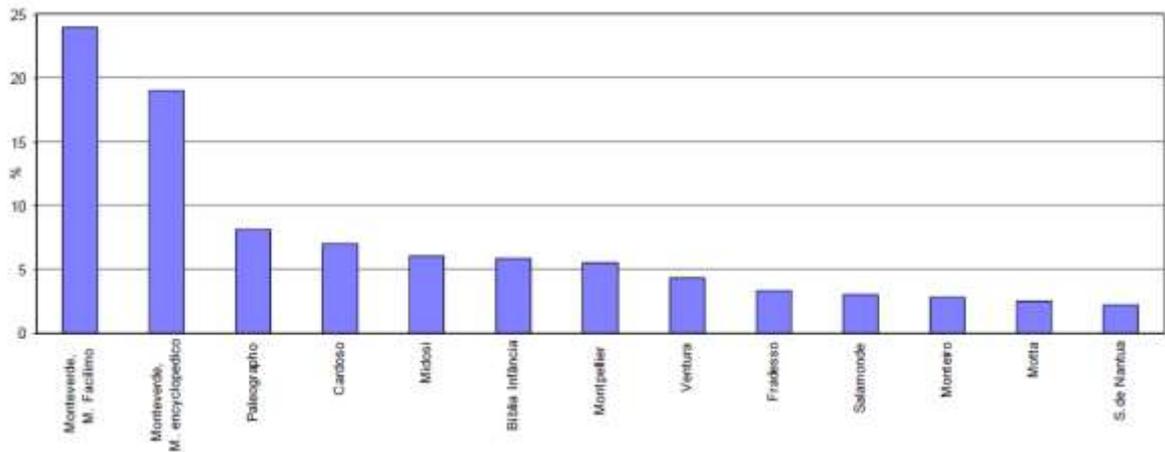
Figura 5 - Distribuição dos livros mais utilizados nas escolas por autor para o total da amostra - Portugal, 1867



Fonte: Boto (1997).

Com base nesse levantamento estatístico feito por Boto, percebe-se que o Manual aqui analisado ocupava a terceira posição no ano de 1867 entre os livros mais utilizados nas escolas portuguesas, tendo até esse ano 8ª edições do Manual publicadas. Ocupando assim uma posição importante entre os livros mais utilizados em escolas portuguesas com pouco mais de 15%. Outro dado a destacar nesse levantamento, apesar de não fazer parte do nosso foco de estudo, que outra obra de Monteverde, o “Methodo Facilimo” ocupava a primeira posição. Entendemos a partir desses dados, que esses reforçam nosso argumento da grande popularidade não só da Encyclopedia, mas também do próprio autor.

Figura 6 - Distribuição dos livros mais utilizados nas escolas por autor para o total da amostra - Portugal, 1875



Fonte: Boto (1997).

Uma mesma análise foi realizada por Boto, tendo como base os relatórios de 1875 e o panorama apresentado é próximo aos dados da pesquisa anterior. O “Methodo Facillimo”, continua na primeira posição com 23,9% com uma redução de quase 10% de acordo com o último estudo e o “Manual Encyclopédico” assume a segunda posição com 19%, tendo um incremento de quase 4% em relação à pesquisa anterior. Novamente, reafirmando a popularidade das suas obras dentro do sistema escolar português.

De posse destes dados, percebemos que o Methodo Facillimo e o Manual Encyclopedico eram obras amplamente difundidas nas escolas portuguesas. Segundo Boto (1997), esses dados revelam que Monteverde era o mais bem sucedido dentre os pedagogos portugueses no âmbito de escritos didáticos. A autora considera o como o grande livro da juventude no período que havia em grande parte aprendido a ler com o Methodo facillimo fato que ajudou a explicar a popularidade do Manual.

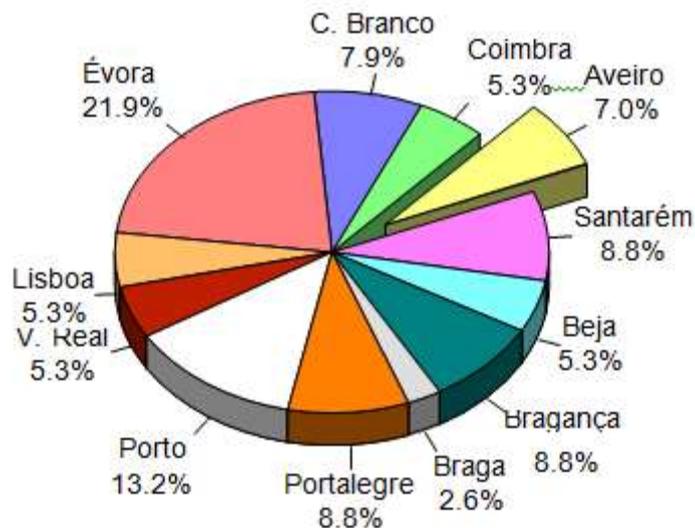
As figuras 7 e 8 apresentadas abaixo também fazem parte dos estudos de Boto (1997) e apresentam a distribuição do Manual de acordo com os distritos em 1867 e 1875, respectivamente.

Figura 7 - Distribuição das escolas segundo a utilização do Manual Encyclopedico de Monteverde, por distrito - Portugal, 1867



Fonte: Boto (1997).

Figura 8 - Distribuição das escolas segundo a utilização do livro Manual Encyclopedico de Monteverde, por distrito - Portugal, 1875



Fonte: Boto (1997).

Esses dados demonstram que a circulação do Manual estava bem distribuída por todo o território português. Ainda de acordo com esses dados, destacamos a elevação da presença no Distrito de Évora na contramão do movimento realizado na capital portuguesa, Lisboa. As informações expostas confirmam a circulação do escrito por todo Portugal não se restringindo a um fenômeno localizado em sítios específicos.

Ferreira-Deusdado é um ferrenho admirador de Emílio Monteverde e encontramos em suas falas vários argumentos enaltecendo seus escritos e comentando o fenômeno editorial que isso representou no período. No trecho a seguir, Ferreira-Deusdado narra a trajetória do Manual explicando a sua popularidade:

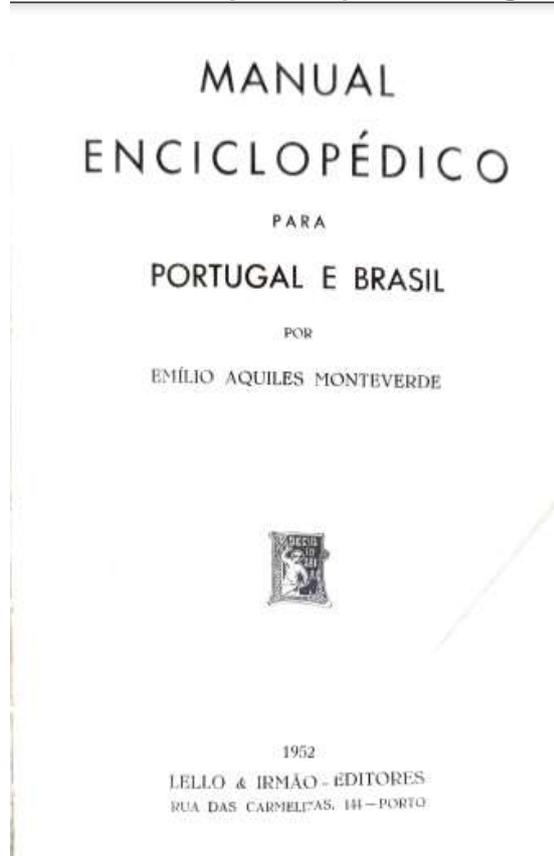
Dizia-se na minha meninice de escola quando se falava de um pequeno estudante - já lê no Monteverde, o que equivalia a dizer que já estava na carreira das letras. Seguir um curso monteverdeano integralmente era honrar-se quase com um diploma acadêmico. Começava-se pelo *Methodo facilimo para aprender a ler*, depois o *Manual encyclopedico*, mais tarde o *Mimo à infancia* e o *Resumo da historia de Portugal* [...] O espírito sensatamente pedagógico, a concatenação clara das matérias, a visão penetrante sobre a inteligência juvenil, fizeram com que os livros de Monteverde gozassem de uma justa popularidade que constituía ao mesmo tempo um verdadeiro triunfo no método. Só assim se explica o amplo acolhimento das suas obras que fizeram esgotar numerosas edições de muitos milhares de exemplares cada uma. Só da penúltima e antepenúltima edição do *Manual Encyclopedico* foram tirados cerca de 130000 exemplares. O venerando educador Monteverde triunfou brilhantemente durante anos de todas as dificuldades opostas à evangelização de suas idéias [...] Todavia, é mister confessar que Monteverde, durante a virilidade de seu espírito, quase contentou a todos com a notável aptidão vulgarizadora da sua inteligência; só mais tarde fraquejou no esgotar de suas edições, pela concorrência audaciosa e pertinaz dos fazedores de livros para o ensino primário, que evidentemente eram bem inferiores aos que o preclaro iniciador havia elaborado (FERREIRA-DEUSDADO, 1893).

A liderança do *Methodo Facillimo para aprender a ler* entre as obras mais utilizadas na educação primária, evidenciadas nas figuras 5 e 6, impulsionou diretamente o sucesso do Manual. Monteverde anunciava que o Manual deveria dar continuidade aos ensinamentos do *Methodo*. Desta forma, o caminho natural para os pais e administradores escolares eram dar continuidade na obra e indicar o uso do Manual como complemento de estudo. Sendo assim, o sucesso do *Methodo* é, conseqüentemente, o sucesso da Enciclopédia.

Ao que tudo indica, a popularidade do livro de Monteverde rompeu a barreira dos anos 1850 e se mostrou popular até o fim do século XIX. Boto (1997) constata que nesse período era muito grande a distribuição das suas obras o que surpreendeu a todos, tendo relatos de que o Manual teria “um efeito irradiador incomparável e inusitado para o seu tempo”.

Indo além, podemos afirmar que a circulação do Manual adentrou o século XX, uma vez que identificamos em Sergipe evidências sobre sua venda e utilização nas duas primeiras décadas do século nas localidades de Maruim e Laranjeiras, como afirma Santos (2004). Outra evidencia da circulação desse manual no Brasil no século XX foi o seu lançamento em 1952, intitulado “Manual Enciclopédico para Portugal e Brasil” (ver Figura 9) que recebe a autoria de Emílio Achilles Monteverde, rompendo a metade do século XX e reverberando a sua utilização por mais alguns anos. Destacamos que mesmo com a mudança do título, o conteúdo do Manual não apresenta alterações significativas daquele publicado em 1893. Sobre a circulação dos escritos de Monteverde em terras brasileiras iremos discutir na subseção seguinte.

Figura 9 - Capa do Manual Enciclopédico para Portugal e Brasil (1952)



Fonte: acervo próprio.

Tentar entender o sucesso de vendas e a longevidade do Manual perpassa por uma série de fatores externos e precisamos compreendê-lo como um todo. Diante do que foi exposto, atribuíamos à ascensão do Manual aos seguintes fatores:

a) Monteverde ser um homem de longa vida política e serviço público, gozando de prestígio junto aos governantes do período; b) a obra recebeu o selo de aprovação do Conselho de Instrução Pública Portuguesa, o que reforça a maior facilidade de indicação e distribuição do compêndio nas escolas portuguesas; c) o seu caráter enciclopédico, isto é, reúne em um único exemplar de tudo um pouco, reduzindo custos e concentrando os conteúdos em somente um local; d) o sucesso do *Methodo Facilimo* e sua continuidade associada ao Manual; e) a qualidade técnica e metodológica dos ensinamentos presentes no Manual.

2.4 A circulação do Manual Encyclopedico em terras brasileiras

Dedicamos essa subseção para discutir os indícios encontrados da circulação do Manual Encyclopedico de Emílio Achilles Monteverde em terras brasileiras. A pesquisa foi feita tendo como fontes, relatórios dos presidentes de província, revistas, decretos, jornais e pesquisas acadêmicas que demonstraram traços e vestígios da sua circulação no Brasil. Estas fontes serão expostas na escrita com as suas devidas contribuições.

O estudo aqui apresentado é um produto das pesquisas realizadas por Gomes e Santos (2022) durante a construção desta dissertação. Adicionamos aqui novos vestígios e informações com o desencadear da pesquisa que corroboram com o estudo.

Entendemos que não há como escrever sobre a sua circulação de manuais didáticos no século XIX no Brasil, sem levar em consideração aspectos políticos, econômicos e sociais do período. Vale lembrar a transição política entre o período colonial (1500-1822) e a totalidade do período imperial brasileiro (1822 – 1889) que coincide com o período de maior sucesso comercial do Manual. Nesse mesmo intervalo de tempo, uma série de reformas e decretos foi lançada a respeito da produção e circulação dos livros didáticos no Brasil.

O intercâmbio de obras escolares entre Portugal e Brasil parece ter sido um caminho politicamente natural a ser seguido, tendo em vista que além dos fatores políticos, economicamente e materialmente falando, Portugal possuía um maior aparato para produção e comercialização dos mesmos. Nascimento (2001) enfatiza essa realidade e comenta que a maior parte dos textos em circulação no Brasil do

século XVI até o início do XX, mesmo escrito por brasileiros, era em sua maioria produzida em Portugal, cuja imprensa tipográfica foi introduzida desde 1487.

A chegada da família real ao Brasil, fugindo das tensões causadas por Napoleão Bonaparte, na Europa no início do século XIX (1808) e a transferência de toda a Corte para a colônia brasileira, para além e todas as transformações socioeconômicas e políticas causadas, foram acompanhadas de novas perspectivas também para o ensino na nova sede do Império Português. Logo na sua chegada, algumas medidas foram implementadas com destaque para a criação no mesmo ano, da “Impressão Regia”, pelo Decreto de 13 de maio de 1808²¹ que tinha a incumbência de regulamentar o funcionamento, aperfeiçoar a impressão e controlar o que era impresso.

Bocchi e Munakata (2006) destacam que os aspectos da produção exercem papel importante na constituição e distribuição dos livros e esses fatores precisam ser levados em consideração na análise dos escritos escolares.

Da mesma forma que o texto o constitui, devemos considerar que a produção não é um detalhe, mas deve ser vista como um elemento diretamente ligado à constituição do livro, que envolve tanto aspectos técnicos (forma de impressão) quanto humanos, e aí, considera-se as relações humanas envolvidas nas etapas da produção. [...] A impressão, muito além de uma discussão técnica sobre o aparato mecânico e organizacional das oficinas de imprensa, envolve também questões políticas sobre o que pode ser impresso, sob a autorização de quem e sob a responsabilidade de quem (BOCCHI; MUNAKATA, 2006).

No que se diz respeito à circulação de livros e manuais, objetivo do nosso trabalho, Bocchi e Munakata (2006) destacaram algumas medidas governamentais ao seu respeito, como:

Até 1827 há quatro leis que beneficiam a circulação de livros, isentando-os dos direitos de importação, de portes e direitos para as Bibliotecas e isentando também os livros usados de pagar direitos. Em 1828, uma lei taxa em 15% todas as nações, os direitos de importação de qualquer mercadoria e gêneros estrangeiros²² e, em 1845, uma decisão institui que os livros não são isentos de direitos²³ (BOCCHI; MUNAKATA, 2006, p.9).

²¹ Decreto de 13 de maio de 1808: “Crêa a Impressão Regia”, na Collecção de leis do Brazil de 1808. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1891.

²² Lei de 24 de setembro de 1828, na Collecção das leis do Imperio do Brazil de 1828. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1878.

²³ Decisão No 3 de 13 de Janeiro de 1845, na Collecção das Decisões do Governo do Brasil de 1845. Rio de Janeiro: reimpressa na Typographia Nacional, 1866.

Apesar da falta de determinações específicas sobre os textos escolares, Bittencourt (1993) aponta a alta da comercialização desse material que “[...] fez com que os editores passassem a considerá-lo como ‘a carne’ da produção de livros em contraposição às obras de literatura ou ‘científicos’, que corresponderiam aos ‘ossos’” (BITTENCOURT, 1993, p.107).

O livro didático tornou-se, rapidamente, o texto impresso de maior circulação, atingindo uma população que se estendia por todo o país. A obra didática caracterizou-se, desde seus primórdios, por tiragens elevadas comparando-se à produção de livros em geral. A circulação dos livros escolares superava todas as demais obras de caráter erudito, possuindo um status diferenciado a até certo ponto privilegiado, considerando-se que a sociedade se iniciava no mundo da leitura (BITTENCOURT, 1993, p.109).

O controle governamental da circulação de livros associado a essa crescente comercialização dos textos escolares explicam a alta circulação do manual português de Emílio no Brasil. Destacamos que a sua obra possuía o carimbo da Inspeção Pública Portuguesa e um dos seus atrativos era justamente o seu baixo custo.

Ao tentar entender a circulação do dito Manual no Brasil, elegemos como caminho primeiramente buscar os locais onde as fontes nos dessem mais informações sobre a sua presença. Assim, organizamos esta parte da pesquisa da seguinte maneira a) Províncias onde a documentação nos mostra que obra circulou como Amazonas, Bahia, Rio de Janeiro e Sergipe e b) Províncias onde temos indício de sua circulação.

2.4.1 Amazonas

O trabalho de Corrêa (2004), já citado anteriormente, versa sobre a circulação do livro escolar no Amazonas entre 1852 e 1910 e dentre os diversos exemplares citados, encontramos o registro do Manual Encyclopédico de Monteverde. Emílio enviou uma carta ao Presidente da Província do Amazonas em 28 de fevereiro de 1875 (Correspondências da Instrução Pública 1875-01) com exemplares de duas obras: *Methodo facillimo para aprender a ler e escrever no mais curto espaço de tempo possível* e da 10ª edição do Manual Encyclopédico com o propósito de serem conhecidas e adotadas nas escolas primárias da província brasileira.

A correspondência citada encontra-se em um códex identificado como Correspondências da Instrução Pública 1875-1 que faz parte do fundo "Manuscritos

da Província", pertencente ao Arquivo Público do Estado do Amazonas e sua transcrição²⁴ foi gentilmente cedida para esta pesquisa pelo Professor Carlos Humberto Corrêa.

No interesse que sua obra fosse adotada na Província, a popularidade e o sucesso de vendas são destacados por Emílio durante toda a carta como um modo de reforçar a qualidade dos seus escritos. Apesar do envio dos exemplares, toda a correspondência comenta e propaga aspectos apenas do Manual Encyclopédico.

Se pois o mérito de um livro e a conveniência da sua adopção se avalião pelo numero d'exemplares das suas edições, e a brevidade com que se extrahem, ocioso é acrescentar cousa alguma para recomendar o "Manual encyclopedico", [grifo do autor] por isso que falla mais alto do que tudo quanto se poderia dizer em seu abono, o facto de haver sido a 1ª edição de 205 exemplares; a 2ª de 4.250, indo as outras em progressivo augmento, a ponto que a 6ª edição e a 7ª foram de 30.000 exemplares cada uma; a 8ª e a 9ª, de 42.000 e a 10ª, também de 42.000, como acima fica dito; o que se póde averiguar na Imprensa nacional de Lisboa, e recorrendo ao acreditado "Diccionario bibliographico" do Snr Francisco Innocencio da Silva [grifo do autor], tomo 2º pág.226; e tomo 9º pág 169, aonde se faz menção, não só desta, mas tambem das outras minhas humildes composições litterarias, e do numero d'exemplares de cada uma das suas edições (MONTEVERDE, 1875).

Para além do alegado sucesso editorial, Monteverde também adiciona aspectos pedagógicos e formais em defesa da sua obra as quais se dirige como "vantagens" do seu escrito.

1º - de conter quase todas as disciplinas que se dão nas Escolas de Instrucção primaria do 1º e 2º gráo, de Portugal, bem como, em grande parte, aquellas sobre que versão os exames dos concorrentes ao magistério primario, e para os exames de admissão nos Lyceus nacionaes, alem de varias outras noções de reconhecida utilidade para aquelles que desejarem instruir-se, principalmente das cousas de Portugal (MONTEVERDE, 1875).

Por fim, como experiente homem de negócios, cita o aspecto econômico e a praticidade da sua obra (reunião em um único livro de vários conteúdos) como estratégia para convencer o Presidente da Província do Amazonas da sua utilização.

2º - de proporcionar aos Paes de família, reunindo n'um só volume, nitidamente impresso, e pelo módico preço de 480 reis em brochura

²⁴ O professor relatou a impossibilidade do envio, por fotos, do documento oficial devido ao seu desgaste.

(comprado em Portugal) aquilo que até agora era necessário procurar em muitos livros com grande trabalho e despesas para habilitarem seus filhos a seguirem estudos mais assentados e profundos e a entrar no mundo não ignorando o valor de grande multidão de vocábulos, a que sem esta instrução primeira não ligarão nenhuma ideia (MONTEVERDE, 1875).

Apesar de a carta ter sido escrita em 1875, Corrêa (2004) indica que suas obras já estavam em circulação no território amazonense desde 1858 e eram adotados pela Diretoria de Instrução Pública com registros até pelo menos 1883. Essa diferença entre a data de publicação da correspondência e a data de circulação levanta segundo Corrêa (2004) quatro hipóteses: a) que Monteverde não sabia da utilização das suas obras na província; b) as obras em circulação eram versões brasileiras sem autorização; c) era uma estratégia para divulgar a 10ª edição do Manual; d) crescia um movimento de nacionalização dos livros escolares e Emílio tinha receio de perder o mercado.

A presença do Manual no estado Amazonense é reforçada quando o diretor de Instrução Pública, Orlando da Costa, no ano de 1866 relatou a falta de recursos destinados ao custeio das despesas das escolas primárias e elaborou uma previsão de gastos contendo a compra de exemplares de Monteverde para apreciação do Presidente da Província. Seguindo essa previsão de gastos (ver Figura 10) atestamos que o exemplar do Manual era comprado por 2\$500 réis e o Methodo Facililimo por 1\$000 réis.

Figura 10 - Previsão de Gastos Amazonense

SECRETARIA		
Utensis:		
Papel, pennis, tinta e outros objectos		74\$000
AULAS		
100 Compendios do Manual Encyclopedico	250\$000	
100 Methodos Facillimos por Emilio Achilles Monteverde	100\$000	
200 Cartas ABC	28\$000	
200 Ditas de taboadas	28\$000	
200 Traslados	28\$000	
50 Resmas de papel almaço	200\$000	
50 Caixas de pennis d' aço	120\$000	
80 Garrafas de tinta preta	40\$000	
200 Lapis	8\$000	
Bancos, mesas, cadeiras, etc., etc.	200\$000	1:002\$000

Fonte: Relatório da Instrução Pública de 31 jan. 1866.

Corrêa (2004) reúne no final da sua pesquisa uma “relação parcial dos livros oficialmente adotados nas escolas primárias amazonenses (1852-1910)” e nela encontramos o registro do Manual em: 1858, 1867, 1870, 1875 e 1880 tendo como fontes: Relatório do Diretor da Instrução Pública anexado ao relatório do Presidente da Província de 06 de set de 1858, Orçamento – Despesas da Instrução Pública, Correspondência da Instrução Pública 1870 e Correspondências de professores, respectivamente.

A carta escrita por Monteverde diretamente ao Presidente da Província juntamente com o relato do diretor de instrução pública e os registros do manual como um livro oficial adotados nas escolas primárias do Amazonas atesta a circulação do Manual dentro dos ambientes escolares da região.

2.4.2 Bahia

Durante a pesquisa de Souza (2018) sobre os manuais para o ensino elementar na Bahia encontramos a presença do Manual no estado baiano registrada na fala do Presidente da Província João José de Moura Magalhães, em 1848, à Assembleia Legislativa.

Mandei admittir para uso das escolas o Cathecismo Fleury compendio de sabido merecimento, e muito apropriado à pequena capacidade dos alumnos, tendo sollicitado do Governo Imperial 200 exemplares, que com a maior benevolência m'os remetteo, e por intermédio do mesmo Governo pedi que effetuasse em Lisboa a compra de trezentos exemplares do Manual Encyclopedico de Monte Verde, que a Lei Provincial nº 127, com acertada escolha, determinou que fosse admittido nas Aulas primárias. Por aviso do Ministerio do Imperio de 3 de fevereiro do corrente anno sei que esta encommenda foi feita à nossa Legação em Lisboa (MAGALHÃES, 1848, p. 12-13).

Nesse trecho em destaque, além do pedido de compra, Magalhães destaca que a Lei Provincial nº 127²⁵ insere o Manual Encyclopedico entre as obras recomendadas para o ensino baiano e fortalecer os indícios de sua circulação em solo baiano.

²⁵ Não tivemos acesso a Lei citada.

O Manual e a Bahia também aparecem conectados no Relatório de Antônio Gonçalves Dias²⁶ (1852). Segundo o próprio Dias (1852), ele tinha a incumbência de visitar algumas das principais províncias no Norte do país com o objetivo de relatar o estado da instrução pública e verificar o número de alunos, estado de adiantamento, nacionalidade dos diretores, método de ensino e os compêndios utilizados. Nesse ponto notamos que apesar do grande sucesso de vendas a obra de Monteverde não era uma unanimidade entre todos e dentre estes críticos destaca-se Gonçalves Dias.

Para o poeta maranhense havia uma lacuna na instrução pública concentrada principalmente na oferta dos compêndios, tal fato foi explicitado nesse trecho:

Um dos defeitos é a falta de *compêndios* (grifo do autor): no interior por que os não ha, nas capitais por que não há escolha, ou foi mal feita por que a escola não é suprida, e os pais relutam em dar os livros exigidos, ou repugnam aos mestres os admitidos pelas autoridades (DIAS, 1852, p. 525).

Após isso, Gonçalves Dias tece críticas sobre ao uso do Manual na Bahia em detrimento aos manuais escritos por autores brasileiros que em sua opinião seriam “superiores”.

Voltando ainda a Bahia, foram ali os compendios de Monteverde, *com injuria e prejuízo dos escritores brasileiros superiores de muito ao autor português* (grifo do autor): estão admitidos somente estes: a gramatica, aritmetica e moral de Monteverde, o catecismo de Fleury, e a caligrafia de Vanzeller, de que se não poderão litografar exemplares (DIAS, 1852, p. 525).

Completa seus apontamentos nesse trecho:

Foi injusta para com os professores, autores da Bahia; que, segundo ele, ‘levarão sempre em mira o lucro, e nunca a sua capacidade literaria’. Não mereciam tão acre censura aqueles que levados por um estímulo digno de louvor confeccionavam compendios sobre que recaísse algum dia a atenção do Conselho, que os devera favorecer; foi injusto, dando preferencia á gramatica de Monteverde, quando as ha melhores na Bahia. [...] ha tão boas aritmeticas como a de Monteverde, e em igualdade de circunstancias era justiça premiar o nobre esforço desses autores em vez de os injuriar, além de os desfavorecer. Resultou que a gramatica de Monteverde é adotada n as escolas para exercícos de leitura, e pessimamente; porque a impressão, como de outras, dizia o Conselho, está cheia de vergonhosos e grosseiros erros (DIAS, 1852, p. 526).

O Manual também é citado na lista de livros que “Assembleia Legislativa da Província ou o Governo tem mandado distribuir pelas Escolas da Província” o

²⁶ Antônio Gonçalves Dias (1823-1864) foi um poeta, advogado e jornalista brasileiro.

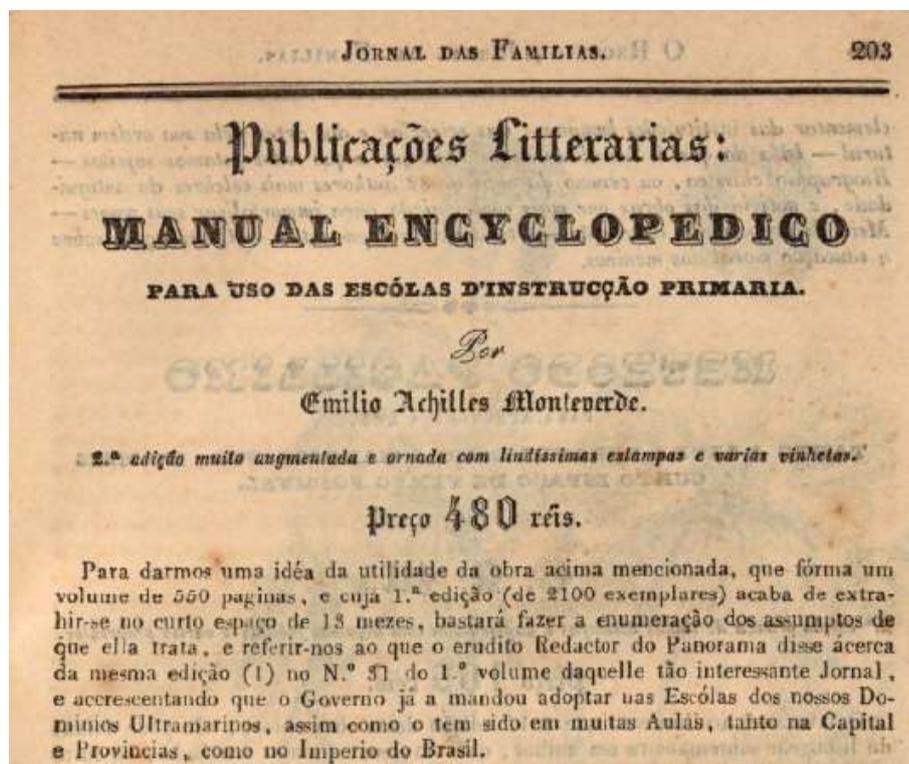
documento foi assinado por Justiniano da Silva Gomes (Presidente do Conselho d' Instrução na Bahia) em 21 de fevereiro de 1848 e a sua transcrição faz parte dos trabalhos de Jesus (2018) acerca da Instrução pública na Bahia nos anos oitocentos.

2.4.3 Rio de Janeiro

O Manual teve sua maior circulação durante o século XIX, que coincide com o período do Império do Brasil (1822 – 1889) tendo como capital a cidade do Rio de Janeiro-RJ, evidencio, inicialmente, essa informação para lembrar o destaque e a importância da cidade/estado para o contexto da época. Dito isso, é natural que ela fosse um ponto de atração e relevância para o intercâmbio Brasil – Portugal e com o Manual não foi diferente.

Nesse sentido, na busca pela circulação do Manual em terras brasileiras encontramos evidência da sua circulação na Capital Imperial. Essas evidências são encontradas, principalmente, nos anúncios publicitários de alguns jornais em circulação no período. Entre estes temos o Recreio, dito o Jornal das Famílias.

Figura 11 – Anúncio do Manual Encyclopedico no Recreio, o Jornal das Famílias



Fonte: Recorte do "O recreio", o jornal da família (1838, p. 203).

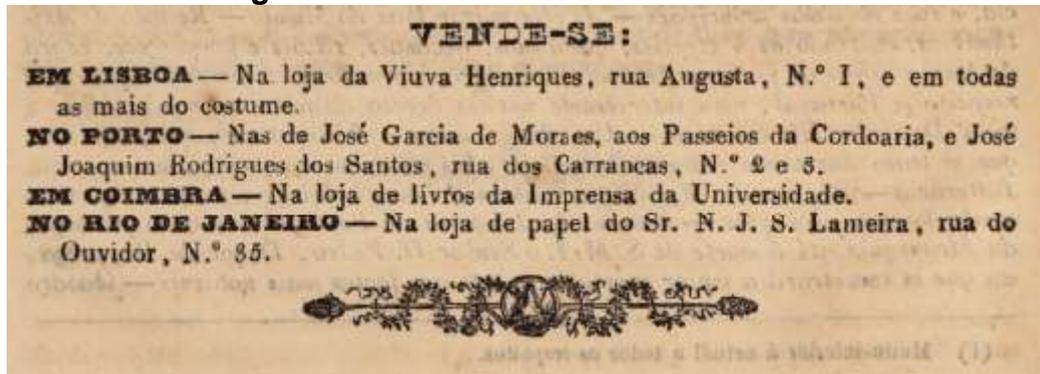
No anúncio de venda do Manual ele aparece com o valor 480 réis e indica ainda os locais de venda Manual Encyclopedico. Os anúncios estão acompanhados

ainda de um pequeno resumo da sua obra e com um destaque para que a obra já tinha sido adotada nas escolas dos domínios Ultramarinos portugueses e, em muitas províncias brasileiras, inclusive na capital. Como diz o trecho destacado abaixo:

O Governo já mandou adoptar nas Escólas dos nossos Dominios Ultramarinos, assim como o tem sido em muitas Aulas, tanto na Capital e Províncias, como no Império do Brasil (O recreio, o jornal da família, 1838, p.204).

Essa fala de Emílio no anúncio reforça os indícios da circulação do seu manual em escolas brasileiras.

Figura 12 – Locais de venda do Manual



Fonte: Recorte do O Recreio, o jornal da família, 1838, p. 204.

A figura 12 é um recorte do anúncio citado no “O recreio” e destaca os locais de venda dos manuais, dentre eles, a cidade do Rio de Janeiro, a única fora de Portugal.

Figura 13 – Outro anúncio do Manual Encyclopedico no Recreio, o Jornal das Famílias

Publicações Litterarias.

Manual encyclopedico para uso das Escolas d'instrucção primaria, por EMILIO ACHILLES MONTEVERDE; 2.ª edição muito augmentada e ornada com bellas estampas e diversas vinhetas. — Preço 480 réis.

Esta obra, que fórma um volume de 550 paginas, contém a necessaria idéa da Moral, da Physica em geral, da Historia natural, um Resumo de Grammatica Portugueza, de Arithmetica, Geographia (em que se dá uma vasta idéa de todos os nossos Dominios Ultramarinos), Mythologia, Historia de Portugal, até á morte de S. M. I. o Senhor Duque de Bragança, uma biographia classica, ou resumo da vida de 82 authores mais celebres da antiguidade, um interessante artigo sobre a Litteratura portugueza, e muitas outras noções importantes.

—

Methodo facillimo para aprender a ler, tanto a letra redonda como a manuscripta, no mais curto espaço de tempo possível. — Preço 100 réis.

Contém, n'um volume de 26 paginas, impresso em bom papel e bonitos e diversos typos, os principios de leitura com alguns exercicios no fim de cada lição de syllabas; grande numero de boas maximas, sentenças e pensamentos moraes, a definição da moral da religião christã, e da moral em geral, taboada e outras muitas noções importantes, anedotas, etc.

Vende-se

EM LISBOA — Na loja da Viuva Henriques, rua Augusta, N.º 1; na de José Maria Mendes, mesma rua, N.º 3; Francisco Xavier de Carvalho, ao Chiado, defronte da rua de S. Francisco, e nas mais do costume.

NO PORTO — Nas de José Garcia de Moraes, aos Passeios da Cordoaria; e José Joaquim Rodrigues dos Santos, rua dos Carrancas, N.º 2 e 3.

EM COIMBRA — Na da Imprensa da Universidade.

NO RIO DE JANEIRO — Na loja de papel do Sr. N. J. S. Lameira, rua do Ouvidor, N.º 25.

Fonte: Recorte do “O recreio”, o jornal da família, 1839. Página 24.

Encontramos outro anúncio similar (Figura 13) em uma nova edição do O recreio, fazendo um pequeno resumo dos assuntos abordados na obra juntamente com os locais de vende, novamente no Rio de Janeiro.

O “Catálogo Methododico dos Livros Existentes na Biblioteca da Marinha organizado segundo o systema de Mr. Brunet” publicado em 1879 na cidade do Rio de Janeiro continha no seu acervo um exemplar do Manual Encyclopédico, como destacamos na figura abaixo.

Figura 14 – Registro do Manual no Catálogo da Biblioteca da Marinha – Rio de Janeiro - 1879

- 668—**Macedo** (J. T. de)—A instrucção publica na Prussia, informações e legislação a respeito deste assumpto (offerecidas ao ministerio do Imperio por.). Rio de Janeiro, 1871, in-8.
- 669—**Monteverde** (E. A.)—Manual encyclopedico para uso das escolas de instrucção primaria. Lisboa, 1855, 6ª ed., in-12.
- 670—**Mundo** (O) animado; viagem de um pae com seus filhos (tr. do allemão). Rio de Janeiro., in-4.
- 671—**Pacheco** (Dr. J. Praxedes P.)—O ensino-Praxedes para bem facilitar a instrucção—II folheto—Amostras didacticas. Rio de Janeiro, 1861, in-8.
- 672—**Pensées** de Ciceron, tr. pour servir à l'éducation de la jeunesse, par M. l'abbé d'Olivet; 11ª éd. revue et corrigée avec soin. Paris, 1805, in-12.
- 673—**Réforme** de l'enseignement, ou recueil des décrets, arrêtés, circulaires, instructions et notes ministérielles concernant les modifications apportées à l'instruction

Fonte: Catálogo Methododico dos Livros Existentes na Biblioteca da Marinha organizado segundo o systema de Mr. Brunet, 1879.

Da mesma forma “O Catalogo dos Livros do Gabinete Portuguez de Leitura no Rio de Janeiro” publicado em 1858 cita a obra de Monteverde nos seus exemplares.

Figura 15 – Recorte do Catalogo dos Livros do Gabinete Portuguez de Leitura no Rio de Janeiro

3425	1	Livro do menino, ou idéas geraes e definições das cousas que os meninos devem saber : em 8º, Lisboa 1824.
3623	1	» de ouro dos meninos, por J. J. Roquete : Paris 1844. (Mais o n. 3784.)
3816	1	Manual de civilidade e etiqueta para uso da mocidade portugueza e brasileira : Lisboa 1845.
1477	1	» encyclopedico para o uso das escolas de instrução primaria, por Emilio Aehilles Monteverde : em 8º, 2ª edic., Lisboa 1833.

Fonte: O Catalogo dos Livros do Gabinete Portuguez de Leitura no Rio de Janeiro.

Apesar de não encontrarmos, até o fim dessa pesquisa, o registro do Manual em escolares cariocas, acreditamos que por se tratar da capital, é bem provável que o Manual tenha circulado e que fez parte da escolarização primária das crianças do Rio de Janeiro. Mesmo sem essas evidências, os anúncios aliados à presença do Manual em locais de leituras atestam a presença da obra de Emílio no Rio de Janeiro.

2.4.4 Sergipe

Também em terras sergipanas encontramos fontes que nos apresentaram a circulação do Manual aqui pesquisado. Em Sergipe, encontramos nossa fonte de pesquisa na forma de um exemplar da 13ª edição do Manual Encyclopédico. Este exemplar foi encontrado no Acervo particular de Epifânio Dória, Documentarista, jornalista e pesquisador, que dirigiu a Biblioteca do Estado de Sergipe de 1914 a 1943, que hoje carrega seu nome. Tornou-se ainda presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, membro da Associação Sergipana de Imprensa, da Academia Sergipana de Letras e de várias instituições literárias do Brasil e do exterior.

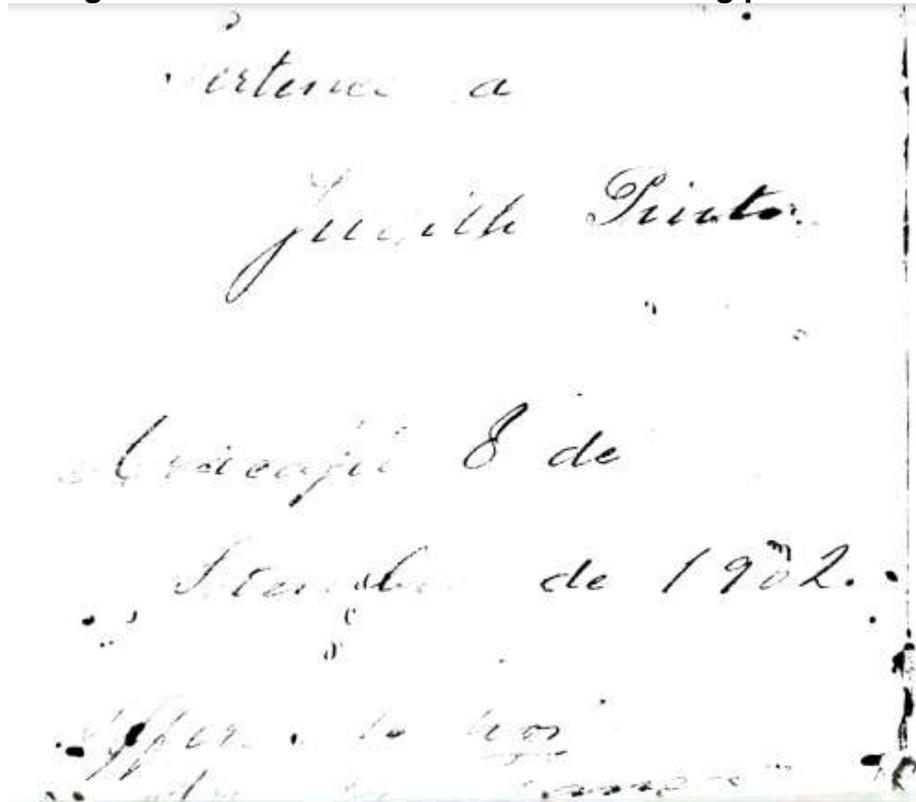
Segundo Santos (2004) consta nos registros das casas comerciais de Maroim e de Laranjeiras, importantes localidades da Província de Sergipe no século

com uma vida cultural pulsante. Destaca-se por exemplo que Maruim contava desde 1877 com um Gabinete de Leitura. Os Gabinetes de Leitura foram criados no Brasil pelos portugueses, o do Rio de Janeiro foi o primeiro, mais tarde viriam os do Recife (1850) e o da Bahia (1863). Sabe-se ainda da existência de outros Gabinetes fundados normalmente por estrangeiros que residiam no Brasil neste momento. Em Sergipe existiram, o Gabinete Literário Laranjeirense, o Gabinete de Leitura de Riachuelo, Gabinete de Leitura de Tobias Barreto, e o Gabinete de leitura de Maruim.

O Gabinete de Leitura de Maruim teve como mentor o cônsul Otto Schramm. As cartas de sua tia Adolphine revelam que, em 1860, já possuía em sua residência um rico acervo, que possivelmente, todo ou parcialmente, fora transferido para a biblioteca do Gabinete. Estamos tratando de um espaço de sociabilidade, com um vasto capital cultural, não só para Maruim, mas de referência em Sergipe; tanto enquanto Província do Império, como em Estado da Federação, haja vista a importância deste espaço em ocasião dos acalorados debates liberais republicanos. De acordo com o catálogo do Gabinete, no acervo da instituição em Maruim no final do século XIX, constava obras de Voltaire (1860), Rousseau (1857), Júlio Verne (1878), Michelet (1863), Balzac (1863), M. A. Thiers (1862) com a sua “História da Revolução Francesa”, Antônio Feliciano de Castilho (1863) em “Camões: estudo histórico e poético”, Frédéric Soulie (1852) com “Le Veau d’or”, I. F. da Silva e L. A. Rebello da Silva (1853) em “Poesias de Manuel Maria de Barbosa du Bocage”, Sebastião da Rocha Pitta (1880) “História da América Portuguesa”, Visconde de Taunay (1896) com “Innocencia”. (CRUZ E SILVA, 2006).

Nessas localidades que foram vendidas unidades do Manual em Sergipe desde 1854, reafirmando a sua circulação no Estado. Destacamos abaixo um recorte encontrado no início do primeiro capítulo do Manual utilizado por nós nesta pesquisa que indica a quem pertenceria o Manual e a sua localização.

Figura 16 - Marca de uso no Manual em Sergipe



Fonte: Acervo particular de Epifânio Dória.

A digitalização do recorte apresenta uma escrita com falhas gráficas, entretanto, podemos identificar o seguinte registro “Pertence a Judith Pinto. Aracaju 8 de Setembro de 1902”. No folhear do Manual são encontradas outras marcas de uso que sugerem a utilização por parte também de Aninha e Carolina²⁷. As condições em que se encontra o manual sugerem que foi bastante utilizado e por diferentes pessoas. Embora não se tenha realizado um estudo sobre a sua utilização pelos colégios, as marcas de uso encontradas denunciam que esse impresso escolar circulou em Sergipe também, em 1902.

2.4.5 Outras Províncias

Além das províncias citadas acima também encontramos vestígios da sua circulação em outras províncias brasileiras, os quais foram reunidos nesta subseção. Dentro as províncias com indícios da sua circulação, destacamos: Mato Grosso, Pará, Paraíba, Pernambuco e Piauí.

²⁷ Acreditamos que são nomes de alunas ou professoras que administraram o Manual nesse período.

Iniciamos destacando os primeiros vestígios na província de Mato Grosso. As informações têm como base a pesquisa de Xavier (2006) sobre a cultura escolar primária de Mato Grosso (1837 – 1889) indica a compra de uma obra de Monteverde.

[...] compêndio de Gramática da Língua Nacional, escrito por E. A. Monteverde, e o de Aritmética, por Besout [...] foram os adotados para a única escola de 2º grau, que se localizava na capital mato-grossense (MATO GROSSO, Inspetoria Geral dos Estudos, Relatório, 1867).

Mesmo o manual não sendo destacada nessa lista de compra, a presença de uma obra de Monteverde pode indicar um canal de venda e divulgação das suas obras. Por sua popularidade, há grandes chances da circulação do seu manual nas escolas mato-grossense.

Nos estudos de Corrêa (2019) a respeito do sistema métrico decimal no sistema escolar do Pará (1868–1918), o Manual de Emílio é citado como uma das obras em circulação nesse período, como nesse trecho:

Governo ter comprado sete compêndios para leitura, quanto a aritmética, haviam sido adquiridos três compêndios, a saber: o manual encyclopedico, o do Sr. Padre Eutichio e o de Monteverde. [...] Os deputados se referiam não a três, mas a quatro livros de arithmetica de quatro autores distintos: *Manual Encyclopedico de Emilio Achilles Monteverde (grifo nosso)*; *Arithmetica Pratica* de Andre Curcino Benjamin; *Elementos de Arithmetica* de Bezout e um livro cujo título não foi citado, embora se trate do livro de Arithmetica, apenas o nome do autor foi explicitado, trata-se de Padre Eutichio Pereira da Rocha (CORRÊA, 2019. p. 26-27).

Na parte final do seu trabalho, Corrêa constrói um quadro com uma reunião das obras que adentraram as escolares paraenses. O quadro 6 é um recorte dessa lista de obras em circulação e o Manual se encontra presente indicando o seu uso em escolas paraenses.

Quadro 6 - O Manual em circulação no Pará

Título da Obra	Autor	Ano de Publicação	Acesso à obra	Quantidade de páginas
Manual Encyclopedico para uso das escolas primárias	Emilio Achilles Monteverde (1803 – 1881)	1837	Sem acesso até o presente momento	Sem informação

Fonte: Machado (2018) e Corrêa (2019) – Adaptado.

Bandeira (2009) no seu artigo²⁸ sobre os livros didáticos na Paraíba do segundo reinado cita em um trecho a circulação de um compêndio do escritor Monteverde:

Nos relatórios dos presidentes da província da Paraíba, no ano de 1849, o presidente João Antonio de Vasconcellos desiste de adotar um compêndio sobre Doutrina Cristã do escritor “Monteverde”. Não é dito o nome completo do escritor, mas segundo uma pesquisa realizada na internet, este autor seria, provavelmente, Emilio Achilles Monteverde. Também não é revelado o nome do compêndio, nem sobre o que exatamente se trata. O presidente apenas declara a necessidade de adotar um compêndio para todas as escolas em vista da uniformidade do ensino da doutrina (cristã). Este compêndio de Monteverde, a princípio, seria considerado o melhor, mas não foi escolhido porque, em primeiro lugar, não tinha “a parte”, ou seja, o Catecismo da Doutrina Cristã (BANDEIRA, 2009, p.4).

Como a própria autora comenta nessa parte, não se tem a certeza que o escritor é Emilio Achilles Monteverde, apesar da alta probabilidade, e nem de qual compêndio se trata. Apesar dessas incertezas, esse relatório pode indicar a circulação das obras de Monteverde na Paraíba.

Fernandes (2018) em sua investigação sobre as práticas educativas e relações de poder no Piauí (1849 – 1873) cita a circulação da Enciclopédia no estado. Segundo Fernandes os manuais referidos na citação são atribuídos a Monteverde:

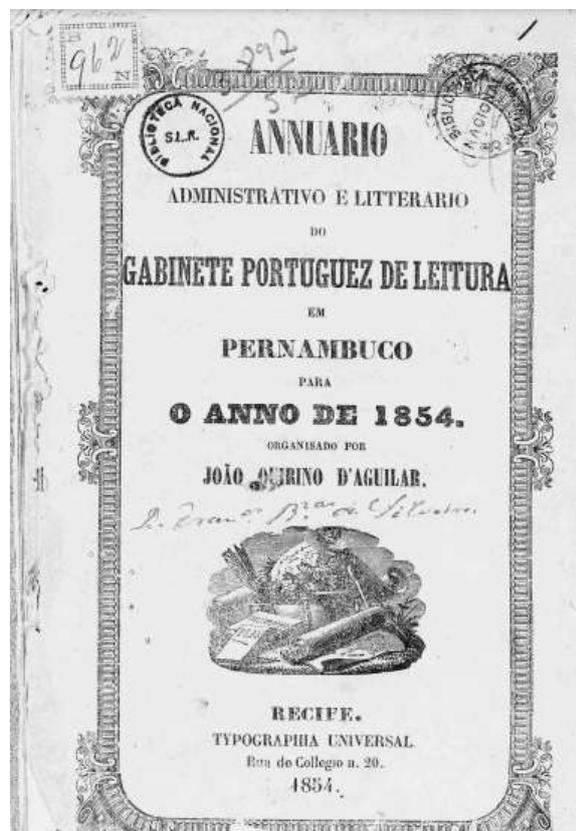
Deu-se em 24 de outubro de 1864, que a diretoria do Estabelecimento de Educandos Artífices do Piauí solicitou ao presidente provincial, o Dr. Franklin Americo de Menezes Doria, por

²⁸ Publicado em: FERRONATO, Cristiano. **A instrução Pública na Parayba do Norte discursos, falas e relatórios de presidentes da província (1837-1889)**. Vitória: SBHE/Edunit. 2015.

recomendação do professor de primeiras letras daquela instituição, a aquisição de alguns Manuais encyclopedicos para uso dos meninos por conter este livro diversas materias todas uteis e a instrucção da mocidade (FERNANDES, 2018. p. 153).

O nosso último registro nessa pesquisa é a presença do Manual em Pernambuco por meio da presença de um exemplar no Anuário no gabinete português (Figura 17 e 18) do ano de 1854.

Figura 17 - Capa do Anuario Administrativo e Litterario do Gabinete Portuguez de Leitura em Pernambuco



Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira.

Figura 18 – Manual listado no Anuário Português em Pernambuco

Educação.	
PORTUGUEZ.	
481	1 Monteverde (Emilio Achilles) : Manual Encyclopedico. — Lisboa 1843.

Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira - adaptado, p.24.

Manual em terras brasileiras, reforçando a sua influência direta ou indireta na educação da população do país fortalecendo a necessidade do seu estudo.

Na pesquisa conseguimos chegar à conclusão que a obra teve uma vasta aceitação em virtude de sua circulação, principalmente nas províncias do Norte do Brasil e na capital do Império. Destes podemos destacar: Amazonas, Bahia, Rio de Janeiro, Sergipe, Mato Grosso, Pará, Paraíba, Piauí e Pernambuco. A princípio não encontramos nenhum motivo que explique a concentração nesta região e entendemos que com o avançar das pesquisas sobre o tema será possível localizar a presença do Manual em outras partes do Brasil.

Dando sequência a pesquisa na seção seguinte irá analisar a legislação educacional da época, os conteúdos pedagógicos, aspectos teóricos e metodológicos das Operações Fundamentais presentes no referido Manual.

3 A ARTE DE CALCULAR: entre leis, notas e exercícios - O jeito de ensinar as operações fundamentais por Monteverde

Antes de iniciarmos a análise do que Emílio considera e descreve como Aritmética no seu manual é preciso visitar aspectos histórico-políticos que envolvem o ensino em Portugal no período em vigência do Manual. Partimos do pressuposto que Monteverde segue a recomendação da legislação educacional portuguesa uma vez que tem a aval do Conselho de Instrução Pública na sua obra e a sua análise nos dará as respostas necessárias para o estudo.

O manual percorre 56 anos desde a publicação da sua primeira edição (1837) até a última (1893). Por isso, consideramos um grande espaço temporal que traz consigo um período de muitas mudanças na escola portuguesa. As inúmeras reformas e os detalhes não fazem parte do foco inicial do trabalho, mas julgamos importante pontuar alguns momentos históricos que podem ter influenciado direta ou indiretamente o pensamento de Monteverde sobre a Aritmética e do Manual como um todo.

Para esclarecer, o termo Matemática só começa a ser utilizado nos programas de ensino primário português apenas no ano de 1974/75, sendo até então dominante a utilização da nomenclatura 'Aritmética', à qual era acompanhada pelo Sistema Métrico e pela Geometria. Sendo assim, faremos uso da terminologia 'Aritmética'.

Deste modo, visando responder nosso problema de pesquisa com direção ao nosso objetivo principal, a subseção a seguir tem como objetivo analisar as operações fundamentais presentes na aritmética do Manual de Monteverde com base na legislação vigente e nos aspectos teóricos e exercícios escritos por Emílio.

3.1 A evolução curricular da Aritmética no Ensino Primário Português: um olhar da perspectiva oficial

Na busca por entender a Arithmetica Monteverdeana, recorreremos inicialmente ao que está posto na legislação educacional do período. Para tal, utilizamos como fontes decretos e leis governamentais. Para entendermos a organização do ensino de matemática em Portugal foi importante a leitura da dissertação de mestrado, intitulada: "A matemática na escola primária: um olhar sobre o ensino da matemática nas escolas portuguesas desde o final do século XIX até à década de 70 do século

XX” de Helena Isabel Mercês Palma, defendida na em 2008, na Universidade de Lisboa.

Nesse estudo a investigadora analisa o ensino da matemática na escola primária portuguesa tendo como objetivo analisar continuidades e rupturas nos conteúdos, os tipos de materiais didáticos utilizados e das correntes pedagógicas que presidiram às opções programáticas e à implementação do ensino elementar de aritmética, num limite cronológico que tem o seu início nos finais do século XIX e se prolonga até à década de setenta do século XX. Nesse sentido, o trabalho foi muito importante para entendermos o processo histórico pela qual a aritmética foi construída em Portugal, além das mudanças metodológicas representadas nos relatórios e decretos governamentais.

Baseado na Síntese da Legislação do Ensino Primário (1835 – 1894), construídas por Palma (2008) constatamos que a partir de 1835 a Instrução primária passa a ser gratuita e obrigatória tendo os pais o dever de enviar seus filhos às Escolas públicas assim que completarem sete anos. O documento ainda define quais conteúdos deveriam compor o currículo do ensino primário, e quais conteúdos deveriam comportar, dentre estes a aritmética. Esta, segundo o, o regulamento é definida como elementares do cálculo definindo seu ensino com a mesma importância do ensino de língua nacional:

1º Os princípios da língua Nacional, falada ou escrita, pois que a primeira necessidade social é a comunicação das ideias e dos sentimentos: *as regras elementares do cálculo são colocadas na mesma ordem, por isso que o cálculo é uma linguagem abreviada, cujo uso se torna necessário a todos para o comércio inevitável da Sociedade* (PORTUGAL, 1835).

O ano de 1844 representa um importante marco para a educação portuguesa com a Reforma Geral do Ensino, organizada por Costa Cabral. A partir desse momento o ensino passa a ser dividido em dois graus: primeiro e segundo grau. A escolarização continua obrigatória dos sete aos quinze anos. “Os que faltarem a este dever, serão sucessivamente avisados, intimados, e repreendidos pelo Administrador do Concelho; e ultimamente multados [...]” (PORTUGAL, 1844). Sobre a aritmética, fica definido da seguinte forma:

A Instrução Pública divide-se em dois graus. O primeiro compreende: [...] contar. [...] O segundo compreende, além dos objectos do primeiro grau: [...] Aritmética e geometria com aplicação à indústria (PORTUGAL, 1844).

O Regulamento do Ensino Primário de 1850 indica que o professor ensinará a escrever os algarismos após os alunos adquirirem um nível suficiente de leitura e escrita. Na sequência, ensinará e praticará as operações ordinárias (somar, diminuir, multiplicar e repartir), inicialmente, com os números inteiros e depois os números quebrados, chegando até à regra de três e aplicações à regra de juros e companhia. A partir deste regulamento encontramos uma Aritmética mais robusta e baseada em uma sequência de conteúdos.

A próxima reforma de impacto acontece no ensino português se dá em 1870, denominada de Reforma da Instrução Primária, de Antônio da Costa. O texto desta reforma reafirma o caráter obrigatório da escolarização primária para ambos os sexos dos sete aos quinze anos. Em relação ao ensino de Aritmética, esta reforma define que será para ambos os sexos sendo composta por: Operações aritméticas sobre números inteiros e decimais e Sistema legal de pesos e medidas. Uma curiosidade a se destacar é que para escolas na zona rural, as operações com decimais são retiradas.

Verificamos que entre os anos de 1835 a 1870 um aumento na explicitação e uma expansão dos conteúdos direcionais ao estudo da Aritmética. Em 1880/1881 com um novo Regulamento é expresso que as provas escritas do ensino elementar para a aritmética têm como foco a prática de operações aritméticas com números inteiros ou decimais e resolução de um problema simples de uso comum com a aplicação das operações fundamentais de aritmética.

Surgem a partir de 1882 os programas da Instrução Primária que designam o conjunto de conteúdos correspondente a cada disciplina que constituem o primeiro grau da Instrução Primária. Neste programa, a aritmética surge associada ao sistema métrico recebendo a nomenclatura de “Aritmética e sistema métrico”. As próximas atualizações do programa de Instrução Primária acontecem em 1896 e durante todo o século XX, deste modo, não levaremos em consideração por estar fora do nosso escopo temporal.

Este programa da Instrução Primária apresenta a indicação que os exercícios sejam práticos e intuitivos, além de exercícios teóricos e de aplicação, tanto para a aritmética como para o sistema métrico, sendo os conteúdos apresentados separadamente. Em relação aos exercícios práticos e intuitivos, o programa refere-se ao:

Conhecimento dos algarismos e valor que lhes compete. Leitura e escrita de números inteiros e decimais. Cálculo mental sobre as quatro operações. Resolução mental de problemas simples. Prática das quatro operações. Questões fáceis que prática e rapidamente devam ser resolvidas, quer sobre inteiros, quer sobre decimais. Aplicação das provas, real e dos nove, às quatro operações (Programas provisórios para ensino das disciplinas que constituem o primeiro grau da instrução primária — 1882, 1883, p. 42).

Para os exercícios teóricos e de aplicação a ênfase dada será:

Quantidade, unidade, números e suas espécies. Numeração: regras aplicáveis à numeração falada e escrita de números inteiros e decimais. Definições de adição, subtração, multiplicação e divisão. Nomes por que são conhecidos os diferentes números que entram em qualquer das quatro operações, e aqueles que resultam depois de ultimada a operação. (Programas provisórios para ensino das disciplinas que constituem o primeiro grau da instrução primária — 1882, 1883, p. 42).

Não há na escrita da lei o detalhamento sobre os pormenores dos conteúdos impostos. De qualquer forma percebemos um movimento similar no que se refere às operações aritméticas de modo geral. A partir de 1870, aparecerem determinados o estudo sobre os números quadrados com a adição do Sistema Legal de Pesos e Medidas²⁹. Esse modelo continuou até o fim da última edição do mesmo, legalmente falando.

Reunimos no quadro 7 um resumo das reformas no ensino português ilustrando o que era definido para aritmética naquele respectivo ano, bem como o método de ensino sugerido na legislação. A próxima reforma acontece em 1894, como o manual foi lançado em ano antes, entendemos que ela não gerou nenhum impacto na obra e, por isso, não é citada.

Quadro 7 - Método e conteúdos aritméticos vigentes em Portugal (1835-1882)

ANO	ARITMÉTICA	MÉTODO
1835	<ul style="list-style-type: none"> Regras elementares do cálculo. 	<ul style="list-style-type: none"> Geralmente o método será o Ensino Mútuo
1844	<ul style="list-style-type: none"> 1º grau (contar); 2º grau (Aritmética e 	<ul style="list-style-type: none"> Não determinado

²⁹ A adopção do sistema métrico francês é, pois, aconselhada como o único meio de prescrever o nosso complicado e defeituoso sistema [...]. Adoptado, porém, o *metro legal* como base de sistema, é preciso derivar dele as diversas medidas lineares, que múltiplas e submúltiplas do metro, terão de usar-se em diferentes circunstâncias, e as medidas de superfície, de capacidade e de peso, as quais todas devem achar-se numa relação simples com a sua base (Decreto de 13 de Dezembro de 1852, 1853).

	geometria com aplicação à indústria).	
1850	<ul style="list-style-type: none"> ● Operações ordinárias (somar, diminuir, multiplicar e repartir) com números inteiros e quebrado; ● Regra de três; ● Regra de juros. 	<ul style="list-style-type: none"> ● Ensino Mútuo
1870	<ul style="list-style-type: none"> ● Operações aritméticas sobre números inteiros e decimais; ● Sistema legal de pesos e medidas. 	<ul style="list-style-type: none"> ● Ensino real (métodos intuitivos)
1882	<ul style="list-style-type: none"> ● Operações Aritméticas ● Sistema Métrico 	<ul style="list-style-type: none"> ● Ensino real (métodos intuitivos)

Fonte: Criado pelo autor com base no levantamento de Palma (2008).

O levantamento percorre o período entre o lançamento da primeira e da última edição do Manual de Monteverde, a partir dele podemos perceber uma pouco da trajetória e as mudanças a respeito do que é chamado de Aritmética pela lei. Ao passar metade do século XIX, a aritmética foi indicada como estudo sobre as operações aritméticas acompanhado do sistema métrico.

Levando em consideração o método de ensino a ser adotado nas escolas, o Decreto de 1835 determina que o método de Lancaster ou ensino mútuo³⁰, deverá ser o que deve ser aplicado. Caso não fosse possível implementá-lo devido a quantidade de estudantes, o método simultâneo³¹ era uma alternativa. Os decretos de 1844 e 1850 não indicam diretamente o método a ser adotado, segundo Palma (2008, p.23), mesmo assim é possível referenciar a preferência pelo ensino mútuo. Mesmo com a sugestão da utilização do ensino mútuo, para Gomes (1980) o método mais utilizado no período era o simultâneo.

Os métodos mútuo e simultâneo perdem espaço na Reforma da Instrução Primária de 1870 com a chegada do ensino real, baseado em métodos intuitivos. A tendência dos métodos intuitivos ganha força após essa reforma com a adoção do Sistema Legal de Pesos e Medidas.

³⁰ O método Lancaster é um método pedagógico que surgiu no final do século XVIII, na Europa. Formulado pelo inglês Joseph Lancaster (1778-1838), amparado nas ideias pedagógicas do pastor anglicano Andrew Bell (1753-1832). Lancaster (1818) o define como um método de ensino que consiste na reciprocidade entre os alunos, o mais capaz servindo de mestre ao menos capaz.

³¹ Com o ensino simultâneo o que se pretende é que haja uma só lição. O professor ensina todos como se fossem um só, o que passa pela homogeneização dos grupos e divisão dos exercícios escolares.” (BARROSO, 1995. P. 77)

Inaugurando finalmente o novo e regenerador princípio do ensino chamado real, consegue pelos novos métodos intuitivos, que o aluno alcance em muito menos tempo maior soma de conhecimentos adaptados à sua inteligência (Preâmbulo da Reforma da Instrução Primária de 16 de agosto de 1870).

Retomando a ideia inicial com olhar ao nosso objetivo principal, analisar o método utilizado por Monteverde na *Arithmetica* do Manual, ampliamos a discussão a respeito dos métodos tendo como base o estudo de Valente (2015), em especial o método sintético e o método intuitivo.

Valente (2015) faz uma construção histórica dos princípios do método sintético considerando a obra de Euclides como um marco de passagem para o método sintético. “Desse modo, *Os Elementos* irão balizar o ensino de matemática, para todos os níveis, pelo método sintético, desde o século III antes da era cristã!” (VALENTE, 2015, p. 193). Como exemplo da aplicação deste método, Valente analisa a obra “Primeira Arithmetica para Meninos” de autoria de Theodoro de Souza Lobo, em particular a adição, considerando-o como um texto símbolo para referenciar o método sintético do ensino da Aritmética nos primeiros anos escolares.

O autor expressa ideias sobre as operações com números inteiros, enuncia as operações e, trata, inicialmente, da adição. Descreve, em seguida, o processo algorítmico para efetuar a adição, dá um exemplo, para, em seguida, propor exercícios por meio de um questionário. E essa ordenação, esse modo de selecionar os conteúdos, de organizá-los para o ensino configura o método sintético, isto é, uma marcha das partes para o todo. Assim, os problemas aritméticos – modo de expressar o todo, a totalidade, a serem tratados matematicamente – somente poderão ser resolvidos após longo processo de ensino dos elementos (numeração, operações, sistema de medidas etc.) (VALENTE, 2015, p. 201).

A respeito do método intuitivo, Valente (2015) considera-o em dois momentos: intuitivo-sintético e intuitivo-analítico. Nessa primeira vertente, intuitivo-sintético, Valente acredita ser uma simbiose entre o método sintético (da parte para o todo) com o método intuitivo (concretizar os referentes abstratos).

Recordemos que o que é elementar tem construção lógica, abstrata. E face ao novo discurso pedagógico, que implica em relacionar os ensinamentos com a vida sensível dos alunos, cada elemento precisa de concretizações. Serão elas a levar o aluno ao conhecimento que parta do sensível. Trata-se, pois, do que se poderia caracterizar como um processo intuitivo-sintético (VALENTE, 2015, p. 202).

Na segunda vertente, intuitivo-analítico, Valente (2015) discorre sobre o impacto direto do método sobre a estruturação dos conteúdos de ensino. Há uma

ruptura com o método sintético, na busca do processo analítico, partindo do todo para as partes (sentido inverso do método sintético) por meio de representações da vida cotidiana e da sua análise.

Retornando para Monteverde e com um olhar para a sua vida, um ponto levantado por Oliveira (2013) pode indicar o caminho metodológico que influenciou e determinou a escrita do autor português. Na sua investigação sobre a *Arithmetica*, de Antônio Trajano, Oliveira indica no trecho abaixo uma diferença entre o método de ensino da Aritmética francesa x americana baseada na obra de Condorcet (método francês) e Trajano (método americano).

Diante da análise realizada nas obras de Trajano e Condorcet foi possível verificar que gradativamente o método francês vinha sendo substituído pelo método norte-americano, visto que, o método tradicional (francês) se caracterizava pela predominância de decorar, e não possuía nenhum tipo de inovação metodológica, por exemplo a utilização de imagens, assuntos contextualizados, entre outros, diferentemente do método intuitivo (norte-americano) onde era evidente a presença de inovações, despertando, dessa forma, o interesse dos alunos. (OLIVEIRA, 2013, p. 35).

Valente (2015) reforça essa ideia sobre Condorcet por meio dos estudos de Trouvé (2008) e Schurbring (2008) os quais destacam o seu papel fundamental na afirmação elementar do ponto de vista pedagógico precursor das ideias do método sintético.

O ponto de reflexão levantado aqui se faz pela formação de Emílio Monteverde, segundo relatado nas páginas anteriores, ele completou seus estudos na França e possuía uma boa parte das suas obras dedicadas ao ensino da gramática francesa. Partindo da ideia que o método aritmético é o sintético, a formação de Monteverde pode indicar que encontraremos traços do mesmo método na sua forma de expor à aritmética. Continuando a busca por vestígios dos seus escritos, relembramos os comentários de Zuin (2007) e Corrêa (2006) que foram expostos na parte introdutória do trabalho. Ambos caracterizam o texto de Monteverde, em suas respectivas análises, que a obra de Monteverde carrega as características associadas ao que consideramos como o modelo sintético.

Diante do exposto, atestamos que a longevidade do Manual traz consigo o ônus de passar por várias reformas educacionais no meio do lançamento de novas edições. Pensando no método, a legislação recomendou ao menos três: mútuo, simultâneo e o intuitivo. Considerando o ano de lançamento da edição analisada

(1893), atestamos a recomendação da legislação portuguesa para o método intuitivo tendo a aritmética baseada nas operações com números inteiros e decimais e o sistema legal de pesos e medidas.

Preliminarmente, considerando a formação de Monteverde e as análises de edições anteriores por outros pesquisadores, presumimos que a escrita de Monteverde estará baseada no método sintético (das partes para o todo) mesmo em um período de expansão do método intuitivo. Em busca desta confirmação, a subseção a seguir tem como objetivo analisar a teoria e os exercícios propostos por Monteverde sobre as operações fundamentais na 13ª edição do Manual Encyclopedico.

3.2 A caracterização das operações fundamentais: entre conceitos e problemas

Construímos nas seções anteriores uma visão externa do Manual Encyclopedico, observando os aspectos da trajetória pessoal e profissional de Emílio Achilles Monteverde, mapeamos informações sobre o seu sucesso editorial e analisamos o que estava posto na legislação educacional do período. Feito isso, partimos para uma leitura interna da obra analisando a forma como Monteverde ensina as operações fundamentais a partir de dois pontos: teoria e exercícios propostos. O objetivo desta subseção é analisar os aspectos teóricos e metodológicos da arte de calcular de Emílio.

Antes de iniciarmos a análise textual, um aspecto a ser destacado diz respeito ao local onde se aprendia aritmética ou qualquer outro saber. Os estudos demonstram que o local de ensino nem sempre era o ambiente escolar. Hebrard (1990) aponta que ler escrever e contar nem sempre fez parte dos conjuntos de saberes que era de responsabilidade da escola ensinar. Inicialmente, as aprendizagens destes saberes ocorriam fora do espaço escolar e nem sempre eram conduzidos por professores. Na legislação portuguesa, essa missão era concedida à escola pelo menos desde o início do século XIX, entretanto, tal fato, não eximia a dificuldade de acesso à escola e, deste modo, muitas crianças continuavam aprendendo a ler, escrever e contar fora dos espaços escolares. Neste cenário, consideramos que o Manual pode ter assumido um papel importante no ensino também fora da escola pelo seu caráter enciclopédico e por sua configuração metodológica.

No que se refere à Arithmetica no Manual destacamos que os conteúdos desta estão localizados na terceira parte do Manual representada em 58 páginas e tem como primeiro e único capítulo: *Da arithmetica*. No primeiro parágrafo, Monteverde apresenta noções gerais sobre aritmética e anuncia alguns conceitos, como por exemplo: arithmetica, unidade, número e seus diferentes tipos.

1. *A arithmetica*, prima parte das mathematicas, é a sciencia dos numeros, ou arte de calcular.
2. O principio dos numeros é a unidade.
3. *Unidade*. É a quantidade tomada para servir de termo de comparação a todas as outras quantidades da mesma especie; assim, quando se diz, por exemplo, que um volume pesa cem kilogramas, o kilogramma é a unidade, isto é, a quantidade com a qual se compara, e pela qual se faz idéa do peso do mesmo volume.
4. *Quantidade ou gradeza*. É tudo auillo que é susceptível de augmento ou diminuição; assim, as linhas, o peso, as superficeis, etc., são grandezas ou quantidades.
5. *Numero*. É a enunciaçãõ das quantidades, isto é, a expressãõ das unidades ou partes da unidade de que se compõe a quantidade (MONTEVERDE, 1893, p.134).

Mesmo nossa abordagem direcionada às operações fundamentais, anunciamos e consideramos essencial para a construção das operações o nosso olhar para os conceitos iniciais e a forma como Monteverde representa e apresenta a numeração.

Referente aos tipos de números, Monteverde anuncia-os por meio de uma definição, seguido de um exemplo. São descritos os seguintes números: *inteiro, mixto ou fracionario, fracção ou quebrado, abstracto, concreto, digito ou simples, par, impar, complexo ou heterogeneo e incomplex*. Para ilustrar o formato aqui dito, utilizaremos a definição de número concreto: “*Numero concreto*. É aquelle que indica a especia da unidade, ex.: vinte kilogrammas, seis metro, etc”. (MONTEVERDE, 1893, p.135).

O que aqui foi indicado, basicamente resume as duas primeiras páginas da parte dedicada à aritmética no Manual e já nos indica que provavelmente a tônica dos escritos será acompanhada por esse modelo conceitos-exemplos-exercícios. Esse modelo de apresentação se aproxima ao método sintético, uma vez que parte de conceitos iniciais (partes) para a resolução de problemas (todo).

Na sequência das Noções Gerais, Monteverde inicia sua explicação sobre numeração definindo-a como “a parte da arithmetica que ensina a enunciar representar os numeros. Divide-se em numeração escripta e fallada”

(MONTEVERDE, 1893. p. 135). Para tal, utiliza de cinco páginas nas quais versa sobre numeração falada, escrita e números romanos.

“O principio fundamental da numeração fallada consiste em que dez unidades de uma ordem qualquer formam uma unidade da ordem immediatamente superior” (MONTEVERDE, 1893. p. 135). Emílio inicia, dessa forma, o seu discurso sobre a numeração falada e introduz aos poucos as noções de ordem, classes e as nomenclaturas utilizadas de acordo com o sistema de numeração decimal. Partindo das unidades e chegando até o quadrilhão. (ver Figuras 21 e 22).

Figura 20 - Noções de contagem e classes

136

PARTE TERCEIRA

Uma dezena chama-se *dez*; duas, *vinte*; tres, *trinta*; quatro, *quarenta*; cinco, *cincoenta*; seis, *sessenta*; sete, *setenta*; oito, *oitenta*, e nove dezenas, *noventa*.

A cada dezena se acrescentam os nomes dos nove primeiros números; ex.:

dez e um, dez e dois, dez e tres, dez e nove;
vinte e um, vinte e dois, vinte e nove;
trinta e um, trinta e nove;
noventa e um, noventa e dois, noventa e nove.

N. B. Na 1.^a dezena os números são chamados: *onze, doze, treze, quatorze, quinze, dezesseis, dezeseite, dezoito, dezenove*, que correspondem a: *dez e um, dez e dois, dez e cinco*, etc.

Assim, por meio das dezenas e das unidades, conta-se até noventa e nove.

Accrescentando-se uma unidade a noventa e nove, obtem-se o número *cem*, que constitue uma nova especie de unidade, chamada *centena*, que vale dez dezenas. Conta-se por centenas como já se contou por dezenas e por unidades, desde uma centena até nove centenas. Assim diz-se:

Uma centena, ou *cem*, duas centenas, ou *duzentos*, tres centenas, ou *trezentos* nove centenas, ou *novecentos*.

Fonte: Monteverde (1893, p.136).

Figura 21 - Classes e Ordens numéricas

Unidades	simples.....	1. ^a ordem	} 1. ^a classe, ou grupo.
Dezenas		2. ^a "	
Centenas		3. ^a "	
Unidades	de mil.....	4. ^a ordem	} 2. ^a classe, ou grupo.
Dezenas		5. ^a "	
Centenas		6. ^a "	
Unidades	de milhão, ou contos.....	7. ^a ordem	} 3. ^a classe, ou grupo.
Dezenas		8. ^a "	
Centenas		9. ^a "	
Unidades	de bilhão, ou milhar de con- tos.....	10. ^a ordem	} 4. ^a classe, ou grupo.
Dezenas		11. ^a "	
Centenas		12. ^a "	
Unidades	de trilhão.....	13. ^a ordem	} 5. ^a classe, ou grupo.
Dezenas		14. ^a "	
Centenas		15. ^a "	
Unidades	de quadrilhão.....	16. ^a ordem	} 6. ^a classe, ou grupo.
Dezenas		17. ^a "	
Centenas		18. ^a "	

Fonte: Monteverde (1893, p.136).

Dando continuidade, inicia com a representação gráfica dos dez caracteres³² (Figura 23), fato curioso é a nomenclatura do algarismo 0, cifra. Complementa o assunto com a decomposição numérica e o valor posicional dos números. “O numero seis milhões e nove unidades, que não têm centenas, nem dezenas, nem unidades de milhar, nem centenas simples, nem dezenas simples, escreve-se 6000009” (MONTEVERDE, 1893, p. 138).

Entre as discussões sobre valor posicional, leitura e classes, Emílio expõe uma tabela com números romanos e seus valores sem nenhuma contextualização e explicação. Esse parágrafo³³ é finalizado com a leitura do número: “43.546,698,324,256,361 (quarenta e três quatrilhões, quinhentos e quarenta e seis trilhões, seiscentos e noventa e oito bilhões, trezentos e vinte e quatro milhões, dozentos e cinquenta e seis mil trezentos e sessenta e uma unidades)”.

Figura 22 - Representação dos algarismos

20. Os numeros representam-se por meio de dez caracteres, ou *algarismos* (2), a saber:

1	2	3	4	5	6	7	8	9	0
um	dois	tres	quatro	cinco	seis	sete	oito	nove	cifra

Fonte: Monteverde (1893, p.137).

O segundo parágrafo do capítulo é a parte vital do nosso trabalho e um dos

³² Há uma nota de rodapé na obra onde Monteverde explica que a origem destes caracteres é árabe.

³³ Monteverde utiliza a simbologia § (parágrafo) na organização dos temas, similar ao que chamamos hoje de “capítulos”. 1 §, 2 § e na sequência. Utilizaremos a mesma nomenclatura representada no manual.

mais relevantes na obra quando pensamos em Arithmetica. Essa fala é feita tendo como base o histórico de conteúdos escolares enfatizados durante as reformas educacionais. Um fato comum entre todas elas é o destaque ao ensino das operações fundamentais do cálculo. Desta forma, Monteverde dedica esse parágrafo ao ensino “das quatro operações fundamentais da Arithmetica”. O mesmo as define como quatro operações fundamentais que servem de base para todos os cálculos: adição, subtração, multiplicação e divisão, também nomeadas por: somar, diminuir, multiplicar e dividir ou repartir. Reunimos no quadro 8 os conceitos definidos por Monteverde para cada uma das operações.

Quadro 8 – Conceitos das Operações Fundamentais

OPERAÇÃO	CONCEITO
Adição	A adição (ou somar) é uma operação que consiste em mostrar o valor de muitos números por meio de um só, igual a todos os outros.
Subtração	A subtração (ou diminuir) é uma operação, pela qual se tira um número menor de outro número maior da mesma espécie.
Multiplicação	A multiplicação (ou multiplicar) consiste em repetir um número, chamado multiplicando, tantas vezes quantas são as unidades de outro número denominada multiplicador. O resultado desta operação chama-se produto.
Divisão ou Repartir	A divisão (ou dividir, ou repartir) é a operação arithmetica, que serve para fazer conhecer quantas vezes um número chamado dividendo, vulgarmente partição, contém outro chamado divisor ou partidor.

Fonte: adaptado de Monteverde (1893).

Emílio utiliza um modo semelhante na apresentação das quatro operações, seguindo a seguinte ordem:

1. Conceito;
2. Elementos da operação (total, parcelas, resto, diferença, multiplicar, produto e quociente);
3. Algoritmo da operação;
4. Exemplos;
5. Sinais operatórios.

Os exercícios relacionados aos respectivos assuntos são apresentados

reunidos no final das seções. Apresentaremos as operações fundamentais seguindo o mesmo desencadear lógico organizado por Monteverde na busca por entender os seus planos.

Para *sommar*, Emílio dedica uma página e meia da sua obra, o definindo como uma operação que consiste em mostrar o valor de muitos números por meio de um só, igual a todos os outros. “Escrevem-se as parcelas umas por baixo das outras, demodo que as unidades fiquem debaixo das unidades na mesma columna vertical; as dezenas, centenas, dos milhares e assim por diante” (MONTEVERDE, 1893, p.140). A explicação da soma é seguida por dois exemplos (Figura 23).

Figura 23 – Exemplos de adicção

30. Se se trata de numeros digitos, ou compostos só de unidades, como :	
9	diz-se : nove unidades e oito são dezeseite, e seis são 23 : põe-se o 3 debaixo das unidades, e o 2, que representa as dezenas, á esquerda do 3.
8	
6	
—	
Somma 23	30. Sendo os numeros compostos de unidades e dezenas, isto é, tendo dois algarismos, como :
37	diz-se : sete unidades e nove são dezeseis, e quatro são 20 : põe-se a cifra debaixo das unidades, e guarda-se o 2, que representa duas dezenas. Passando á columna das dezenas, diz-se : duas dezenas, que vem da columna precedente, e tres são cinco, e quatro são nove, e seis são 15; assenta-se 5 debaixo das dezenas, e 1, que representa uma centena, á esquerda do 5.
49	
64	
—	
Somma 150	

Fonte: Monteverde, (1893, p.140).

Esses dois são os únicos exemplos da operalização da soma durante todo o espaço dedicado para o mesmo. Não há exemplos contextualizados com o cotidiano do estudante da escola primária, nem um crescimento de complexidade, como por exemplo, adições com mais classes numéricas e dentro de contextos não numéricos.

Finaliza a *arte de sommar* com a indicação do sinal utilizado na operação “O signal +³⁴ significa *adicção*, e quer dizer *mais*; o signal = significa *igual*; assim no exemplo supra póde-se escrever: 37+49+64 = 150, que lê: 37 mais 49 mais 64 igual a 150. O signal + chama-se positivo” (MONTEVERDE, 1893, p.141).

³⁴ “Este signal e os mais que se empregam em arithmetica chamam-se algébricos, por se fazer uso d’elles na sciencia chamada *álgebra*” (MONTEVERDE, 1893, p.141).

As páginas 141 e 142 contêm os estudos sobre a *subtracção ou diminuir*. Logo no primeiro tópico, Monteverde define a *subtracção* (vide quadro 9), dando segundo no segundo tópico para a explicação sobre os elementos da *subtracção*: *resto, excesso ou diferença*. Estas três palavras correspondem cada uma ao modo particular de considerar o resultado. “Se de 7 se quiser tirar 3, o resultado 4 chamar-se-ha *resto*; se se quiser mostrar a superioridade de 7 a 3, o resultado 4 chamar-se-ha *excesso*; se pelo contrario se quiser mostrar a inferioridade de 3 para 7, o resultado 4 chamar-se-ha *diferença*”(MONTEVERDE,1893,p.141)

Na sequência da explicação, Monteverde explica como executar a subtração com o auxílio de exemplos. Quatro exemplos são expostos durante a explicação e Emílio toma o cuidado de demonstrar diferentes situações com uma elevação crescente da dificuldade.

Escreito o maior numero por cima do menor, de modo que as unidades da mesma ordem correspondam na mesma linha vertical, e passando depois um traço por baixo do numero inferior, tira-se, algarismo por algarismo, principiando da direita para a esquerda, o numero inferior do numero superior, e escreve-se por baixo cada resto, ou uma cifra (o número 0) quando nada sobeja. (MONTEVERDE, 1893, p.140).

O primeiro exemplo (Figura 24) apresenta uma subtração em que não há a necessidade de manipulação das ordens numéricas.

Figura 24 - Primeiro Exemplo da Subtracção

$$\begin{array}{r}
 \text{De.....} \quad 4729 \\
 \text{tirar.....} \quad 2326 \\
 \hline
 \text{Resto.....} \quad 2403
 \end{array}$$

Fonte: Monteverde (1893, p.141).

Diz-se: de 9 tirando 6, ficam 3, que se assentam debaixo das unidades.

Passando ás dezenas, diz-se: de 2 tirando 2, fica nada; põe-se uma cifra debaixo das dezenas.

Passando ás centenas, diz-se: de 7 tirando 3, ficam 4, que se assentam debaixo das centenas.

Passando aos milhares, diz-se: de 4 tirando 2, ficam 2, que se assentam debaixo dos milhares (MONTEVERDE, 1893, p.141).

Nos exemplos seguintes (2º, 3º e 4º) da subtração, Monteverde demonstra um caso que geralmente causa dificuldade aos estudantes da educação primária, a

subtração de uma ordem menor por uma maior. A figura 25 exemplifica o caso citado:

Figura 25 - Segundo Exemplo da Subtração

$$\begin{array}{r}
 \text{De.....} \quad 924 \\
 \text{tirando.....} \quad 365 \\
 \hline
 \text{Resto.....} \quad 559
 \end{array}$$

Fonte: (Monteverde (1893, p.142).

Ele explica que não é possível, inicialmente, subtrair 5 de 4 e que para isso, é preciso tomar (somar) das dezenas superiores uma dezena (dez unidades), as quais se juntaram ao 4, tornando 14, desta forma, podemos iniciar a subtração de 14 por 5, restando 9 unidades. Complementa indicando que esse modo citado, “pede-se emprestado” ao algarismo das ordens superiores.

O terceiro exemplo (Figura 26) reforça a operação com o “emprestado”, mas adiciona o caso onde o algarismo do número superior é uma cifra (zero), para resolver essa situação, Monteverde diz se necessário tomar uma dezena do primeiro algarismo positivo superior, neste caso o 4, fazendo o resto da operação como apresentado nos exemplos precedentes.

Figura 26 - Terceiro Exemplo da Subtração

$$\begin{array}{r}
 \text{De} \quad 40 \\
 \text{tirando} \quad 28 \\
 \hline
 \text{Resto} \quad 12
 \end{array}$$

Fonte: Monteverde (1893, p.142).

No último exemplo (Figura 27) é abordada outra situação comum aos cálculos de subtração, quando se encontram dois zeros sucessivos no número superior. Segue um roteiro igual ao citado no terceiro exemplo, a diferença neste caso é que a ordem positiva do número superior é da casa das centenas. Sendo assim, tira-se uma centena que vale dez dezenas e desta, uma que vale dez unidades, desta forma, de 10 tirando 7, ficam 3 que é colocada nas unidades. Passando para as dezenas, agora só restam 9 já que uma foi utilizada na operação das unidades, das

9 tiram 2, ficam 7 que são alocados debaixo das dezenas, seguindo o caminho dos exemplos anteriores. Por fim, designa – como símbolo da subtração que significa *menos* e recebe o nome de *negativo*. A partir disto, podemos reescrever os exemplos citados como: $40 - 28 = 12$ e $7500 - 227 = 7273$.

Figura 27 – Quarto Exemplo da Subtração

$$\begin{array}{r}
 \text{De} \dots\dots\dots 7500 \\
 \text{tirando} \dots\dots\dots 227 \\
 \hline
 \text{Resto} \dots\dots 7273 \\
 \hline
 \end{array}$$

Fonte: Monteverde (1893, p.142).

Após o estudo sobre *sommar e subtracção*, Monteverde segue sua fala sobre as operações fundamentais com a multiplicação. Os conteúdos a esse respeito estão localizados entre as páginas 143 e 146. O roteiro se repete e Emílio após a exposição do conceito de multiplicar, segue explicando os seus elementos. “O *multiplicando* e o *multiplicador* têm, além d’isso, uma denominação commum: considerados como concorrendo para formar o *producto*, são chamados *factores* do *producto*” (MONTEVERDE, 1893, p.143).

Para Monteverde, o cálculo principal em multiplicar um algarismo por outro consistia na operação do primeiro fator pelo do segundo e que para tal era essencial “aprender de cor”, com o auxílio de uma tabuada chamada *ábaco* cuja invenção se atribui a *Pythágoras*.

Figura 28 - A tabuada de Pythágoras

1	2	3	4	5	6	7	8	9
2	4	6	8	10	12	14	16	18
3	6	9	12	15	18	21	24	27
4	8	12	16	20	24	28	32	36
5	10	15	20	25	30	35	40	45
6	12	18	24	30	36	42	48	54
7	14	21	28	35	42	49	56	63
8	16	24	32	40	48	56	64	72
9	18	27	36	45	54	63	72	81

Fonte: Monteverde (1893, p.143).

A tabuada pitagórica contém todos os resultados da multiplicação de cada um dos números, de 1 até 9, por cada um dos mesmos. A sua construção é exemplificada na sequência da imagem desta forma:

O modo de formar essa tabuada é muito simples: escreve-se na primeira linha 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9. A segunda linha forma-se dobrando os nove números da primeira. A terceira triplicando-os, e assim por diante até a nona linha. A segunda linha forma-se dobrando os nove números da primeira. A terceira triplicando-os, e assim por diante até a nona linha. Querendo saber quanto fazem 6 vezes 8, ou o que é a mesma coisa, quanto fazem 8 vezes 6, descendermos verticalmente, isto é, do alto da tabuada, no primeiro caso, desde o 6 da primeira linha até á que principia por 8, e acharemos 48 (MONTEVERDE, 1893, p.143-144).

A fala “aprender de cor” associada ao uso da tabuada de Pitágoras, remete ao ensino da Aritmética por meio da memorização, o saber cantar a tabuada. A utilização da tabuada é evidenciada por historiadores franceses durante os finais do século XVII e XVIII.

Para o ensino primário da aritmética nas classes do primário e naquelas escolas da zona rural, os professores dispunham tão somente de um material por eles mesmo elaborado: a Tábua de Pitágoras, denominada “le livret”, copiada sobre um folha ou retirada de um velho almanaque [...]. De posse dela, para ensinar as quatro operações, uma boa memória, uma disciplina rígida, exigidas com muita firmeza eram suficientes (WARIDEL, 2003, p.4)

Para Valente e Pinheiro (2015), a utilização da Tábua de Pitágoras nos ambientes onde o material didático quase não existia, sedimentava-se no processo de memorização. A Tábua tratava-se de um dos raros dispositivos didáticos a ganhar espaço em tempos da inexistência dos livros e materiais didáticos.

A utilização desse recurso por Monteverde como sendo o único na explicação da multiplicação aproxima-o do que chamamos de método tradicional de ensino, baseado no princípio na memorização. Por exemplo, ele não associa a multiplicação como um processo aditivo. É a multiplicação por ela mesma. O uso da tabuada pitagórica reforça os comentários de Valente e Pinheiro (2015) e Waridel (2003) remetem a um recurso do século XVII e XVIII, lembramos aqui que manual encyclopédico analisado está quase rompendo a barreira do século XIX (1893) em um cenário de mudanças de paradigmas no modo de escrever e ensinar com as adições de inovações metodológicas.

Após a exposição da *tabuada*, Monteverde segue o tema multiplicação com a resolução de onze exemplos *denominados de processos de multiplicação* divididos em seis subitens. A saber, quando o multiplicador possui apenas um algarismo, quando há mais de um algarismo no multiplicador, quando há um zero entre dois algarismos positivos do multiplicando, quando há muitas cifras entre dois algarismos positivos do multiplicando, quando o multiplicador contém um ou mais zeros, entre dois algarismos positivos e por último, quando o multiplicando ou multiplicador, acaba ou acabam com um ou muitos zeros. Algo que parece Monteverde procura mapear e elencar os diferentes casos de multiplicação com números naturais.

Na maioria dos exemplos, o modo de operar se repete, visando a não repetição do texto, tomamos a decisão de expor três exemplos: quando o multiplicador possui apenas um algarismo, quando há mais de um algarismo no multiplicador, quando há um zero entre dois algarismos positivos do multiplicando.

Figura 29 - Multiplicador com um algarismo

$$\begin{array}{r}
 \textit{Multiplicando} \dots\dots\dots 672 \\
 \textit{Multiplicador} \dots\dots\dots 8 \quad \left. \vphantom{\begin{array}{r} 672 \\ 8 \end{array}} \right\} \textit{Factores} \\
 \hline
 \textit{Producto} \dots \underline{\underline{5376}} \quad (1)
 \end{array}$$

Fonte: Monteverde (1893,p.143).

No exemplo da Figura 29, Monteverde descreve a operação dizendo que iniciamos multiplicando pelo único algarismo do multiplicador, neste caso, 8 vezes 2 são 16; escreve-se o 6 nas unidades e guarda 1; em seguida multiplica o 8 por 7 que resulta em 56 mais 1 dezena que estava guardada, resultando em 57. Coloca 7 nas dezenas e guarda 5. Esse processo deve ser repetido até o final dos algarismos do multiplicando.

O segundo exemplo (Figura 30) utilizado por Monteverde trabalha com a multiplicação com fatores de pelo menos dois algarismos. Quando isso acontece, faz-se a operação parcialmente pelas dezenas, centenas e todas as outras classes de unidade, do mesmo modo citado no exemplo anterior.

Figura 30 – Multiplicador com mais de um algarismo

$$\begin{array}{r}
 758 \\
 426 \\
 \hline
 4548 \\
 1516 \\
 3032 \\
 \hline
 \text{Producto..... } 322908
 \end{array}$$

Fonte: Monteverde (1893, p.143).

Posto a multiplicação e o resultado do multiplicando pela unidade do multiplicador, multiplica-se do mesmo modo o multiplicando pelas dezenas do multiplicador, e escreve-se de tal modo que o primeiro algarismo da direta fique debaixo das dezenas do primeiro produto parcial. Realiza o mesmo procedimento multiplicando pelas centenas do multiplicador de modo que o produto seja localizado embaixo das centenas do produto inicial. Ao final, somam-se os produtos parciais para encontrar o total da operação. Os exemplos que seguem no Manual apresentam as mesmas características com a presença do zero no multiplicando e/ou multiplicador. Monteverde utiliza a mesma forma de explicação.

A última operação apresentada pelo autor é a *divisão*. Logo após a sua definição, Monteverde anuncia que o resultado da divisão se chama *quociente* e parte direto para o algoritmo da divisão com a resolução de cinco exemplos

$$\begin{array}{r}
 2781 \overline{) 9} \\
 \underline{27} \\
 081 \\
 \underline{81} \\
 0
 \end{array}$$

Fonte: Monteverde (1893, p.147)

O quarto exemplo (Figura 33) nos chamou atenção. Nele, Monteverde exemplifica uma divisão mostrando que a operação pode ser realizada “de cabeça” sugerindo uma forma diferente de dividir. A figura é seguida pela explicação na íntegra de Monteverde.

Figura 33 – Quarto exemplo de divisão

$$\begin{array}{r}
 1692 \overline{) 36} \\
 \underline{252} \\
 00
 \end{array}$$

Fonte: Monteverde (1893, p.147)

Em primeiro lugar, tomaremos as três primeiras letras do numro dado para fazermos d'ellas o nosso dividendo parcial, porque as duas primeiras fazem um dividendo menor que o divisor, e diremos: em 169 quantas vezes ha 36, ou em 16 quantas vezes ha 3? Não póde haver mais que 4, pela razão que se expendeu no exemplo precedente, os quaes assentaremos no quociente. Então, em lugar de multiplicar 4 por 36, e escrever o producto debaixo do dividendo parcial para depois o diminuir d'este, multiplicaremos as 6 unidades do divisor por 4, dizendo: 4 vezes 3 são 12, com 2 que se tinham guardado, são 14, tirados de 16, ficam 2.

Abaixa-se o 2 do dividendo, e diz-se: em 252 quantas vezes ha 36, ou em 25 quantas vezes ha 3? Não póde haver mais do que 7; multiplicam-se as 6 unidades do divisor por 7, dizendo: 7 vezes 6 são 42, tirados de 42, fica nada, e vão 4; assentaremos pois uma cifra por baixo do 2, e multiplicaremos as 3 dezenas do divisor pelo mesmo 7, dizendo: 7 vezes 3 são 21 e 4 são 25, tirados de 25, fica nada, e poremos outra cifra por baixo do 5 (MONTEVERDE, 1893, p.148),

Na conclusão do estudo sobre divisão, Monteverde apresenta um exemplo de divisão onde o dividendo e divisor terminam em zeros, sendo assim, possível

abreviar e supprimir. Por fim, apresenta os sinais da divisão (\div) e ($:$) mostrando que o exemplo 1 (Figura 32), pode ser escrito como: $3402:7$ ou $\frac{3402}{7} = 486$.

Ao final da apresentação das quatro operações, Monteverde dedica uma subseção intitulada: Da prova das “operações fundamentaes”, a qual considera a prova “uma nova operação pela qual nos certificamos do resultado da primeira”. Segue a mesma ordem (adição, subtração, multiplicação e divisão) e o mesmo modelo de apresentação, conceito-exemplo.

Para a addição ele versa sobre dois modos: a) “Somar novamente os números dados, columna por columna, iniciando da esquerda e diminuindo sucessivamente de todas as partes que a componhe ”; b) A prova de diminuir pela regra dos nove. Em ambos os casos, a explicação é seguida por um exemplo cada.

Na prova de diminuir, também sugere duas formas: a) Somando o número que se diminuiu e o resto achado por meio da operação, se estiver correto, o valor encontrado deverá ser a do número superior da subtração; b) Regra dos nove.

A prova da multiplicação pode ser obtida dividindo o produto pelo multiplicando sendo o resultado encontrado o valor do multiplicador. Pode também tirar a prova realizando a divisão do produto pelo multiplicador e, por fim, há a possibilidade da utilização da regra dos nove.

Finalizando, a prova da divisão pode ser encontrada multiplicando o quociente pelo divisor e adicionando o resto, caso tenha. O resultado encontrado deverá ser o mesmo do dividendo. Há também na divisão o recurso da prova dos nove.

Emílio Monteverde dedicou treze páginas do seu manual para a explicação das operações fundamentais. Desse modo, apresentou seguindo um padrão: Conceito-exemplo-exercícios o qual tomamos como proximidade ao método sintético de ensinar aritmética tendo como objetivo a resolução de problemas a partir de uma base teórica anteriormente ensinada, ou seja, as definições e conceitos são o ponto de partidas (partes) para se chegar à resolução de problemas práticos (todo).

3.3 A arte de contar nos exercícios

Após os conceitos e abordagens de Monteverde para as operações fundamentais, procuramos complementar nossa investigação, analisando alguns

dos exercícios dedicados a esse tema no Manual Encyclopedico. A respeito da análise de atividades, Bittencourt (2004) aponta que o conjunto de atividades contidas em cada capítulo ou parte fornecem pistas para avaliar a qualidade do texto se referindo às chances de assimilação dos conteúdos pelo alunado.

Monteverde concentra todos os exercícios em uma subseção denominada “problemas sobre as quatro operações fundamentaes da aritmetica”, ela está presente ao final do parágrafo dedicado as operações fundamentais.

Nesta subseção estão reunidos 30 exercícios a respeito dos assuntos separados operação a operação. Um fato que nos chamou a atenção logo de início é que todas as questões expostas são acompanhadas da resolução do problema logo na sequência da pergunta. Uma característica que segure a utilização da enciclopédia também com o papel de manual ao professor.

Dada à quantidade de exercícios, o nosso objetivo não é analisá-los um a um, portanto, o nosso olhar está direcionado para exercícios que forneçam elementos das intenções e da metodologia utilizada por Monteverde. Atentos aos exercícios e problemas propostos com foco em identificar do método Monteverde de ensinar. Para Bittencourt:

A seleção de atividades apresentadas e sua ordenação no decorrer do texto (ou do capítulo) não são aleatórias e requerem uma análise específica, para se perceber a coerência do autor em sua proposta de fornecer condições de uma aprendizagem que não se limite à memorização de determinados [procedimentos matemáticos], mas permita ao aluno o desenvolvimento de suas capacidades intelectuais (BITTENCOURT, 2004, p. 315).

Nesta direção e para alcançar nossa proposta, trazemos para esta pesquisa o modo e a forma como as atividades das operações fundamentais foram apresentadas. Utilizamos como base o modelo de quadro organizado por Oliveira (2013) nos seus estudos sobre Trajano onde são apresentadas as quantidades de exercícios direcionados para aquele assunto bem como a primeira e a última questão. Nossa intenção com esse formato é evidenciar um possível crescimento na dificuldade das questões, bem como a sua contextualização.

Quadro 9 - Caracterização dos exercícios de Sommar

OBRA	Manual Encyclopedico
CONTEÚDO	Sommar

NÚMERO DE EXERCÍCIOS	9
PRIMEIRA E ÚLTIMA QUESTÃO	Primeira: Quando é que uma pessoa nascida em 1878 terá completado 25 anos?
	Última: Uma regimento mettido em linha apresenta 380 filas de 2 homens cada fila; 26 officiaes de fileira e 60 officias inferiores. Qual é a força total do mesmo regimento?

Fonte: Quadro criado pelo autor a partir de Monteverde (1893).

Iniciamos nossa análise a partir do quadro 9, construído à cerca das operações de soma, pertencentes ao Manual Encyclopedico. Monteverde dedica nove exercícios, a maior quantidade entre as quatro operações, contextualizados em situações – problema para esta área. A primeira impressão que passa ao se observar os exercícios expostos é que há uma graduação de dificuldade, mas de fato isso não acontece. A primeira questão traz a ideia básica da adição como está posta, teoricamente, a última questão representaria o mais alto grau de dificuldades daqueles exercícios, mas vamos analisar o terceiro e quarto exercício dessa série.

III. Um tecelão fez em 12 dias 48 metros de panno de linho, pelo quaes receneu 4\$00 réis; em 8 dias aprontou mais 32 metros, que lhe foram pagos por 3\$00 réis; finalmente, em 6 dias, mais 25 metros, que lhe produziram 2\$800 réis. Quantos dias trabalhou o tecelão, quantos metros fez de panno, e quanto veio a receber ao todo?

IV. Tres operários dividirão entre si o produto do seu trabalho: o primeiro teve 7\$600 réis, o segundo mais 1\$400 réis, e o terceiro mais 2\$800 réis que o segundo. Pergunta-se qual foi a quantia que se dividiu, e quanto tocou a cada um? (MONTEVERDE, 1893, p.152)

Para a resolução destas atividades, é necessário que o aluno tivesse conhecimento de *produto*, *unidade de medida monetária (réis)*, *unidade de medida de comprimento (metros)* e *divisão*. A terceira questão, por exemplo, elenca três perguntas em um único exercício. Vale lembrar que Monteverde adotava o que chamamos de conceito-exemplos-exercício nas suas explicações. Outro fato que nos chama a atenção é que não há exercícios “iniciais” de treino da soma. Atividades que exercitem o algoritmo da adição, posicionamento das ordens e a própria soma por si. Tais características aqui citadas aproximam Monteverde do método sintético de ensinar as coisas. O método intuitivo segue na sua abordagem com o aumento gradativo de dificuldade até que o aluno se familiarize com a soma. Calkins (1886) reforça essa ideia dizendo “a somma deve prosseguir-se assim, augmentando gradualmente as difficuldades, até que os meninos possam adicionar rapidamente [...] parcellas de grande numero de algarismos” (CALKINS, 1886, p. 312).

Quadro 10 - Caracterização dos exercícios de Diminuir

CONTEÚDO	Diminuir
NÚMERO DE EXERCÍCIOS	7
PRIMEIRA E ÚLTIMA QUESTÃO	Primeira: Um negociante perdeu n'um anno 3:400\$000 réis em 15:700\$000 réis com que tinha entrado n'uma especulação. Quanto lhe ficou ainda?
	Última: Os hespanhoes senhorearam-se de Portugal em 1580, pórem no anno de 1640 reconquistaram os portugueses a sua indepençia, aclamando rei D. João IV. Quanto tempo esteve este reino sujeito á Hespanha?

Fonte: (Quadro criado pelo autor a partir de Monteverde (1893).

O cenário dos exercícios sobre subtração segue um roteiro parecido no quesito dificuldade. As questões listadas não parecem seguir uma ordem crescente de desafio. Se observarmos a primeira e a última questão, ambas abordam uma aplicação direta da operação, porém a primeira questão utiliza a unidade monetária (réis) e apresenta números com maior quantidade de ordens do que a última elevando o seu nível de dificuldade. Assim como na adição, também não há exercícios que explorem a utilização dos sinais aritméticos, bem como o treino do algoritmo.

Quadro 11 - Caracterização dos exercícios de Multiplicar e Repartir

CONTEÚDO	Multiplicar
NÚMERO DE EXERCÍCIOS	7
PRIMEIRA E ÚLTIMA QUESTÃO	Primeira: O dono de uma fabrica emprega 50 operários, a cada um dos quase dá o salário de 320 réis diários. Quanto despense assim por dia, e qual é a importância total dos seis dias de trabalho em cada semana?
	Última: A circunferência da terra divide-se em 360 partes chamadas graus e cada grau em 25 léguas comuns, ou 20 léguas marítimas, segundo o modo de calculá-las por algumas nações. Quantas legas ha de cada uma d'estas espécies na circunferencia?
CONTEÚDO	Repartir
NÚMERO DE EXERCÍCIOS	7
PRIMEIRA E ÚLTIMA QUESTÃO	Primeira: Qual o preço de 1 kilograma de certo gênero, sabendo-se que 37 kilogrammas custaram 44\$400 réis.
	Última: Compraram-se 100 exemplares de uma obra a razão de 600 réis cada um, e receberam-se 20 a titulo de commissão. A quanto sahe effectivamente cada um dos 100 exemplares?

Fonte: Quadro criado pelo autor a partir de Monteverde (1893).

Reunimos no quadro 11 os exercícios acerca da multiplicação e divisão. Considerando as suas particularidades, o quadro metodológico dos exercícios segue parecido. São sete questões-problema para cada operação não seguindo um claro encadeamento de dificuldade. Assim como na adição e subtração, o procedimento do treino do cálculo não está presente nas operações e a contextualização dada de modo geral não faz parte do cotidiano dos estudantes.

De posse dos aportes teóricos aliada à observação dos problemas propostos, podemos indicar que as operações fundamentais ensinadas por Monteverde no Manual são compostas pela ausência da utilização de imagens. Além disso, por um modelo baseado em uma série de definições, envolvido a um ensino centrado partindo de conceitos prévios (partes) até chegar à resolução de problemas práticos (todo), tais características marcantes ao método sintético o qual consideramos como centro da escrita de Monteverde na parte aritmética analisada.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Cada vida é uma enciclopédia, uma biblioteca, um inventário de objetos, uma amostragem de estilos, onde tudo pode ser continuamente remexido e reordenado de todas as maneiras possíveis (Calvino, 1999).

Início o desfecho, desta pesquisa fazendo alusão à fala do escritor italiano, Ítalo Calvino por entender que contamos uma história para além do Manual Encyclopedico e dos seus conteúdos matemáticos. Aproximando o caráter enciclopédico da obra para as nossas vidas, somos formandos, como Monteverde sempre afirmava sobre o seu Manual “por um pouco de tudo”, algumas habilidades a mais, outras nem tanto, assuntos mais aprofundados, outros poucos explorados, assim como o Manual. A construção da pesquisa e da vida como um todo é feita por encontros, reformas, métodos e dos próprios gostos e vontade.

A nossa pesquisa está centrada na obra portuguesa “Manual Encyclopedico para Uso na Instrução Primária” de autoria de Emílio Achilles Monteverde, em especial a 13ª edição datada de 1893 a qual tivemos acesso físico desde o início do trabalho. Fiel ao que conhecemos como enciclopédia, o livro de Monteverde aqui analisado era composto por mais de 700 páginas contendo diferentes conteúdos, de religião até mitologia.

Na busca por amadurecer e traçar limites ao nosso estudo, percebemos após o levantamento do estado da arte a respeito do tema, identificamos pesquisas que apontam indícios de como Monteverde escreveu e organizou o seu Manual. Entretanto, nenhum estudo se dedicou a analisar metodologicamente a parte *Arithmetica* da obra.

Assim, considerando os limites da pesquisa e na busca por um objeto tangível e viável para estudo, restringimo-nos à parte aritmética, ao estudo das operações fundamentais. Para tanto, definimos o objetivo que norteou este estudo para analisar a configuração metodológica das operações fundamentais presentes na 13ª edição Manual Encyclopedico de Monteverde.

Na trilha por encontrar as respostas necessárias, entendemos que era preciso uma análise além do texto em si, sendo assim, tivemos um olhar atento ao que estava ao seu redor, do autor até as questões políticas e históricas. Nesse sentido, apresentamos inicialmente um relato da vida, formação, atuação profissional e

outros escritos de Emílio Monteverde. Na sequência, expomos uma visão geral da enciclopédia e seu sucesso editorial durante o século XIX finalizando com a demonstração da circulação do livro no Brasil.

Para conhecer a obra precisamos conhecer o seu criador. Estamos falando do escritor português, Emílio Achilles Monteverde. Este que foi um homem com vasta e longa atuação no serviço público português assumindo diferentes funções e cargos durante o seu trabalho. Concluiu os seus estudos secundários na França e em seguida iniciou o seu caminho na vida pública. São apenas indícios, mas acreditamos que influência francesa da sua formação direcionou a forma como ele escreveu.

Observando os aspectos históricos, o ensino francês no início do século XIX carregava consigo muitos traços do modo sintético de ensinar ao qual sustentou a sua escolarização. Possuidor de diversos títulos (conselheiro, comendador, etc.), atuou por muitos anos na secretária de negócios estrangeiros com o aval do imperador português. Sendo assim, podemos assumir que Emílio gozava de boa reputação dentro do governo português e que realizava as suas funções com afinco e esmero.

A face de escritor de Emílio caminhou junto com a sua atuação pública, mesmo de posse de tantos cargos, escreveu a sua primeira obra (*Grammatica Portuguesa*) aos 24 anos e totalizou de acordo com os nossos registros 15 obras com a sua assinatura. Desses escritos, notamos que o seu maior foco estava ligado ao ensino de língua portuguesa e de gramáticas francesas, aos escritos em francês, atribuímos esse interesse por ter finalizado o seu ensino secundário na cidade francesa de Bórdeus, tendo assim uma grande influência daquela língua e cultura na sua formação.

Falar do Manual é falar de uma obra que teve tiragem e novas edições que duraram mais da metade do século XIX. Ao todo foram lançadas treze edições entre 1837 e 1893 que totalizaram mais de 120 mil cópias vendidas. O manual tem um tamanho reduzido, cabe em uma mão e reúne os seguintes conteúdos: Religião, Moral, Gramática Portuguesa, Literatura Portuguesa, Aritmética, Geografia, História, Física, História Natural, Mitologia e Biografia Clássica. O nome *Encyclopedia* vem a calhar com o papel proposto por Monteverde, ele enfatiza que sua obra reúne tudo que um estudante primário necessita.

Um fato comum entre os pesquisadores quando analisando os escritos de Monteverde é a sua popularidade, em especial, do *Methodo Facillimo* e o *Manual Encyclopedico*. Buscamos constatar essa informação por meio dos relatos encontrados nos periódicos do período aliado a dados estatísticos nos relatórios da instrução pública portuguesa. De fato, o *Manual Encyclopedico* é o que chamamos hoje de *best-seller* e para explicar este fenômeno entendemos que cinco fatores o ajudaram: o prestígio de Monteverde na vida pública, a sua longa jornada no serviço público indica uma posição de respeito diante das autoridades o que pode implicar na aceitação e recomendação das suas obras com mais facilidade, o seu modelo enciclopédico, além do sucesso do *Methodo Facillimo* e a qualidade e preferência dos professores.

Derivado desse primeiro fator, o segundo está associado ao selo de aprovação do governo português, deste modo a sua obra segue o caminho natural de ser indicada e recomendada nas escolas portuguesas, além disso, por se tratar de uma obra como o próprio nome diz enciclopédica, reúne em uma única obra todos os ensinamentos necessários para a escolarização primária com um menor custo. Creditamos também a popularidade do *Methodo Facillimo* como um impulsionador do *Manual*, dizemos isso uma vez que o próprio Monteverde associa o *Manual* como uma sequência do *Methodo*. A criança que aprendeu a ler e escrever com o *Methodo*, seguiria os seus estudos pelo *Manual*. Sucesso de um, sucesso dos dois. Por fim, não podemos descartar a qualidade do texto de Monteverde, seguindo o rito de *Manual*, são constantes os elogios dos professores a sua utilização.

Rompendo a barreira do Oceano Atlântico, aferimos a presença do *Manual* em solo brasileiro no período Imperial e mesmo no período Republicano, como o exemplo da sua circulação em Sergipe no ano de 1902. De fato, este é um elemento que consideramos importante para justificar a importância do nosso estudo. O primeiro indício é encontrado no cerne da nossa pesquisa, o *Manual* analisado foi encontrado de forma física pela pesquisa da professora doutora Vera Maria dos Santos em solo sergipano. Mesmo que não associado ao uso direto em escolas da região, este fato indica que a *Encyclopedia* esteve presente na educação das crianças sergipanas.

Com foco em demonstrar a sua circulação no Brasil, recorreremos a fatos e vestígios que confirmem a sua movimentação no país. Com o auxílio de jornais,

cartas, decretos e dos trabalhos de outros pesquisadores, conseguimos mapear entre materiais mais concretos e pistas iniciais a sua presença em nove províncias brasileiras: Amazonas, Bahia, Mato Grosso, Pará, Piauí, Pernambuco, Rio de Janeiro e Sergipe, ou em casos onde sua utilização foi indicada, mas por ser considerada incompleta não foi adquirida para uso no ensino, como na Província da Parahyba do Norte. Consideramos uma quantidade relevante de Províncias, mas entendemos que com o aprofundamento do estudo em outras pesquisas seja possível encontrá-lo em outras regiões do Brasil e em outros países de língua portuguesa.

Seguindo com o olhar direcionado ao nosso objetivo geral, adentramos aos aspectos mais formais dos escritos. Dado o contexto político o qual Monteverde estava inserido e por sua obra ter o selo português, o caminho natural do seu texto é seguir a legislação em vigor. Deste modo, fizemos um compilado das principais alterações na legislação educacional do período que indicassem por quais caminhos Monteverde caminhou. Especialmente o período de maior sucesso do Manual (pós-metade do século XIX) é uma faixa de tempo rodeada de mudanças no ensino português e o Manual precisou de adaptação a esse modo.

Um dado recorrente quando falamos do que deveria ser ensinado na parte de *Arithmeticas* é a presença desde o início da arte de contar, ou seja, as operações fundamentais eram o centro da aritmética primária. Há um claro aprofundamento e detalhamento dos conteúdos e métodos dedicados ao ensino aritmético com o avançar do século XIX em especial, com a adição do sistema métrico de medidas.

Partindo da leitura das leis, supomos que a parte das *Arithmeticas* da 13ª edição está pautada no ensino das Operações Aritméticas e do Sistema de Medidas baseados no Ensino Real (utilização do método intuitivo de ensinar). A aura do método intuitivo se espalhava por toda Europa a partir dos anos 60 do século XIX e consigo trouxe uma série de mudanças metodológicas no modo de escrever e ensinar representando uma ruptura com o modo sintético.

Se pensarmos que o Manual durante a sua vigência teve treze edições e transitou entre tantas reformas, naturalmente Monteverde deveria estar atento às alterações formais e metodológicas do seu livro nas edições seguintes. O que os indícios nos mostram é que Monteverde não apresentou atualizações na mesma velocidade das reformas. Assim, com o olhar atento ao material aritmético, encontramos exatamente o mesmo texto entre a décima e a décima terceira edição

com pequenas mudanças de diagramação e posicionamento. De fato, os Manuais anunciavam em suas capas prioritariamente renovações nos conteúdos dedicados a Geografia e História, de tal modo que podemos indicar que a parte matemática seguiu da mesma forma ao longo das edições. Assim sendo, tudo nos leva a crer que o método sintético em vigor em meados dos anos 30 permaneceu ativo nas obras de Monteverde até a sua edição em 1893 mesmo em meio ao espírito intuitivo.

Sendo conduzidos na direção do nosso objetivo, direcionamos nosso olhar após a leitura externa do Manual para elementos mais concretos do modo de ensinar as operações fundamentais por Monteverde. Os modos como os conteúdos e exercícios estão organizados e estruturados no *Manual Encyclopedico*, também nos revela a utilização do método sintético na reprodução das operações fundamentais na sua obra. Sobre os aspectos teóricos, o texto de Monteverde carrega uma vertente de *Manual*, como é próprio do seu nome. Dito isso, Emílio organiza as suas ideias como um manual de instruções. Uma série de conceitos enfileirados seguindo uma sequência dedutiva com a ausência da utilização do uso de imagens, bem como da utilização que aproximem as operações ao estudante.

Ao realizarmos uma leitura atenta dos exercícios dedicados a esse tópico, notamos ausência gradual do aumento da dificuldade evidenciando a falta de recursos metodológicos que induzam a construção de um pensamento intuitivo. Desta maneira, Monteverde privilegia o ensino partindo das partes para o todo, característica atribuída ao método sintético.

Deste modo consideramos o *Manual* para além do seu papel didático-escolar assumindo uma função de objeto cultural. Mais do que um depósito de conteúdos, ele manifesta a cultural escolar do seu período e carrega consigo os traços e características do seu povo e do sistema de ensino vigente. Por meio das análises de obras como o Manual, podemos traçar um paralelo com o nosso presente e entender como o conhecimento é/foi construído.

Para a continuidade da pesquisa, consideramos que as possibilidades não se esgotam aqui. Pensando em estudos futuros, expandir a análise para as outras edições agrega e amplia uma visão sobre os métodos de Monteverde. Com a ampliação das obras, podemos visualizar as mudanças e adaptações de Monteverde ao longo do tempo. Outro ponto passível de estudo é a análise de outros livros que tratem das operações fundamentais neste mesmo período com um

olhar entre diferentes métodos de escrever e ensinar. Além destas duas sugestões, é possível expandir o estudo para além das operações fundamentais e tratar do conjunto de conteúdos *arithmeticos* escritos por Monteverde.

Por fim, atestamos, por meio do olhar aos conteúdos e seus exercícios elementos caracterizadores da escrita das operações fundamentais na 13ª edição do Manual Encyclopedico de Monteverde, predominantemente associada ao método sintético. Entendemos, porém que uma obra didática é um complexo artefato cultural em que não é possível determinar um método em sua forma epistemológica pura, sendo composta por uma variedade de concepções e métodos durante a sua construção.

Vale salientar ainda que a 13ª edição foi lançada onze anos após a sua morte, entretanto, não são anunciadas mudanças na parte aritmética, por isso, consideramos que não há prejuízos à parte aritmética analisada na nossa pesquisa. O nosso estudo não tem como objetivo avaliar e aferir qualidade aos métodos utilizados por Emílio. A sua maneira, entendemos que Monteverde construiu sua obra com base nas suas experiências acadêmicas, pessoais e com o modo que acreditava ser o melhor para o ensino primário. Os livros de Emílio formaram gerações de estudantes e percorreram um longo período na história. Melhor ou pior, de fato o Manual Encyclopedico está marcado na história educacional do século XIX e não podemos negar a força e o ímpeto de Monteverde com a escolarização primária.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Maria do Céu Garcia dos Reis Loureiro. **Um tempo sob outros tempos: o processo de escolarização no Concelho de Mafra: anos de 1772 a 1896.** 2004. Dissertação (Mestrado em Educação - Especialização História da Educação e da Pedagogia). Universidade do Minho, Portugal, 2003. Disponível em: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/705?mode=full>. Acesso em: 15 de nov. de 2020
- BENALCANFOR, Visconde. **Emilio Achilles Monteverde.** Occidente – Revista Ilustrada de Portugal e do Estrangeiro. Lisboa, 1881.
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Livro didático e conhecimento histórico: uma história do saber escolar.** 383 f. 1993. Tese de Doutorado. Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993. Disponível em: https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-28062019-175122/publico/1993_CirceMariaFernandesBiiencourt.pdf. Acesso em: 15 de nov. de 2020.
- BOCCHI, Luna A.; MUNAKATA, Kazumi. A legislação sobre livros didáticos no Brasil (1808-1889). *In: XIV Jornadas Argentinas de Historia de la Educación 9 al 11 de agosto de 2006 La Plata, Argentina. Habitar la escuela: producciones, encuentros y conflictos.* Universidad Nacional de La Plata. Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación. Departamento de Ciencias de la Educación, 2006.
- BOTO, Carlota Josefina Malta Cardozo dos et al. **Ler, escrever, contar e se comportar: a escola primária como rito do século XIX português (1820-1910).** 1997. Tese de Doutorado (Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-20032012-103942/pt-br.php>. Acesso em: 15 de nov. de 2020
- CALDAS AULETE, Julio; LATINO COELHO, José Maria. **Encyclopedia das Escolas d'Instrução Primaria**, p. VIII.) 1854.
- CALKINS, Norman. **Primeiras Lições de coisas:** manual de ensinamento elementar para uso dos paes e professores. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1886.
- CASTILHO, António Feliciano. **Resposta aos novíssimos adversários do Methodo Portuguez**, volume II, p. 168, 1849.
- CHARTIER, Roger. **A aventura do livro: do leitor ao navegador.** SP: Editora da UNESP, 1998.
- CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações.** Trad. Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1990.

CHARTIER, Roger. Escutar os mortos com os Olhos. **Estudos Avançados**, Universidade de São Paulo – USP. São Paulo: v. 24, n.69, p. 7-30. 2010. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/10510>. Acesso em: 20 de dez. de 2020

CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. **Teoria & Educação**. n. 2, p. 177-229, 1990. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3986904/mod_folder/content/0/Chervel.pdf. Acesso em: 15 de nov. de 2020

CHOPPIN, A. Pasado y presente de los manuales escolares. *In*: BERRIO, J. R. **La cultura escolar de Europa**. Madrid: Editorial Biblioteca Nueva, 2000. p.15-34.

CORREA, Carlos Humberto Alves et al. **Circuito do livro escolar: elementos para a compreensão de seu funcionamento no contexto educacional amazonense 1852-1910**. 247 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, São Paulo, 2006. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/Acervo/Detail/376721>. Acesso em: 12 de jan. de 2021

DA SILVA PACHECO, Michel. **Vida e obra matemática de Francisco de Borja Gastão Stockler (1759–1829)**. 177 f. 2019. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Matemática, Programa de Pós-Graduação em Ensino de Matemática, 2019. Disponível em: https://pemat.im.ufrj.br/images/Documentos/Disserta%C3%A7%C3%B5es/2019/MSc_99_Michel_da_Silva_Pacheco.pdf. Acesso em: 12 de jan. de 2021

DE SOUZA, Emília Helena Portella Monteiro. **Manuais para o ensino elementar na Bahia: recortes históricos**. *Tabuleiro de Letras*, v. 12, n. 3, p. 66-81, 2018. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/tabuleirodeletras/article/view/5567>. Acesso em: 12 de jan. de 2021

DIAS, Antônio Gonçalves. **Instrução pública em diversas províncias do Norte**. Rio de Janeiro, 29 de julho de 1852.

DURKHEIM, Emile **L' évolution pédagogique en France**. 2 ed. Paris: Presses Universitaires de France, 1969.

ECO, U. **Da árvore ao labirinto: estudos históricos sobre o signo e a interpretação**. Rio de Janeiro: Record, 2013.

FERNANDES, Robson de Lima *et al.* **Estabelecimento de educandos artífices do Piauí: práticas educativas e relações de poder (1849-1873)**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Maranhão, Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Ciências Humanas, 2018. Disponível em: <https://tedebc.ufma.br/jspui/handle/tede/2265>. Acesso em: 30 de abril de 2022.

FERREIRA-DEUSDADO, O **Manual Encyclopedico** de Monteverde. **Revista de Educação e Ensino**, VIII ano, n. 8, p. 56, 1893.

FERRONATO, Cristiano. **A instrução Pública na Parayba do Norte discursos, falas e relatórios de presidentes da província (1837-1889)**. Vitória: SBHE/Edunit. 2015.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira; LOPES, Eliane Marta Teixeira. **História da educação: o ensino, o livro e a leitura, as crianças e os jovens, as mulheres**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira; LOPES, Eliane Marta Teixeira. **Território plural: a pesquisa em história da educação**. São Paulo: Ática, 2010.

GOMES, Joaquim Ferreira (1980). **Estudos para a História da Educação no século XIX**. Coimbra: Livraria Almedina.

GOMES, Lucas Victor Feitosa; DOS SANTOS, Vera Maria. O Manual Encyclopedico: traços da sua circulação no Brasil. **Revista Rios**, v. 17, n. 34, p. 31-50, 2022.

Disponível em:

<https://www.publicacoes.unirios.edu.br/index.php/revistarios/issue/view/34>. Acesso em: 25 de agosto de 2022.

HERCULANO, Alexandre. **O Panorama** - Jornal litterario e instructivo da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Uteis. Nº 31. dezembro, 2, 1837. p. 248.

LOPES, Eliane Marta Teixeira; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. **História da educação: o ensino, o livro e a leitura, as crianças e os jovens, as mulheres**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

MAGALHÃES, João José de Moura. **Abertura da Assembléa Provincial da mesma provincial no 1º de março de 1848**. Bahia, Typ. Constitucional de Vicente Ribeiro Moreira, 1848.

MAGALHÃES, Justino - **Um apontamento para a história do manual escolar: entre a produção e a representação**. In: CASTRO, Rui Vieira de. et al. **Manuais escolares: estatuto, funções, história**. I Encontro Internacional sobre Manuais Escolares. Braga: Centro de Estudos em Educação e Psicologia: Universidade do Minho, 1999. p. 282.

MAGALHÃES, Justino. O manual escolar no quadro da história cultural. Para uma história do manual escolar em Portugal. **Sísifo**. Revista de Ciências da Educação, n. 2, pp. 5-14, 2006.

MAGALHÃES, Justino. O manual escolar no quadro da história cultural: para uma historiografia do manual escolar em Portugal. **Sísifo**, n. 1, p. 5-14, 2018. Disponível em: <http://sisifo.ie.ulisboa.pt/index.php/sisifo/article/view/35>. Acesso em: 24 de jun. de 2022.

MATOS, José Manuel e MOREIRA, Darlinda (org.) (2005). **História do ensino da matemática em Portugal**: Actas do XIII Encontro de Investigação em Educação Matemática. Porto: Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação.

MONTEIRO, Silvana Drumond. **A relação das enciclopédias com os índices e a Web semântica**: linhas de força para a organização e significação na pós-modernidade. *Transinformação*, v. 29, p. 15-25, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tinf/a/dYT6Hbv9mc6n68wRyrPKhR/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em:

MONTEVERDE, Emilio Achilles. **Manual enciclopédico para uso Brasil e Portugal**. Porto: Livraria Lello, 1865.

MONTEVERDE, Emilio Achilles. **Manual encyclopedico para uso das escolas de instrução primaria**. 13. ed. Lisboa: Imprensa Nacional, 1893.

OLIVEIRA, Marcus Aldenison de. **Antônio Bandeira Trajano e o método intuitivo para o ensino de Arithmetica (1879-1954)**. 2013.

OLIVEIRA, Marcus Aldenison de. **A aritmética escolar e o método intuitivo**: um novo saber para o curso primário (1870–1920). 280 f. 2017. Tese (doutorado) – Universidade Federal de São Paulo, Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Educação e Saúde na Infância e na Adolescência, São Paulo, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/178956>. Acesso em: 24 de jun. de 2022.

PALMA, Helena Isabel Mercês. **A Matemática na Escola Primária: Um olhar sobre o ensino da Matemática nas escolas portuguesas desde o final do século XIX até à década de 70 do século XX**. 2008. Tese de mestrado em Ciências da Educação (História da Educação), apresentada à Universidade de Lisboa através da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Portugal, 2008. Disponível em: <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/766>. Acesso em: 16 de ago. de 2022.

PINTO, Neusa Bertoni. O fazer histórico-cultural em Educação Matemática: as lições dos historiadores. *In: Proceedings of the VII national seminar of history of mathematics*. 2008. p. 109-127.

PINTO, Paula Alexandra Aguiar. **O Ensino Primário e seus valores em Portugal, de 1807 até 1928, através dos manuais escolares**. 206 f. 2009. Tese de mestrado, Ciências da Educação (Educação e Leitura), Universidade de Lisboa, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Portugal, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/2228?locale=en>. Acesso em: 16 de ago. de 2022

REVISTA ACADÊMICA; **jornal litterario e científico publicado em Coimbra**. volume primeiro (de 1845 a 1848). Coimbra: Imprensa de E. Trovão, MDCCCXLVIII.

RICHAUDEAU, François - **Conception et production des manuels scolaires: guide pratique.** Organisation des Nations Unies pour l'Éducation, la Science et la Culture: Paris, 1979. p. 51.

SALVADOR, Heloisa Hernandez de Fontes. **A condução do ensino das operações aritméticas nas séries iniciais:** do tradicional ao intuitivo (entre a segunda metade do século XIX até a terceira década do século XX). 222 f. 2017. Tese (Doutorado em Educação Matemática) – Programa de Pós-graduação. Universidade Anhanguera de São Paulo – São Paulo, 2017. Disponível em: https://repositorio.pgsskroton.com/handle/123456789/3076?author_page=1. Acesso em: 16 de ago. de 2022

SANTOS, Anderson. **“RACIOCINAR COM RECTIDÃO”:** as lições do compêndio Lições de Philosophia Elementar Racional e Moral, de José Soriano de Souza (1871). Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Tiradentes, Aracaju, 2016. Disponível em: <https://openrit.grupotiradentes.com/xmlui/handle/set/1100>. Acesso em: 5 de ago. de 2022.

SANTOS, Vera Maria dos. **A geografia e os seus livros didáticos sobre Sergipe:** do século XIX ao século XX.. 2004. 199 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2004. Disponível em: <https://ri.ufs.br/handle/riufs/4856>. Acesso em: 26 de ago. de 2020.

SCHUBRING, G. Un savant des Lumières, un livre élémentaire pour la République. *In:* CONDORCET. **Moyens d'apprendre a compter sûrement et avec facilité.** Paris: Art, Culture, Lecture Éditions, 1988.

SILVA, Innocencio Francisco da. **Diccionario bibliographico portuguez: estudos de Innocencio F da Silva, applicaveis a Portugal e ao Brasil.** Lisboa : Imprensa Nacional, 1858.

SILVA, Maria Lúcia Marques Cruz e. **Revista Litteraria Do Gabinete De Leitura De Maroim (1890-1891):** subsídios para a história dos impressos em Sergipe. 2006. 209 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2006. Disponível em: <https://ri.ufs.br/handle/riufs/4687>. Acesso em 21 de dez. de 2021.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação de professores.** Petrópolis: Vozes, 2002.

TEIVE, Gladys Mary Ghizoni. **Uma vez normalista, sempre normalista:** cultura escolar e produção de um habituspedagógico – (Escola Normal Catarinense – 1911 –1935) –Florianópolis, 2008.

TROUVÉ, A. **La notion de savoir élémentaire à l'école.** Paris: L'Harmattan, 2008.

VALDEZ, António. **Anuario Portuguez, historico, biographico e diplomatico:** seguido de uma synopse de tratados e convenções celebrados entre Portugal e outras potencias, ou em que este reino foi comprehendido desde 1093 até 1854. Typographia da Revista Universal, 1855.

VALENTE, Wagner Rodrigues. História da Educação Matemática: interrogações metodológicas. **Revista Eletrônica de Educação Matemática**, v. 2, n. 1, p. 28-49, 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/revemat/article/view/12990>. Acesso em: 20 de dez. de 2021.

VALENTE, Wagner Rodrigues; PINHEIRO, Nara Vilma Lima. **Chega de decorar a tabuada! As cartas de Parker e a árvore do cálculo na ruptura de uma tradição.** Educação Matemática em Revista – RS, p. 22-37, 2015. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/38424071.pdf>. Acesso em: 20 de dez. de 2021.

VALENTE, Wagner Rodrigues. Como Ensinar Matemática no Curso Primário? Uma questão de conteúdos e métodos, 1890-1930. **Perspectivas da educação matemática**, v. 8, n. 17, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/pedmat/article/view/731>. Acesso em 20 de dez. de 2021.

VALENTE, Wagner Rodrigues. **Os movimentos da matemática na escola....** Pensar a Educação em Revista, v. 2, p. 3-33, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/166859>. Acesso em 21 de dez. de 2021.

VEYNE, Paul Merie. **Como se escreve a história; Foucault revoluciona a história.** Trad. de Alda Baltar e Maria Auxiadora Kneipp. 2 ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.

VIÑAO FRAGO, Antonio. Historia de la educación e historia cultural: posibilidades, problemas, cuestiones. **Revista Brasileira de Educação**, v.1, p.63-82, 1995.

WARIDEL, F. **Pestalozzi et sa conception de l'arithmétique.** Choix des textes et commentaires. Bulletin no. 28. Yverdon-les-Bains: Centre de Documentation et de Recherche Pestalozzi, p.1-46, 2003.

XAVIER, Ana Paula; GOUVÊA, Maria Cristina Soares. A leitura e a escrita na cultura escolar primária de Mato Grosso (1837-1889). **Cuiabá: UFMT**, v. 185, p.64-81, 2006. Disponível em: <https://gem.ufmt.br/gem/sistema/arquivos/04091303201920.pdf>. Acesso em: 26 de jan. de 2022.

ZUIN, Elenice de Souza Ladron. **Por uma Nova Arithmetica: o sistema métrico decimal como um saber escolar em Portugal e no Brasil oitocentista.** 320 f. 2007. Tese de Doutorado. (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-graduação. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo– São Paulo, 2007. Disponível em: <https://ariel.pucsp.br/jspui/bitstream/handle/11205/1/Elenice%20de%20Souza%20Ladron%20Zuin.pdf>. Acesso em: 26 de ago. de 2020.

ANEXOS

ANEXO 1- Síntese da Legislação do Ensino Primário

Diploma Legal	Instrução primária (destinatários)	Objecto de estudo	Método adoptado/Material didáctico/Outros aspectos
<p>Regulamento geral da instrução primária (07/09/1835)</p> <p>Rodrigo da Fonseca Magalhães</p>	<p>“Esta instrução será administrada gratuitamente a todos os Cidadãos em Escolas Públicas (...)” (Título I, Artigo 2º)</p> <p>“A obrigação imposta pela Carta Constitucional ao Governo de proporcionar a todos os Cidadãos a Instrução primária, corresponde à obrigação dos Pais de família de enviar seus filhos às Escolas públicas logo que passem de 7 anos (...)” (Título VII, Artigo 1º)</p>	<p>“A Instrução Primária compreende (...) Aritmética (...)” (Título I, Artigo 1º)</p> <p>“1º Os princípios da língua Nacional, falada ou escrita, pois que a primeira necessidade social é a comunicação das ideias e dos sentimentos: as regras elementares do cálculo são colocadas na mesma ordem, por isso que o cálculo é uma linguagem abreviada, cujo uso se torna necessário a todos para o comércio inevitável da Sociedade.” (Preâmbulo)</p>	<p>“O método geralmente adoptado nas Escolas estabelecidas pelo Governo, será o de Lencaster – ou Ensino Mútuo – com os melhoramentos de que for susceptível.” (Título I, Artigo 3º)</p> <p>“Na adopção do método não podia o Governo [...] deixar de preferir aquele que tem merecido os sufrágios universais. Este método, porém, está sujeito a condições que o tornarão inadmissível nas Escolas menos numerosas em que o ensino simultâneo puro será cultivado com mais proveito. Era forçoso portanto limitar o estabelecimento das Escolas do ensino mútuo àquelas localidades, que pudessem fornecer de sessenta discípulos para cima.”</p>

<p>Plano da instrução primária (15/11/1836)</p> <p>Passos Manuel</p>	<p>“Todos os pais de família têm rigorosa obrigação de facilitarem a seus filhos a Instrução das Escolas Primárias. (...)” (Artigo 33º)</p>	<p>“A Instrução primária compreende: 1º As Artes de (...) contar. (...)” (Artigo 1º)</p>	<p>“O método adoptado para o ensino primário é o método do ensino mútuo.” (Artigo 22º)</p> <p>“Quando não puder ter lugar o método adoptado por falta de suficiente número de Alunos, ou de outras quaisquer circunstâncias subsistirá o método de ensino simultâneo.” (Artigo 23º)</p>
--	---	--	---

<p>Reforma geral do ensino (20/09/1844)</p> <p>Costa Cabral</p>	<p>“Os pais, tutores, e outros quaisquer indivíduos, residentes nas povoações em que estiverem colocadas as Escolas de Instrução Primária, ou dentro de um quarto de légua em circunferência delas, deverão mandar instruir, nas mesmas Escolas, os seus filhos, pupilos, ou outros subordinados desde os 7 anos até aos 15 de idade.” (Título I, Capítulo V, Artigo 32º)</p> <p>“Os que faltarem a este dever, serão sucessivamente avisados, intimados, e repreendidos pelo Administrador do Concelho; e ultimamente multados (...)” (Título I, Capítulo V, Artigo 32º, §)</p>	<p>“A Instrução Pública divide-se em dois graus. O primeiro compreende: (...) contar. (...) O segundo compreende, além dos objectos do primeiro grau: (...) Aritmética e geometria com aplicação à indústria. (...) (Título I, Capítulo I, Artigo 1º)</p>	<p>“A extensão das matérias e o método de as ensinar, bem como o número de lições de cada objecto em cada semana, será regulado por determinações do Governo, segundo o que mais convier ao bem da instrução, e às diversas circunstâncias.” (Título I, Capítulo I, Artigo 2º)</p> <p>“Para este fim o governo mandará publicar os convenientes programas; e poderá estabelecer mais de um prémio para cada um dos diversos compêndios.” (Título I, Capítulo I, Artigo 3º § 1º)</p> <p>“(...) Os actuais Professores de ensino mútuo receberão os ordenados, que lhes estão estabelecidos por Lei.” (Título I, Capítulo IV, Artigo 23º)</p>
---	--	---	---

	<p>“A disposição do Artigo antecedente não é aplicável: Aos que mostrarem, que os meninos possuem já o necessário conhecimento dos objectos de primeiro grau da Instrução Primária.” (Título I, Capítulo V, Artigo 33º, 1º)</p>		
--	---	--	--

<p>Regulamento do ensino primário (20/12/1850)</p> <p>Conde de Thomar</p>		<p>“Quando os meninos se acharem suficientemente versados na leitura, e escrita, o professor os ensinará a escrever os algarismos, fazendo-lhes aprender o artifício da numeração. Passará em seguida a instruí-los e exercitá-los praticamente nas operações ordinária – de somar – diminuir – multiplicar – e repartir – primeiro os números inteiros; depois os quebrados; conduzindo-os até à regra de três, e sua aplicação à regra de juros e companhia.” (Capítulo V, Artigo 26º)</p>	<p>“Os professores, atendendo ao número de seus discípulos, e aos diferentes graus e estado de sua instrução, os distribuirão em classes, pelas quais dividirão o tempo das lições de maneira que satisfaçam a todos os objectos do ensino; sem que, por causa de um, fique o outro prejudicado; e terão especial cuidado e vigilância para que os meninos estejam constantemente ocupados nos exercícios da sua classe, ou ao menos atendendo aos de outra, em que já utilmente possam tomar parte. (Capítulo V, Artigo 30º)</p> <p>“Para melhor poderem conseguir estes fins, e promover uma honesta e proveitosa emulação, à semelhança do que se pratica nas aulas de ensino mútuo, os professores nomearão para cada classe, de entre os discípulos mais adiantados e idóneos, alguns que sirvam de Monitores e Decuriões, que possam auxiliá-los, e encarregar-se de algumas funções do ensino simultâneo, a que os professores não possam directamente</p>
---	--	--	---

<p>Decreto</p> <p>(Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria)</p> <p>(13/12/1852)⁶⁶</p> <p>Duque de Saldanha</p>			<p>“É adoptado o metro legal de França como base do sistema legal de pesos e medidas no Continente do Reino e Ilhas adjacentes.” (Artigo 1º)</p> <p>“É igualmente adoptada a nomenclatura do sistema métrico decimal, para designar as diversas unidades dos novos pesos e medidas, seus múltiplos e submúltiplos.” (Artigo 2º)</p> <p>“O novo sistema de pesos e medidas deverá estar em pleno vigor dez anos depois da publicação deste Decreto.” (Artigo 3º)</p>
<p>Decreto</p> <p>(Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria)</p> <p>(20/06/1859)</p> <p>Duque da Terceira</p>			<p>“Desde o 1º de Janeiro de 1860 fica em vigor em Lisboa, e desde o 1º de Março para as outras povoações do Reino e ilhas, o novo sistema de medidas, decretado em 13 de Dezembro de 1852, mas somente por enquanto para o uso da medida linear.” (Artigo 1º)</p> <p>“Desde a referida época ficam abolidas, e serão consideradas ilegais, as varas, os covados, e quaisquer outras medidas lineares, que todas serão substituídas pelo metro, seus múltiplos e divisores, dos quais somente será lícito usar.” (Artigo 2º)</p>